



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FABRICIO ANTONIO RAUPP

EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E PRECISÃO DA BATERIA DE ESCALAS DE
AUTOEFICÁCIA PARA ESPORTES COLETIVOS SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DA
TESTAGEM UNIVERSAL

FLORIANÓPOLIS – SC

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FABRICIO ANTONIO RAUPP

EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E PRECISÃO DA BATERIA DE ESCALAS DE
AUTOEFICÁCIA PARA ESPORTES COLETIVOS SEGUNDO OS PRINCÍPIOS DA
TESTAGEM UNIVERSAL

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção
de grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia, Doutorado, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da
Silva Nunes

Coorientadora: Profa. Dra. Andréa Duarte Pesca

FLORIANÓPOLIS – SC

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Raupp, Fabricio Antonio

Evidências de validade e precisão da bateria de escalas de autoeficácia para esportes coletivos segundo os princípios da testagem universal / Fabricio Antonio Raupp ; orientador, Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes, coorientadora, Andréa Duarte Pesca, 2026.

202 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Esportes. 3. Pessoas com deficiência. 4. Autoeficácia. 5. Psicometria. I. Sancineto da Silva Nunes, Carlos Henrique. II. Duarte Pesca, Andréa. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Fabricao Antonio Raupp

**Evidências de Validade e Precisão da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes
Coletivos Segundo Os Princípios da Testagem Universal**

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado em 29 de outubro de 2025 pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Andréa Duarte Pesca
Centro Universitário Cesusc – UNICESUSC

Prof. Dr. Roberto Moraes Cruz
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profa. Dra. Tatiana de Cássia Nakano Primi
Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas

Profa. Dra. Birgit Keller Marsilli
Associação Brasileira de Estudos em Psicologia do Esporte e Exercício– ABEEPEX

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para a obtenção do título de Doutor em Psicologia



Documento assinado digitalmente
Michele Monguilhott
Data: 26/01/2026 11:36:21-0300
CPF: ***.299.280-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.^a Dr. Iúri Novaes Luna

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC



Documento assinado digitalmente
Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
Data: 26/01/2026 10:11:27-0300
CPF: ***.170.120-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes

Orientador do Programa de Pós graduação em Psicologia da UFSC

Florianópolis, 2026

Dedicatória

Foi pensando nas pessoas que executei este projeto de pesquisa, por isso dedico esta Tese de Doutorado a todos atletas com e sem deficiência que merecem todo apoio da comunidade científica no intuito de terem ferramentas adequadas que possibilitem saúde mental e melhoria no desempenho esportivo, assim como aqueles a quem esta pesquisa possa ajudar de alguma forma.

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse concretizado. Sobretudo ao Comitê Paralímpico Brasileiro, por todo o apoio prestado e por sua prestatividade em colaborar com a coleta de dados nesta pesquisa.

De forma especial e com muito apreço, agradeço:

- ✓ ao Bom Deus;
- ✓ à Ana Carolina;
- ✓ ao Joaquim;
- ✓ ao José;
- ✓ à Claudete;
- ✓ ao Luiz;
- ✓ à Mirela;
- ✓ ao Arthur;
- ✓ ao Luiz Antonio
- ✓ ao Alessandro;
- ✓ ao Professor Carlos Nunes;
- ✓ à Professora Andréa Pesca;
- ✓ ao Professor Roberto Cruz.

Agradeço o apoio das seguintes entidades brasileiras que incentivam, promovem e desenvolvem o esporte adaptado no Brasil.



RESUMO

A autoeficácia, conceito central proposto por Albert Bandura, refere-se à crença do indivíduo em sua capacidade de executar com sucesso determinada tarefa ou atividade. Esse conceito é essencial para explicar o desempenho em diversas tarefas, pois está intimamente ligado a processos psicológicos fundamentais, como a autocompreensão das próprias experiências, a aprendizagem vicária (observação e imitação de comportamentos), a persuasão verbal (influência por meio de palavras de encorajamento ou feedback) e a sensibilidade a estados psicofisiológicos (como ansiedade e estresse). Esses processos influenciam a percepção de autoeficácia, que, por sua vez, relaciona-se com o nível de esforço, a persistência frente às dificuldades e, assim, o sucesso ou fracasso em uma tarefa. Esta pesquisa foca o uso do conceito de autoeficácia no contexto esportivo, tanto para pessoas sem deficiência quanto para aquelas com deficiências físicas e/ou visuais. O principal objetivo é investigar as evidências de validade e precisão da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos, um instrumento de medida desenvolvido para avaliar a autoeficácia em atletas de esportes coletivos. A importância desse instrumento se justifica pela necessidade de medir com precisão a autoeficácia em contextos esportivos, onde fatores como trabalho em equipe, comunicação e habilidades motoras são cruciais para o desempenho. Para ampliar o alcance e a aplicabilidade da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos, esta pesquisa propõe sua adaptação segundo os princípios da Testagem Universal, visando tornar o instrumento acessível e válido para uma ampla gama de atletas, incluindo aqueles com deficiências físicas e/ou visuais. As adaptações foram realizadas para permitir que o instrumento seja inclusivo, permitindo que atletas com diferentes necessidades sejam avaliados de forma justa e precisa. A pesquisa foi estruturada em três estudos principais: o primeiro realiza uma revisão abrangente da literatura sobre autoeficácia, com enfoque especial em sua aplicação no esporte e em populações com deficiência. O segundo estudo dedica-se à

adaptação dos itens, instruções e formato de aplicação da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos, seguindo os princípios da Testagem Universal, que envolvem revisão linguística, avaliação de adequação cultural e modificação de itens para promover acessibilidade para todos os atletas. O terceiro estudo busca evidências empíricas de validade, usabilidade e confiabilidade do instrumento adaptado, por meio de análises psicométricas rigorosas e estudos de campo com atletas com e sem deficiências. Esta pesquisa se justifica por sua significativa contribuição em múltiplas dimensões: pelo seu valor humano e social, promovendo o bem-estar e a inclusão social de pessoas com deficiência através do esporte; e pela sua relevância econômica, considerando o impacto crescente da indústria esportiva no mercado global, que inclui a promoção dos esportes paralímpicos e a integração de paratletas em eventos de grande visibilidade. Entre os resultados esperados, destaca-se o desenvolvimento e validação do primeiro instrumento psicométrico de autoeficácia esportiva adaptado para atletas com e sem deficiências físicas e/ou visuais. Esse avanço não só ampliará o conhecimento científico na área de psicologia do esporte, mas também fornecerá ferramentas práticas para treinadores, psicólogos e outros profissionais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de treinamento mais eficazes e inclusivas.

Palavras-chave: Esportes; Pessoas com deficiência; Autoeficácia; Psicometria.

ABSTRACT

Self-efficacy, a central concept proposed by Albert Bandura, refers to an individual's belief in their ability to successfully perform a given task or activity. This concept is essential for explaining performance in various tasks, as it is closely linked to fundamental psychological processes such as self-understanding of one's own experiences, vicarious learning (observation and imitation of behaviors), verbal persuasion (influence through words of encouragement or feedback), and sensitivity to psychophysiological states (such as anxiety and stress). These processes influence the perception of self-efficacy, which, in turn, is related to the level of effort, persistence in the face of difficulties, and, consequently, success or failure in a task. This research focuses on the use of the concept of self-efficacy in the sports context, both for individuals without disabilities and for those with physical and/or visual impairments. The main objective is to investigate the evidence of validity and reliability of the Self-Efficacy Scales Battery for Team Sports, a measurement instrument developed to assess self-efficacy in team sport athletes. The importance of this instrument lies in the need to accurately measure self-efficacy in sports contexts, where factors such as teamwork, communication, and motor skills are crucial to performance. To broaden the reach and applicability of the Self-Efficacy Scales Battery for Team Sports, this research proposes its adaptation according to the principles of Universal Testing, aiming to make the instrument accessible and valid for a wide range of athletes, including those with physical and/or visual impairments. Adaptations were made to ensure the instrument is inclusive, allowing athletes with different needs to be evaluated fairly and accurately. The research was structured into three main studies: the first provides a comprehensive review of the literature on self-efficacy, with particular emphasis on its application in sports and in populations with disabilities. The second study focuses on the adaptation of the items, instructions, and application format of the Self-Efficacy Scales Battery for Team Sports, following the principles of Universal

Testing, which involve linguistic review, assessment of cultural adequacy, and modification of items to promote accessibility for all athletes. The third study seeks empirical evidence of the validity, usability, and reliability of the adapted instrument through rigorous psychometric analyses and field studies with athletes with and without disabilities. This research is justified by its significant contribution across multiple dimensions: its human and social value, by promoting well-being and social inclusion of people with disabilities through sports; and its economic relevance, considering the growing impact of the sports industry in the global market, which includes the promotion of Paralympic sports and the integration of para-athletes in high-visibility events. Among the expected results, the development and validation of the first psychometric instrument of sports self-efficacy adapted for athletes with and without physical and/or visual impairments stands out. This advance will not only broaden scientific knowledge in the field of sport psychology but will also provide practical tools for coaches, psychologists, and other professionals, contributing to the development of more effective and inclusive training strategies.

Keywords: Sports; People with disabilities; Self-efficacy; Psychometrics.

RESUMEN

La autoeficacia, concepto central propuesto por Albert Bandura, se refiere a la creencia del individuo en su capacidad para ejecutar con éxito una tarea o actividad determinada. Este concepto es esencial para explicar el desempeño en diversas tareas, pues está estrechamente vinculado con procesos psicológicos fundamentales, como la autocomprensión de las propias experiencias, el aprendizaje vicario (observación e imitación de conductas), la persuasión verbal (influencia a través de palabras de aliento o retroalimentación) y la sensibilidad a los estados psicofisiológicos (como la ansiedad y el estrés). Estos procesos influyen en la percepción de autoeficacia, que, a su vez, se relaciona con el nivel de esfuerzo, la persistencia frente a las dificultades y, en consecuencia, con el éxito o el fracaso en una tarea. Esta investigación se centra en el uso del concepto de autoeficacia en el contexto deportivo, tanto en personas sin discapacidad como en aquellas con discapacidades físicas y/o visuales. El objetivo principal es investigar las evidencias de validez y fiabilidad de la Batería de Escalas de Autoeficacia para Deportes Colectivos, un instrumento de medición desarrollado para evaluar la autoeficacia en atletas de deportes colectivos. La importancia de este instrumento radica en la necesidad de medir con precisión la autoeficacia en contextos deportivos, donde factores como el trabajo en equipo, la comunicación y las habilidades motoras son cruciales para el rendimiento. Con el fin de ampliar el alcance y la aplicabilidad de la Batería de Escalas de Autoeficacia para Deportes Colectivos, esta investigación propone su adaptación conforme a los principios de la Evaluación Universal, con el objetivo de hacer el instrumento accesible y válido para una amplia gama de atletas, incluidos aquellos con discapacidades físicas y/o visuales. Las adaptaciones fueron realizadas para garantizar que el instrumento sea inclusivo, permitiendo que atletas con diferentes necesidades sean evaluados de manera justa y precisa. La investigación fue estructurada en tres estudios principales: el primero realiza una revisión exhaustiva de la literatura sobre la autoeficacia, con especial atención a su aplicación en el

deporte y en poblaciones con discapacidad. El segundo estudio se dedica a la adaptación de los ítems, instrucciones y formato de aplicación de la Batería de Escalas de Autoeficacia para Deportes Colectivos, siguiendo los principios de la Evaluación Universal, que incluyen la revisión lingüística, la evaluación de la adecuación cultural y la modificación de ítems para promover la accesibilidad de todos los atletas. El tercer estudio busca evidencias empíricas de validez, usabilidad y confiabilidad del instrumento adaptado, a través de rigurosos análisis psicométricos y estudios de campo con atletas con y sin discapacidad. Esta investigación se justifica por su significativa contribución en múltiples dimensiones: por su valor humano y social, al promover el bienestar y la inclusión social de las personas con discapacidad a través del deporte; y por su relevancia económica, considerando el creciente impacto de la industria deportiva en el mercado global, que incluye la promoción de los deportes paralímpicos y la integración de paratletas en eventos de gran visibilidad. Entre los resultados esperados, se destaca el desarrollo y la validación del primer instrumento psicométrico de autoeficacia deportiva adaptado para atletas con y sin discapacidades físicas y/o visuales. Este avance no solo ampliará el conocimiento científico en el campo de la psicología del deporte, sino que también proporcionará herramientas prácticas para entrenadores, psicólogos y otros profesionales, contribuyendo al desarrollo de estrategias de entrenamiento más eficaces e inclusivas.

Palabras clave: Deportes; Personas con discapacidad; Autoeficacia; Psicometría.

Lista de Tabelas

1 - Diferenças entre autoeficácia e de outros construtos relacionados.....	55
2 - Comparação entre modelos de Bandura (1986) e Feltz (2008).....	66
3 - Componentes da autoeficácia.....	67
4 - Artigos selecionados na revisão.....	73
5 - Relação entre gênero e deficiência.....	137
6 - Paratletas por tipo de deficiência.....	138
7 - Itens da BEAEC que apresentaram fragilidades a partir da TRI.....	143
8 - Interpretação do DIF obtido.....	146
9 - Itens de Desempenhos Passados com contraste de DIF moderado.....	146
10 - Itens com OUTFIT elevado no fator de Desempenhos Passados.....	147
11 - Itens de Experiências Emocionais com contraste de DIF moderado.....	148
12 - Itens com OUTFIT elevado no fator de Experiências Emocionais.....	148
13 - Itens de EE-F com contraste de DIF moderado.....	149
14 - Itens com OUTFIT elevado em EE-F.....	150
15 - Itens de EE-P com contraste de DIF moderado.....	150
16 - Itens de EI com contraste de DIF moderado.....	151
17 - Itens com OUTFIT elevado em EI.....	151
18 - Itens de EV_O com contraste de DIF moderado.....	152
19 - Itens com OUTFIT elevado em EV_O.....	152
20 - Itens com OUTFIT elevado em IF-CF.....	153

21 - Itens de IF_PD com contraste de DIF moderado.....	153
22 - Itens com OUTFIT elevado em IF-CF.....	154
23 - Itens com OUTFIT elevado em PV-Fbc.....	154
24 - Itens de PV_FVt com contraste de DIF moderado.....	155
25 - Indicadores de precisão dos fatores da BEAEC.....	156
26 - Três clusters de paratletas.....	162
27 - Paratletas Outliers em seus clusters.....	165

Lista de Figuras

Figura 1: Procedimentos da segunda revisão integrativa e resultados.....	72
Figura 2: Análise semântica dos itens da BEAEC.....	113
Figura 3: Variabilidade das dimensões psicológicas em paratletas.....	160

O tempo é relativo...

Albert Einstein

No fim tudo dá certo, e se não deu certo é porque ainda não chegou o fim.

Fernando Sabino

SUMÁRIO

Introdução	21
Avaliação Psicológica de Paratletas	27
Mensuração de fenômenos psicológicos.....	31
Psicometria e o Desenvolvimento de Medidas	34
Aplicação do Desenho Universal aos processos de mensuração em Psicologia	36
Desenho Universal	37
Testagem Universal	40
Processo de Criação de Testes pelos princípios da TU	43
Objetivos.....	48
Objetivo Geral	48
Objetivos Específicos.....	48
ESTUDO I - Autoeficácia no Esporte e no Paradesporto: uma Revisão Integrativa da Produção Científica e das Evidências Psicométricas em Atletas	51
Introdução	52
Teoria Social Cognitiva de Bandura.....	52
Autoeficácia na TSC	54
Papéis da autoeficácia em diferentes contextos	58
Autoeficácia entre atletas e paratletas	60
Método	71

Resultados e Discussão	73
Considerações Finais	77
REFERÊNCIAS.....	79
ESTUDO II - Adaptação da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Atletas de Competição a partir dos preceitos do Desenho Universal	96
Introdução	97
Paradesporto e Paratletas	97
Inclusão e Barreiras no Esporte.....	99
Tecnologias Assistivas.....	100
Capacitismo	103
Representações diversas do paradesporto	105
Aspectos psicológicos do paradesporto	107
Importância do Desenho Universal em Avaliações no Contexto do Esporte.....	109
Justificativa.....	111
Método	113
Versão original da BEAEC.....	113
Processo de adaptação da BEAEC	113
Análise Semântica dos Itens.....	114
Execução da Análise Semântica	116
Amostra de participantes	117
Resultados e Discussão	118
Considerações Finais	120

REFERÊNCIAS.....	121
ESTUDO III - A BEAEC adaptada para uso com paratletas: Evidências de Validade e Precisão.....	130
Introdução	131
Autoeficácia na Psicologia do Paradesporto.....	132
Instrumentos Psicométricos e Teoria de Resposta ao Item	133
Objetivo	137
Método	138
Procedimentos da coleta direta.....	138
Instrumentos da coleta direta.....	139
Participantes da coleta direta.....	139
Dados coletados em 2019.....	142
Tratamento dos dados.....	142
Ética em pesquisa	143
Resultados & Discussão.....	144
Funcionamento Diferencial de Itens	145
Indicadores de precisão da BEAEC após sua adaptação com os princípios do DU	157
Quais dimensões têm maior variabilidade entre atletas com deficiência?	161
Clustering de paratletas	163
Considerações Finais	169
REFERÊNCIAS.....	171
DISCUSSÃO INTEGRADA.....	175

Estado da Arte e a Identificação de uma Lacuna Fundamental	175
A Adaptação da BEAEC: Entre a Teoria e a Prática Inclusiva	175
Investigação das Propriedades Psicométricas: Validade, Precisão e Equivalência.....	176
Realização dos Objetivos da Pesquisa	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
APÊNDICE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	183
ANEXO I – Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos.....	187
ANEXO II - Checklist de Testagem Universal.....	201

Introdução

O esporte contempla uma ampla gama de atividades lúdicas, praticadas de forma profissional ou amadora que envolvem competição, busca da excelência no desempenho e valores como justiça nas regras (Parry, 2022). A prática desportiva, em suas mais variadas formas, pode ser considerada um dos fenômenos socioculturais mais relevantes do final do século XX (Tubino, 2017).

Esportes não envolvem apenas a busca pelo desempenho e vitórias em competições, mas também ideais culturais, identidades sociais e instituições que organizam e regulamentam a atuação dos desportistas, geralmente reconhecidas como federações e confederações (Corbucci, 2002; Leeds & Allmen, 2016). Dada a natureza ubíqua do esporte, o elevado número de praticantes e espectadores em todo o mundo justifica sua ampla presença na mídia, que o transforma em um importante marcador cultural (Leonard, 2015; Soares & Vaz, 2009).

O poder agregador do esporte é considerável, o que passa pela inclusão social de atletas (Solera et al., 2021). Nesse âmbito, se encontram inseridas as modalidades paradesportivas, definidas como aquelas praticadas por pessoas com deficiências. Tal aspecto inclusivo da cultura do esporte pode ser evidenciado pela aprovação, em países da América e da Europa, incluindo o Brasil, de normativas para dirimir as desigualdades de oportunidades e aumentar a possibilidade de atuação de pessoas com deficiência no esporte (Corbucci, 2002; Leonard, 2015; Moura e Castro, 2002).

Atualmente, há competições internacionais e federações nacionais de desporto que incluem as atividades paradesportivas, ou seja, a prática de algum esporte por pessoas com deficiência, independente da modalidade ou do nível da deficiência (Ribeiro & de Araújo, 2004; Torralba, Braz & Rubio, 2014). Destacam-se, neste cenário, os Jogos Paralímpicos, considerados como o segundo maior evento desportivo mundial, onde a participação de atletas

crece a cada nova edição do evento (Moura & Castro, 2002), assim como a participação do psicólogo nas equipes desportivas.

O paradesporto conta com contribuições da ciência psicológica, uma vez que processos psicológicos permeiam as práticas esportivas (Corbucci, 2002; Leeds & Allmen, 2016; Tubino, 2017). A Psicologia do Esporte, como área de conhecimento e de atuação profissional, ao longo das décadas, vem contribuindo com o desenvolvimento de habilidades psicossociais dos atletas amadores e profissionais, com base em fundamentos teóricos e recursos técnicos especializados. Esse saber científico e profissional foca os fenômenos psicológicos intrínsecos às atividades esportivas, sejam elas de cunho amador ou profissional, podendo a manifestação ocorrer antes, durante e após a prática do esporte (Becker, 2000; Samulski, 2002).

A Psicologia do Esporte pode ser entendida como o estudo científico do comportamento humano no contexto esportivo e do exercício físico (Weinberg, & Gould, 2017). Tal disciplina investiga a manifestação de fenômenos psicológicos durante e após a prática do esporte ou da atividade física. As observações e intervenções ocorrem nos diferentes contextos praticados: educativo, recreativo, competitivo e reabilitador (Becker, 2000). Para tal, a Psicologia do Esporte se baseia tanto em experimentos científicos em ambientes controlados (Salim & Wadey, 2019) quanto na observação de fenômenos psicossociais relativos ao desempenho em esportes (Zoljanahi et al., 2018).

A atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas, tais como, treinadores, preparadores físicos, médicos, fisioterapeutas, nutricionistas e psicólogos, é fundamental para o desenvolvimento integral dos atletas. Tal integração favorece a identificação e o atendimento das necessidades específicas de cada esportista, promovendo intervenções mais eficazes tanto para o aprimoramento do desempenho quanto para a prevenção de lesões e o apoio psicossocial. (Becker, 2000; Samulski, 2002; Weinberg & Gould, 2017). Nesse contexto, a Psicologia do Esporte, sendo uma das áreas de atuação que compõem as ciências

do esporte, tem uma substancial contribuição em relação à produção de conhecimento (teórico e metodológico) no contexto esportivo e nos programas de treinamentos (Pesca, 2013; Rubio, 1999).

A presente tese aborda um tema de relevância ímpar no cenário científico e social contemporâneo. A autoeficácia, conforme conceituada por Albert Bandura (1997), representa a crença do indivíduo em sua capacidade de executar com sucesso determinadas tarefas ou atividades. No contexto esportivo, essa crença assume um papel crucial, contribuindo com a explicação do desempenho, a persistência diante de desafios e a resiliência de atletas.

Este estudo se propõe a aprofundar o entendimento e a aplicabilidade desse construto, com foco particular na inclusão de pessoas com deficiência, por meio da adaptação e validação de um instrumento psicométrico específico para esportes coletivos. Do ponto de vista acadêmico, esta tese se insere na intersecção entre Psicologia do Esporte e Psicometria, ambas áreas em constante evolução. A Psicometria, definida como a disciplina científica voltada à mensuração quantitativa de fenômenos psicológicos (Cruz, 2004), é fundamental para a construção de instrumentos válidos e confiáveis. Ao investigar as evidências de validade e precisão da BEAEC em atletas com e sem deficiência, a pesquisa contribui para uma lacuna reconhecida na literatura, que carece de medidas adaptadas à realidade do paradesporto (Fajardo, 2021).

Embora a produção científica sobre autoeficácia em atletas de alto rendimento sem deficiência seja crescente, permanece restrita quando se trata de populações sub-representadas (Moss et al., 2017). Assim, o estudo não apenas avança metodologicamente ao aplicar os princípios da Testagem Universal, mas também fortalece o corpo teórico da Psicologia do Esporte ao revisar e integrar a literatura sobre autoeficácia, com foco especial em atletas com deficiência.

A fundamentação teórica da pesquisa ancora-se na Teoria Social Cognitiva de Bandura, sobretudo no construto da autoeficácia, entendida como a crença do indivíduo em sua capacidade de organizar e executar cursos de ação necessários para alcançar resultados específicos (Bandura, 1997). A adaptação da BEAEC para atletas com deficiência não é apenas uma questão de acessibilidade, mas também uma oportunidade de testar a robustez da teoria em contextos de diversidade funcional, oferecendo subsídios sobre como crenças de autoeficácia influenciam o desempenho em cenários complexos. Paralelamente, a Testagem Universal reforça o compromisso teórico-metodológico de construir instrumentos que sejam inclusivos e comparáveis entre diferentes grupos, minimizando vieses e garantindo validade (Oliveira & Nunes, 2018).

A relevância social desta investigação é multifacetada e enraizada na promoção da inclusão, do bem-estar e do desenvolvimento humano. O esporte, em sua essência, constitui-se como uma poderosa ferramenta de integração social e de construção de identidades (Parry, 2022). No contexto do paradesporto, essa capacidade de inclusão torna-se ainda mais evidente, ao oferecer a pessoas com deficiência a oportunidade de superar barreiras e desenvolver habilidades psicossociais essenciais (Solera et al., 2021). Historicamente, essa população tem enfrentado dificuldades significativas de acesso e participação plena em diversas esferas da vida, incluindo a prática esportiva. Nesse sentido, a Testagem Universal, abordagem central desta pesquisa, busca mitigar desigualdades ao propor o desenvolvimento de instrumentos inclusivos e acessíveis (Oliveira, 2017; Oliveira & Nunes, 2018). Ao adaptar a Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos (BEAEC) segundo tais princípios, esta tese contribui diretamente para a criação de ferramentas que possibilitam uma avaliação justa da autoeficácia em atletas com e sem deficiência, permitindo que recebam apoio adequado para aprimorar seu desempenho esportivo e promover sua saúde mental. Além disso, a escassez de instrumentos psicométricos específicos para paradesportistas, tanto no Brasil quanto no

cenário internacional (Bertoldi et al., 2022), dificulta a elaboração de estratégias de intervenção eficazes por parte de psicólogos e treinadores. Ao preencher essa lacuna, a presente pesquisa fortalece não apenas os atletas, mas também os profissionais que os acompanham, contribuindo para a construção de ambientes esportivos mais equitativos.

No campo econômico, a relevância da pesquisa também se destaca. O esporte, em suas diversas manifestações, movimenta bilhões de dólares globalmente e integra uma das indústrias mais pujantes da atualidade (Wu, 2024). Nesse cenário, o paradesporto vem conquistando maior visibilidade e investimento, especialmente com a consolidação dos Jogos Paralímpicos como o segundo maior evento esportivo mundial (Moura & Castro, 2002). A profissionalização do paradesporto, aliada à integração de paratletas em eventos midiáticos, impulsiona a economia do setor, fomenta inovações em tecnologias assistivas e amplia a atratividade para investidores. Um instrumento psicométrico validado para avaliação da autoeficácia pode contribuir indiretamente para a otimização do desempenho e da longevidade da carreira de atletas, aumentando o retorno sobre investimentos e fortalecendo o capital humano do esporte. Ademais, a inclusão social de pessoas com deficiência por meio da prática esportiva repercute positivamente na economia, ao ampliar a empregabilidade e autonomia.

A presente pesquisa foi estruturada em três estudos complementares, cada qual com objetivos específicos, mas articulados em torno da adaptação e validação da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos (BEAEC) para o contexto de paratletas brasileiros. Essa estratégia partiu do levantamento da literatura existente, passou pela adaptação semântica do instrumento e se encerrou na investigação de suas evidências de validade e precisão.

O Estudo I consistiu em uma revisão integrativa da literatura, de natureza exploratória e descritiva, com a finalidade de mapear e analisar criticamente a produção científica relacionada à autoeficácia esportiva e sua mensuração em atletas com deficiência. Como revisão, não envolveu a participação direta de sujeitos humanos, mas seguiu critérios rigorosos

de inclusão e exclusão de publicações. Foram consideradas apenas produções indexadas em bases de dados nacionais e internacionais de ampla cobertura, publicadas em período previamente delimitado, pertinentes ao tema e disponíveis em sua versão integral. Para a coleta de dados, definiu-se previamente um conjunto de palavras-chave em português e inglês, utilizadas em diferentes combinações, de modo a maximizar a recuperação de estudos relevantes. A organização do material foi realizada em planilhas eletrônicas, nas quais os artigos foram identificados por ano de publicação, periódico, país de origem e metodologia empregada. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica de cada estudo, com o objetivo de extrair categorias centrais, tais como os tipos de instrumentos de autoeficácia empregados, os contextos esportivos investigados e as populações de atletas contempladas. A partir dessa sistematização, foi possível traçar um panorama abrangente da produção científica na área de interesse, identificar lacunas e fundamentar teoricamente as etapas subsequentes da pesquisa.

O Estudo II teve como propósito revisar e adaptar a BEAEC a partir dos princípios da TU, buscando acessibilidade a atletas com e sem deficiência. O processo buscou garantir clareza, equidade e adequação cultural dos itens. A adaptação envolveu ajustes linguísticos, simplificação de instruções e verificação da compreensibilidade dos enunciados, considerando potenciais barreiras de leitura ou interpretação. Como etapa metodológica central, foi conduzida análise semântica, ainda que restrita a dois participantes, ambos paratletas, com o intuito de examinar a clareza do instrumento e antecipar possíveis dificuldades de compreensão. O estudo enfatizou, portanto, a necessidade de instrumentos psicométricos que conciliem validade e inclusão, reforçando a importância da acessibilidade como princípio estruturante da avaliação psicológica no esporte.

O Estudo III foi dedicado à investigação das evidências de validade pela estrutura interna e precisão da versão adaptada da BEAEC. Para tanto, contou-se com uma amostra de paratletas brasileiros, selecionados com base em critérios específicos: idade mínima,

participação regular em treinamentos e competições, e experiência mínima na modalidade. A coleta de respostas ao teste foi realizada via internet, centros de treinamento e instituições parceiras, de modo a garantir representatividade de diferentes regiões do país.

O instrumento aplicado foi a versão adaptada da BEAEC, acompanhada de questionários de caracterização sociodemográfica e esportiva. A aplicação ocorreu de forma coletiva ou individual, a depender do contexto, sempre com apoio de aplicadores previamente treinados para assegurar acessibilidade. Os dados foram organizados e submetidos a procedimentos estatísticos de diferentes níveis de complexidade. Inicialmente, aplicaram-se análises descritivas para caracterização da amostra e dos itens; em seguida, realizaram-se análises de funcionamento diferencial de itens (DIF), embasadas na Teoria de Resposta ao Item (TRI), a fim de verificar se apresentavam equivalência com atletas com e sem deficiência. O cumprimento das exigências éticas incluiu a assinatura do TCLE por todos os atletas, a comunicação clara dos objetivos, procedimentos e riscos, a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados e a preservação da liberdade de desistência a qualquer momento. O estudo foi aprovado por comitê de ética em pesquisa com seres humanos, em consonância com a legislação brasileira.

De forma integrada, os três estudos configuraram um percurso metodológico que se iniciou pelo levantamento da literatura, avançou para a adaptação da BEAEC conforme os princípios da TU e culminou com a validação psicométrica da escala em paratletas brasileiros. Essa sequência possibilitou reunir evidências consistentes para sustentar a validade e precisão da BEAEC adaptada ao paradesporto

Avaliação Psicológica de Paratletas

No contexto da psicologia do esporte, em muitas situações é relevante a utilização de técnicas e instrumentos de avaliação psicológica, que tem por objetivo “estimar o valor ou a qualidade dos fenômenos psicológicos e, para tanto, é necessário recorrer aos pressupostos

básicos do que denomina avaliar” (Cruz & Alchieri, 2014, p. 28). O processo de avaliação psicológica realizado no contexto de atletas profissionais é o psicodiagnóstico esportivo e está atrelado ao levantamento de aspectos singulares dos desportistas e da relação com a modalidade praticada, apresentando-se como um procedimento reconhecido pelas comissões técnicas e dirigentes de instituições, devido à riqueza de informações que o avaliador pode obter (Rubio, 2007). O propósito de tais avaliações no esporte é promover “investigações de caráter diagnóstico que têm como objetivo determinar o nível de desenvolvimento de funções e capacidades no atleta com a finalidade de prognosticar os resultados esportivos” (Rubio, 2007, p.4).

A Avaliação Psicológica no contexto da Psicologia do Esporte, portanto, depende da construção ou adaptação de instrumentos psicométricos para serem utilizados em atletas e praticantes de atividades físicas, em geral (Silva *et al.*, 2014). Tais estudos implicam, também, as práticas de intervenção ou análise do comportamento que se apresenta na situação esportiva a partir da perspectiva do desportista (Pesca, 2013; Rubio, 2000).

No que se refere aos fenômenos psicológicos relevantes para a compreensão da prática esportiva, destaca-se a autoeficácia, amplamente estudada em diferentes contextos, entre os quais o esporte (Hutzler *et al.*, 2019). A produção de conhecimento sobre autoeficácia está em constante crescimento, mas há uma concentração das pesquisas que avaliam atletas de alto rendimento sem deficiência (Moss *et al.*, 2017).

Contudo, é necessário ampliar essa produção de conhecimento para os grupos ainda pouco estudados. Neste caso, os paradesportistas, carente de pesquisas em autoeficácia, conforme evidenciado pela revisão integrativa já empreendida nesta pesquisa onde será apresentada no capítulo Método - Estudo I. Na busca por referencial teórico dessa natureza identificou a escassez de instrumentos de medidas que meçam a autoeficácia esportiva abrangendo os paradesportistas como sujeitos da pesquisa. Todavia, o número de atletas que

praticam esporte adaptado vem aumentando, assim como a pressão pelo desempenho desses atletas. Por isso, objetivou-se com este projeto de pesquisa proporcionar descobertas sobre a autoeficácia esportiva nesse contexto pouco investigado. Nesse sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de formas de medir os fenômenos psicológicos desses atletas. Assim, evidencia-se como relevante a adaptação de um instrumento de medida com este propósito.

No contexto brasileiro, foi o primeiro passo para se problematizar e diminuir essa escassez encontrada. Até o momento, não haviam sido identificadas, no cenário internacional do esporte adaptado, pesquisas que envolvessem a criação ou adaptação de testes psicométricos para tal público. Essa escassez pode ser considerada um fator de dificuldade na fundamentação teórica, mas tem-se como estratégia utilizar as pesquisas de autoeficácia esportiva em atletas sem deficiência e os estudos existentes em paratletas, para posteriormente realizar as análises e correlações dos achados.

Diante desse cenário verificou-se a necessidade de buscar as evidências de validade da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos, ou BEAEC (Pesca, 2013). A escolha da BEAEC ocorreu porque o instrumento se propõe a mensurar o construto “autoeficácia no esporte”, tendo sido validado academicamente na pesquisa de pós-doutoramento na Universidade de Lisboa (Pesca, 2016). Justifica-se a seleção desse instrumento porque o mesmo oferece uma avaliação apropriada do construto, abarcando as dimensões da autoeficácia no contexto do esporte e fora validada adequadamente pelos autores. Fora isso, a BEAEC está alinhado com esta pesquisa porque também possui foco em esportes coletivos, diferente de outros instrumentos como o ESSES, voltado para esportes de resistência (Anstiss et al., 2018) e a ASES, voltada para atletismo (Koçav, 2020), notadamente esporte de prática individual. Vale destacar como critério de seleção o acesso aos bancos de dados da BEAEC, devidamente autorizados pelos autores, onde propiciaram análises estatísticas interessantes para validação deste estudo. Essa bateria faz parte das pesquisas

produzidas no Laboratório Fator Humano (UFSC), no qual este pesquisador colabora nas atividades, e neste projeto de doutorado conta-se com a parceria do Laboratório de Pesquisa em Avaliação Psicológica (UFSC) onde este pesquisador também se encontra como colaborador.

Outro fator relevante para a escolha foi este pesquisador ter obtido a autorização dos autores da BEAEC para a realização do estudo, e poder contar com apoio e orientação dos mesmos. A adaptação do instrumento para uso como paratletas requer planejamento e observância no tocante à fidedignidade do conteúdo, das características psicométricas e da validade para a população e propósitos para os quais se destina.

Tal processo de adaptação foi baseado na abordagem do Desenho Universal, que tem por filosofia projetual desenvolver testes inclusivos, acessíveis a todos os públicos (Oliveira, 2017; Oliveira & Nunes, 2018). Dessa forma, será possibilitado pleno acesso da BEAEC a uma população de atletas que historicamente receberam menos apoio para a melhoria do seu desempenho esportivo.

Por se tratar de uma pesquisa voltada à adaptação de um instrumento para a população brasileira, a dimensão territorial e o acesso aos participantes foram fatores que exigiram atenção. Buscou-se superar as dificuldades relacionadas à diversidade e às distâncias geográficas do país por meio da rede de contatos com profissionais da Psicologia do Esporte, estabelecida durante a atuação no Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina e na Associação Brasileira de Psicologia do Esporte, bem como pelo uso da internet.

Conhecer o campo estudado é fundamental para o funcionamento do estudo, assim como a apropriação de situações que possam ser geradoras de algum desconforto. O projeto está sendo construído para trazer o máximo de benefícios aos atletas amadores e profissionais, em termos de bem-estar e saúde física e mental; ao mesmo tempo evitando quaisquer tipos de dano ou risco.

Pelo fato de existirem poucas pesquisas sobre instrumentação psicológica no contexto do paradesporto e, até o momento, não ter sido encontrado instrumento psicométrico que meça a autoeficácia esportiva para esse público, tem-se como relevante socialmente a adaptação de um instrumento para este grupo. Há muitos atletas com e sem deficiência física no território brasileiro, tanto no alto rendimento, quanto na recreação e lazer, assim sendo o conhecimento das especificidades de treinamento e o funcionamento da modalidade esportiva são requisitos importantes para que o desenvolvimento da pesquisa ocorra de acordo com as necessidades deles e com a realidade do esporte adaptado e convencional. Com o desenvolvimento do instrumento pretende-se trazer benefícios aos desportistas, contribuindo no desempenho e na melhora dos resultados em competições, bem como na promoção de bem-estar físico e psicológico.

Mensuração de fenômenos psicológicos

A Psicometria consiste em uma das áreas fundamentais da Psicologia. O termo deriva do grego *psyché*, que significa "alma", e *metrein/metron*, que significa "medida", refletindo a ideia de mensuração da alma ou da psique humana (Cruz, 2004). Assim, a Psicometria pode ser definida como a disciplina científica da avaliação psicológica quantitativa, ocupando-se da mensuração de fenômenos psicológicos (Rust & Golombok, 2014).

Enquanto campo de estudo, a Psicometria envolve diferentes vertentes teóricas e metodológicas que sustentam a compreensão dos processos psicológicos (Balsamo, Innamorati, & Lamis, 2019). Ainda segundo os autores, em primeiro lugar a psicometria abarca a teoria da medida do fenômeno psicológico, que compreende a criação de escalas e unidades capazes de traduzir estados e traços psicológicos em números ou outras representações quantitativas, permitindo que aspectos subjetivos da experiência humana sejam analisados quantitativamente. A Psicometria também abrange o desenvolvimento e aplicação de métodos estatísticos de análise, como análises fatoriais, modelos de equações

estruturais e outras abordagens que sustentam a interpretação rigorosa de dados psicológicos quantitativos (Pasquali, 2009). Por fim, dedica-se à construção, validação e padronização de instrumentos de medida psicológica, como testes de inteligência, escalas de personalidade e questionários de avaliação de sintomas clínicos, para assegurar que esses instrumentos sejam precisos e confiáveis no que pretendem mensurar, de modo que sejam usados como instrumentos confiáveis para aplicações práticas em Psicologia e áreas afins (Anunciação, 2018).

Conforme descrito por Nunnally (1973, p. 8), a Psicometria pode ser definida como “a metodologia responsável pelo desenvolvimento e aplicação de técnicas de medição em todos os domínios da Psicologia”. Pela grande abrangência de aplicação dos instrumentos desenvolvidos nessa área, a Psicometria é fundamental para a compreensão e mensuração de, virtualmente, todos os fenômenos psicológicos, desempenhando um papel vital na compreensão dos diversos tópicos estudados na Psicologia.

A importância da Psicometria está também em seu papel na fundamentação científica da Psicologia como um todo, pois busca oferecer uma base metodológica que permita a replicabilidade e validade dos achados psicológicos, algo essencial para o desenvolvimento da ciência (Anunciação, 2018). É o caso de instrumentos psicométricos para o diagnóstico e intervenção em contextos clínicos, educacionais e organizacionais, fornecendo dados que apoiam a tomada de decisão e a avaliação de programas e tratamentos. Portanto, além de ser um campo teórico e metodológico, a Psicometria possui um aspecto tecnológico de aplicação prática intensa no cotidiano profissional de psicólogos e psicólogas (Pasquali, 2009).

Nessa perspectiva, a Psicometria pode ainda ser vista como a área que estuda a quantificação e análise da variabilidade do comportamento humano como um todo, o que leva ao desenvolvimento de instrumentos psicológicos que capturem essas variações e auxiliem na compreensão teórica dos mais diversos fenômenos psicológicos (Anunciação, 2018).

Além disso, Pasquali (2009) define a Psicometria como um conjunto abrangente de métodos, técnicas e teorias dedicadas à medição de variáveis psicológicas ou processos mentais. Essa definição sublinha a amplitude e a complexidade dessa disciplina, que não se restringe a um único método ou teoria, mas sim a uma combinação de abordagens que juntas permitem uma avaliação robusta das variáveis em estudo. Muñiz (1998) complementa essa perspectiva ao enfatizar que a Psicometria se concentra nas propriedades métricas necessárias para todos os processos de mensuração dessas variáveis, independentemente do contexto em que a medição é realizada ou dos instrumentos específicos que são utilizados. Isso implica que a Psicometria é crucial em qualquer situação onde seja necessário medir variáveis psicológicas, garantindo que os resultados obtidos sejam consistentes e replicáveis.

Historicamente, as análises psicométricas têm se desenvolvido através de dois ramos principais: os métodos psicofísicos, que investigam relações entre estímulos físicos e respostas psicológicas, medindo sensações, limiares e percepções quantitativamente, e a teoria dos testes psicológicos, que estuda a construção, validação e aplicação de instrumentos que medem traços psicológicos com precisão e confiabilidade (Yela, 1968). Em ambos os casos, a área faz uso de técnicas e procedimentos metodológicos fundamentados sobretudo em Estatística.

Martínez-Arías (1995) ressalta a profunda ligação entre a Psicometria e a Psicologia Matemática, disciplina que usa modelos matemáticos para descrever, prever e explicar processos psicológicos, como memória, percepção e tomada de decisão. O que demonstra, segundo o autor, que a Psicometria não se limita a medir variáveis psicológicas, mas também abrange uma série de modelos formais que possibilitam essa mensuração. Esses modelos são fundamentais para assegurar que as medições realizadas sejam tão precisas quanto válidas, garantindo que as interpretações dos dados sejam confiáveis. A ênfase recai, dessa forma,

sobre as condições e os pressupostos que tornam o processo de mensuração viável e eficaz no campo da Psicologia.

Psicometria e o Desenvolvimento de Medidas

Entre as boas práticas de desenvolvimento de testes psicométricos, destacam-se: definição clara do construto e tabela de especificações; uso de linguagem acessível e testes piloto com amostras diversas; calibração TRI e estudos de precisão ao longo do traço latente; planos amostrais que assegurem representatividade; políticas transparentes de dados (segurança, privacidade, viés algorítmico); e relatórios técnicos completos, incluindo parâmetros, erros padrão, evidências de processo e decisões de corte (American Psychology Association, 2014; International Test Commission, 2017). Mesmo em cenários de abundância de dados, sem teoria mensurável e evidência de validade não há avanço científico: mais dados não significam melhores medidas. As diretrizes e boas práticas para a construção e adaptação de testes psicológicos convergem em três grandes eixos: (a) validade e equidade desde o planejamento; (b) evidências empíricas robustas sobre o funcionamento da medida; e (c) governança e tecnológica ao longo de todo o ciclo de vida (American Psychology Association, 2014). Em outras palavras, o instrumento desenvolvido ou adaptado deve ter validade científica amplamente atestada por evidências de sua eficiência, bem como ser aplicado com os devidos cuidados éticos.

Já as *Standards for Educational and Psychological Testing* enfatizam que cada decisão no desenvolvimento ou adaptação de testes psicométricos deve ser guiada por um argumento de validade, sustentado em múltiplas evidências, tais como evidências de conteúdo, processos de resposta, estrutura interna, relações com variáveis externas e consequências do uso, além de análises explícitas de justiça e impacto (Yaneva & Clauser, 2023).

Na adaptação linguístico-cultural, as diretrizes da *International Test Commission*, ou

ITC, recomendam planejamento prévio (definição do construto e identificação de variâncias irrelevantes), tradução e adaptação por equipes bilíngues e especialistas, revisão por comitê, *pretesting* cognitivo, estudo piloto e documentação detalhada de todas as decisões (International Test Commission, 2017; Hernández et al., 2020). Já no campo das avaliações baseadas em tecnologia, as diretrizes ITC/ATP (2022) reforçam exigências como design responsivo, acessibilidade, controle de versão, segurança, registro de eventos e estudos de equivalência entre diferentes modos de aplicação (papel, computador, remoto), atentos ao risco de novas formas de viés. O *proctoring* remoto, por exemplo, exige análise de validade consequential, transparência algorítmica e proteção de dados: ainda que aumente a integridade, levanta dilemas éticos e de equidade (Heinrich & Bhattacharya, 2025; Isbell, 2023). Em contextos de saúde, recomenda-se o uso do arcabouço COSMIN para planejar, conduzir e relatar estudos de propriedades psicométricas, com critérios claros de qualidade da evidência (Mokkink et al., 2024).

No cenário da tecnologia e do design sendo aplicadas no desenvolvimento de testes, Thompson, Johnstone e Thurlow (2002) ampliam a reflexão ao discutir a aplicação dos princípios do Desenho Universal (DU) em avaliações educacionais em larga escala. O objetivo central da iniciativa é garantir condições justas de participação para todos os estudantes, inclusive pessoas com deficiência e aquelas com proficiência limitada em inglês. No lugar de adaptações leves de instrumentos já prontos, defende-se que os testes sejam concebidos desde o início de forma inclusiva, reduzindo a necessidade de ajustes posteriores. O DU, originalmente surgido na arquitetura, expandiu-se para diversas áreas, inclusive a avaliação, como um paradigma que reforça que validade e confiabilidade dependem também de acessibilidade e equidade.

Segundo Thompson, Johnstone e Thurlow (2002), os sete elementos fundamentais de uma avaliação universalmente desenhada são: (1) inclusão de toda a população-alvo; (2)

definição precisa dos construtos; (3) itens acessíveis e não enviesados; (4) compatibilidade com acomodações; (5) instruções simples e intuitivas; (6) máxima clareza e compreensibilidade textual; e (7) legibilidade em gráficos, tabelas e formatação. Esses elementos traduzem para o campo da avaliação princípios como equidade, flexibilidade de uso e tolerância ao erro. O texto ainda destaca a importância de testes piloto com amostras diversas, da revisão sistemática de vieses e da adoção de linguagem clara como estratégias para aumentar a validade e reduzir distorções nos resultados.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Resolução nº 009/2018, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Essa norma exige que os instrumentos apresentem evidências atualizadas de validade, precisão e normas, prevendo revisões periódicas: até 15 anos para estudos normativos e até 20 anos para evidências de validade e fidedignidade. Já a Resolução CFP nº 31/2022 reforça que aplicações, correções e interpretações devem seguir rigorosamente o manual técnico aprovado, considerando princípios de justiça, equidade e direitos humanos. Complementarmente, o Guia Prático de Submissão ao SATEPSI, atualizado em 2024, fornece orientações detalhadas para elaboração de manuais técnicos, apresentação de evidências e formatação de relatórios, com ênfase em acessibilidade e justiça social. Esses documentos asseguram rigor técnico-científico e proteção ética, ao mesmo tempo em que alinham o Brasil a padrões internacionais adaptados à sua realidade.

Aplicação do Desenho Universal aos processos de mensuração em Psicologia

Para a emancipação das pessoas com deficiência deve-se eliminar as barreiras impostas socialmente a essas pessoas. Mesmo no campo da avaliação psicológica tais barreiras são observadas em, por exemplo, instrumentos de testagem que não levam em conta toda a complexidade das habilidades humanas, desde o momento de suas concepções (Oliveira et al., 2013). A realização dessa premissa proporciona ao profissional de avaliação psicológica um

instrumental acessível às pessoas com deficiência, ao mesmo tempo que contempla também as pessoas sem deficiência.

Desenho Universal

Enquanto campo de estudo, o Desenho Universal (DU) teve sua origem nos Estados Unidos na década de 1960, impulsionado por profissionais da área de Arquitetura (Erdtman et al., 2021). Esse movimento surgiu no contexto das inovações industriais provocadas pela Segunda Guerra Mundial, que levaram à criação do movimento “*Design for All*”. O objetivo desse movimento era promover a inclusão e a equidade no design, visando criar soluções que atendam às necessidades de todos os indivíduos, independentemente de suas condições (Stephanidis, 2021).

No final dos anos 1980, o “*Design for All*” deu origem ao conceito de DU, especialmente a partir do trabalho de Ronald Mace, que não apenas cunhou o termo, mas também foi fundamental para sua popularização e consolidação como uma abordagem fundamental na criação de espaços e produtos acessíveis e inclusivos (Reis, 2022). Essa evolução reflete um movimento crescente em direção à universalização das práticas de design, que buscam garantir a acessibilidade e a equidade para todas as pessoas, sem discriminação. O arquiteto, que também era cadeirante, estabeleceu os sete princípios do DU (Universal Design Institute, 2024):

PRINCÍPIO UM: Uso Equitativo. O design é útil e comercializável para pessoas com diversas habilidades. Diretrizes: 1a. Disponibilizar os mesmos meios de utilização para todos os utilizadores: idênticos sempre que possível; equivalente quando não; 1b. Evite segregar ou estigmatizar qualquer usuário; 1c. As provisões para privacidade, segurança e proteção devem estar

igualmente disponíveis para todos os usuários; 1d. Torne o design atraente para todos os usuários.

PRINCÍPIO DOIS: Flexibilidade no Uso. O design acomoda uma ampla gama de preferências e habilidades individuais. Diretrizes: 2a. Forneça opções de métodos de uso; 2b. Acomoda acesso e uso para destros ou canhotos; 2c. Facilitar a exatidão e precisão do usuário; 2d. Oferecer adaptabilidade ao ritmo do usuário.

PRINCÍPIO TRÊS: Uso Simples e Intuitivo O uso do design é fácil de entender, independentemente da experiência, conhecimento, habilidades linguísticas ou nível de concentração atual do usuário. Diretrizes: 3a. Elimine a complexidade desnecessária; 3b. Seja consistente com as expectativas e a intuição do usuário; 3c. Acomodar uma ampla gama de habilidades de alfabetização e linguagem; 3d. Organize as informações de acordo com sua importância; 3e. Forneça sugestões e feedback eficazes durante e após a conclusão da tarefa.

PRINCÍPIO QUATRO: Informação perceptível. O design comunica as informações necessárias de forma eficaz ao usuário, independentemente das condições do ambiente ou das habilidades sensoriais do usuário. Diretrizes: 4a. Use modos diferentes (pictórico, verbal, tátil) para apresentação redundante de informações essenciais; 4b. Forneça contraste adequado entre as informações essenciais e seus arredores; 4c. Maximize a "legibilidade" das informações essenciais; 4d. Diferencie os elementos de maneira que possam ser descritos (ou seja, facilite o fornecimento de instruções ou direções); 4e. Fornece compatibilidade com uma variedade de técnicas ou dispositivos usados por pessoas com limitações sensoriais.

PRINCÍPIO CINCO: Tolerância para Erros. O projeto minimiza os perigos e as consequências adversas de ações acidentais ou não intencionais. Diretrizes: 5a. Organize os elementos para minimizar perigos e erros: elementos mais usados, mais acessíveis; elementos perigosos eliminados, isolados ou blindados; 5b. Fornecer avisos de perigos e erros; 5c. Forneça

recursos à prova de falhas; 5d. Desencoraje a ação inconsciente em tarefas que exijam vigilância.

PRINCÍPIO SEIS: O design deve poder ser usado de forma eficiente, confortável e com o mínimo de fadiga. Diretrizes: 6a. Permitir postura neutra e confortável. 6b. Reduzir movimentos repetitivos. 6c. Minimizar a força física necessária. 6d. Facilitar a manutenção de ritmo constante, sem esforço excessivo.

PRINCÍPIO SETE: Tamanho e Espaço para Abordagem e Uso. Tamanho e espaço apropriados são fornecidos para abordagem, alcance, manipulação e uso, independentemente do tamanho do corpo, postura ou mobilidade do usuário. Diretrizes: 7a. Forneça uma linha de visão clara para elementos importantes para qualquer usuário sentado ou em pé; 7b. Torne o alcance de todos os componentes confortável para qualquer usuário sentado ou em pé; 7c. Acomoda variações na mão e no tamanho do punho; 7d. Forneça espaço adequado para o uso de dispositivos auxiliares ou assistência pessoal.

Originalmente o DU focava em desenvolver projetos arquitetônicos e urbanísticos que pudessem ser usufruídos por todos, sem a necessidade de adaptações ou de um projeto específico para as pessoas com deficiência (Oliveira et al., 2013; Preiser & Smith, 2011; Thompson, Johnstone e Thurlow., 2002). Por meio de inovações tecnológicas e de legislações e regulamentações baseadas no reconhecimento da diversidade humana e da necessidade de inclusão, o DU espalhou-se para as mais diversas áreas. Enquanto campo de pesquisa o DU envolve a questão da inclusão social, da acessibilidade, no design centrado no usuário e no princípio geral da criação de uma sociedade sem barreiras para nenhum indivíduo (Gomes & Quaresma, 2020).

Para a aplicação do Desenho Universal, torna-se fundamental conferir visibilidade às questões sociais que envolvem as pessoas com deficiência, reconhecendo-as como agentes ativos no processo de construção dos mesmos. Isso se materializa, por exemplo, ao realizar

pesquisas com essas pessoas, garantindo que suas experiências e perspectivas sejam integradas de maneira significativa e participativa (Gesser et al., 2020). O DU propõe uma abordagem inclusiva, na qual essas pessoas se tornam participantes ativas de sua própria emancipação, contribuindo diretamente para a construção de soluções que atendam às suas realidades e demandas (Reis, 2022).

Testagem Universal

Dentre as áreas influenciadas pelos princípios do DU encontra-se também a avaliação psicológica. Da integração em Psicologia com tais princípios de design observou-se o nascimento da Testagem Universal (TU), abordagem caracterizada pela avaliação, feita de forma que minimize barreiras, como habilidades cognitivas e traços psicológicos específicos (Oliveira, 2017). A TU é usada sobretudo na produção de testes psicológicos, isto é, se concentra em criar e adaptar esses instrumentos para serem acessíveis a uma gama maior de indivíduos com diversos níveis de habilidades físicas, cognitivas e sensoriais.

No cerne da TU está o princípio da acessibilidade, tanto para avaliadores quanto para avaliandos, que estabelece que testes psicológicos devem ser elaborados e administrados de forma a permitir que indivíduos com diferentes níveis de habilidade possam participar plenamente. Isso inclui não apenas pessoas com deficiências, mas também indivíduos provenientes de diferentes contextos culturais e linguísticos. Como sintetiza a American Psychology Association, a partir de uma revisão dos *Standards*, a equidade de uso dos testes foi elevada a um elemento fundamental (Johnson & Geisinger, 2022). Em guias recentes de avaliação, a acessibilidade é defendida como meio para que todos possam mostrar o que sabem e podem fazer e para melhorar a equidade (Lazarus et al., 2022).

A literatura destaca que as avaliações psicológicas/educacionais tradicionais frequentemente apresentam barreiras para pessoas com deficiências, dificultando o processo

tanto para o avaliado quanto para o avaliador. As *Guidelines* da APA apontam a necessidade de enfrentar vieses e barreiras no atendimento a pessoas com deficiência (Hanson et al., 2023). Em paralelo, avaliações digitalizadas podem criar novos obstáculos quando há baixa familiaridade tecnológica; revisões recentes observam que letramento digital insuficiente é uma barreira recorrente (Whitehead et al., 2023; Zhang et al., 2024). Por isso, além do DU, recomenda-se assegurar a compatibilidade entre a tecnologia e a habilidade do avaliado (Kubatzky & Benner, 2023).

Com a adoção do TU ou de abordagens baseadas no DU, a avaliação passa a envolver todos os participantes do processo: o avaliado e o avaliador. O primeiro, por meio de instrumentos claros e acessíveis, e o segundo, por meio de procedimentos que preveem antecipadamente adaptações e evitam vieses involuntários. Isso fortalece não apenas a justiça do processo, mas também a robustez psicométrica — pois redução de variância não relacionada ao construto aprimora validade e fidedignidade (Papuda-Dolińska et al., 2023).

Vale destacar também que as diretrizes atuais para testes educacionais e psicológicos defendem o princípio da equidade como basal (American Psychology Association, 2014), evidenciando o quanto processos universalmente desenhados são politicamente e eticamente mais adequados. Sua aplicação incentiva que os avaliadores planejem, testem e revisem continuamente os instrumentos, com foco em ampliar o acesso e manter os padrões psicométricos elevados.

Iniciativas alinhadas com os princípios de inclusão do Desenho Universal podem ser observadas em diversos instrumentos psicométricos. Um exemplo é a Bateria de Personalidade e Testagem Universal (BPTU), um banco de itens baseado no modelo dos Cinco Grandes Fatores, desenvolvido para ser acessível a pessoas com e sem deficiência. A BPTU utiliza linguagem clara, textos curtos, formato compatível com leitores de tela, fonte ampliada (16pt) e instruções intuitivas, permitindo flexibilidade no uso de tecnologias

assistivas. O instrumento foi validado por meio de análise de juízes e estudos psicométricos, assegurando equidade e minimizando vieses (Oliveira, 2017). Outras ferramentas exemplificam essa mesma preocupação: a *Leiter International Performance Scale*, uma escala de inteligência não verbal voltada para crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiências auditivas ou de fala, dispensando respostas verbais (Roid & Miller, 1997); o *Peabody Picture Vocabulary Test* (PPVT), que avalia vocabulário receptivo sem exigir leitura, sendo útil para indivíduos com deficiências intelectuais ou múltiplas deficiências físicas, desde que audição e visão estejam preservadas (Dunn & Dunn, 2007); e a bateria neuropsicológica NEPSY, voltada para crianças, com normas baseadas em mais de 1.000 participantes, incluindo aqueles com TDAH, autismo e outros distúrbios (Korkman, Kirk, & Kemp, 2007).

A implementação dos princípios da TU representa um avanço significativo em direção à inclusão e inovação na Avaliação Psicológica. No Brasil a TU tem por importante marco histórico a publicação, em 2019, pelo Conselho Federal de Psicologia de código da nota técnica N.º 4/2019/GTEC/CG (Conselho Federal de Psicologia, 2019). O documento tem por objetivo:

“Orientar psicólogos(os), pesquisadoras(es), editoras e laboratórios responsáveis quanto ao desenvolvimento de estudos psicométricos (adaptação, construção, evidências de validade e precisão, equivalência e dados normativos) de testes psicológicos para pessoas com deficiência”. (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p.2).

Com essa norma técnica o CFP orienta pesquisadores quanto ao desenvolvimento de estudos que abarquem o método proposto pelo Desenho Universal para, por exemplo, a

criação e adaptação de testes psicológicos. Com essa iniciativa, o CFP ampliou o olhar sobre o público-alvo do instrumental psicológico, uma vez que a concepção do projeto de pesquisa vem se incluindo às pessoas com deficiência. O intuito é proporcionar a ampliação da população beneficiada com esta pesquisa, superando barreiras a determinados grupos sociais historicamente invisíveis (Oliveira et al., 2013; Thompson, Johnstone & Thurlow., 2002).

Processo de Criação de Testes pelos princípios da TU

A TU demanda um planejamento cuidadoso, o envolvimento de uma equipe especializada de analistas e um estudo aprofundado da construção que está sendo medida. Para facilitar a elaboração dos testes psicométricos com acessibilidade universal em mente, pesquisadores desenvolveram uma Lista de Verificação de Testagem Universal (Oliveira & Nunes, 2018). Essa lista oferece uma estrutura sistemática para avaliar a acessibilidade dos itens do teste, das instruções e dos procedimentos. Ao revisar sistematicamente o material do teste com base nos critérios da lista, os desenvolvedores podem identificar potenciais barreiras e fazer as modificações necessárias para melhorar a acessibilidade. Ainda segundo Oliveira e Nunes (2018), faz parte da lista os seguintes itens:

1. População de Avaliação Ampla: Os testes devem ser desenvolvidos para atender tanto pessoas com quanto sem deficiências.
2. Flexibilidade no Uso: Os instrumentos devem permitir múltiplas formas de uso, adaptando-se às necessidades dos avaliados, incluindo, por exemplo, recursos de acessibilidade em dispositivos digitais.
3. Simplicidade e Intuitividade: A utilização dos testes deve ser fácil e intuitiva, minimizando a complexidade para o usuário.
4. Perceptibilidade da Informação: As instruções e informações devem ser apresentadas de forma clara e acessível.

5. Tolerância ao Erro: Os testes devem ser projetados para minimizar os riscos associados a erros durante o uso.
6. Esforço Físico Mínimo: O design deve considerar o conforto do usuário, reduzindo a fadiga durante a aplicação.
7. Dimensionamento de Espaços: Os testes devem ser projetados para acomodar uma variedade de características físicas dos usuários, garantindo um acesso confortável.

Tais princípios reconhecem que a acessibilidade não é determinada exclusivamente pelo teste em si, mas também é influenciada pelas demandas cognitivas tanto avaliador quanto do sujeito ou dos sujeitos sendo avaliados: suas habilidades motoras, funções sensoriais e perceptuais, estilo de aprendizagem, ambiente, suporte familiar e acesso à tecnologia assistiva. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019), o modelo de Testagem Universal enfatiza a criação de instrumentos que possam ser utilizados por uma ampla gama de pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas. Isso inclui a adaptação dos testes para garantir que todos possam participar da avaliação sem barreiras.

O Conselho Federal de Psicologia estipula que a construção de testes baseados em TU segue as mesmas etapas — conceituação, piloto e análise estatística —, mas com cuidados adicionais da Tecnologia Assistiva/Universal Design para garantir acessibilidade e inclusão. Esses princípios ampliam a população-alvo, simplificam o uso, reduzem erros e consideram a diversidade cognitiva, orientando adaptações sem perda de validade (CFP, 2019):

1. O desenvolvimento do teste considera uma população de avaliação ampla e inclusiva, com habilidades variadas e variações cognitivas e físicas, atendendo às necessidades de inclusão e acessibilidade;
2. Prioriza a definição do construto, minimizando a influência de construtos não relacionados;

3. Os itens do teste são avaliados quanto à clareza, qualidade e ausência de ambiguidades para evitar viés a favor ou contra grupos específicos;
4. Os testes são projetados para serem flexíveis e adaptáveis para indivíduos que exigem acomodações;
5. As instruções e procedimentos são simples, claros e intuitivos, evitando termos ambíguos, frases confusas e linguagem complexa;
6. Os materiais de teste são elaborados para máxima compreensão entre grupos diversos, utilizando linguagem simples e clara;
7. A apresentação de texto, ilustrações, tabelas e gráficos é considerada para minimizar o esforço de leitura e compreensão.

Assim, para um teste ser considerado de TU, este precisará contemplar parcialmente ou totalmente os sete princípios. A TU mantém ainda premissas clássicas da avaliação psicológica, como a necessidade de padronização e validação dos instrumentos com uma significativa amostra da população-alvo e com especialistas (Cortez, 2019). Contudo, acrescenta demandas como a garantia de que todos os indivíduos tenham igual oportunidade de participar dos testes, independentemente de sua origem étnica, cultural, socioeconômica ou qualquer outra característica pessoal (Campos & Spadari, 2020). Na TU os testes devem ser sensíveis e adaptados para considerar as diferenças culturais e contextuais dos indivíduos, evitando vieses e promovendo a inclusão de diversas perspectivas (Silva et al., 2021).

Existem diferentes formas pelas quais testes universais podem ser desenvolvidos de maneira mais eficiente e eficaz. Uma abordagem é o desenvolvimento de testes computadorizados personalizados, que permitem adaptações em tempo real com base nas necessidades e habilidades específicas de cada respondente (Koich & Cóser, 2024). Os recursos tecnológicos têm o papel de proporcionar acessibilidade e há o interesse de identificar a qualidade proporcionada por esse recurso no desenvolvimento e uso do teste (Ketterlin-

Geller, 2005; Thompson, Johnstone & Thurlow, 2002).

A utilização de Tecnologia Assistiva (TA), que pode facilitar a participação de pessoas com diferentes deficiências, tornando os testes mais acessíveis (Ventura et al., 2024). A TA desempenha um papel crucial em tornar as avaliações acessíveis para indivíduos com deficiências. TA inclui uma ampla gama de ferramentas e dispositivos, como leitores de tela, software de reconhecimento de voz, dispositivos de entrada alternativos e mobiliário ajustável. Ao incorporar TA no processo de avaliação, indivíduos com deficiência podem interagir com o material de teste e demonstrar suas habilidades de maneira mais confortável e eficaz.

Enquanto campo de pesquisa a TU abarca temas tradicionais da avaliação psicológica, como a questão da validade e da confiabilidade de testes. Adicionam, contudo, questões tais como a equidade e diversidade física, cognitiva e cultural na validação dos testes (Reynolds et al., 2021). O uso de tecnologia na testagem tem especial importância na TU. Nesse sentido, há muitos estudos que exploram, no contexto da TU, o uso de tecnologias como inteligência artificial, realidade virtual e aplicativos móveis, bem como a avaliação online (Almeida, 2023).

Os desafios associados à implementação de testes universais no Brasil exigem uma abordagem sistemática. Primeiramente, a adaptação de instrumentos existentes ao modelo de TU implica a aplicação rigorosa de uma lista de verificação, além da necessidade de reunir evidências robustas de validade e confiabilidade (Oliveira & Nunes, 2018). Adicionalmente, é crucial fortalecer e expandir as discussões sobre acessibilidade nos programas de psicologia das universidades brasileiras, a fim de promover uma formação mais inclusiva.

A incorporação de considerações éticas no design de testes baseados nos princípios da TU é fundamental para promover equidade e respeito às diversas habilidades dos indivíduos (Conselho Federal de Psicologia, 2019). A criação de avaliações acessíveis, analisando

cuidadosamente o formato, as instruções e os procedimentos de administração para minimizar barreiras, foi expressa, por exemplo, no teste desenvolvido por Ferreira & Castro (2024), compatível para uso tanto de crianças neurotípicas quanto por crianças com Transtorno do Espectro Autista (Ferreira & Castro, 2024).

De acordo com Papuda-Dolińska et al. (2023), os testes projetados universalmente podem ser utilizados para avaliar construtos psicológicos em uma ampla variedade de populações, incluindo aquelas com deficiências, diferentes origens culturais e habilidades cognitivas variadas. Ao considerar a acessibilidade desde o início, esses testes têm o objetivo de reduzir o viés e garantir que o desempenho nos testes reflita as habilidades reais do indivíduo, e não suas limitações devido ao formato do teste ou aos procedimentos de administração.

Os testes universalizados também são valiosos em programas de avaliação em grande escala, como testes padronizados em nível estadual ou nacional. Esses testes precisam acomodar uma população estudantil diversificada, incluindo estudantes com deficiências e alunos que estão aprendendo inglês (Papuda-Dolińska et al., 2023). Além disso, a criação de bancos de itens acessíveis e diversos, utilizando a Teoria de Resposta ao Item (TRI) e o Funcionamento Diferencial do Item (DIF), possibilita o uso de questões que são sensíveis às variações nas habilidades dos testandos, promovendo a avaliação de todos de forma justa (Jonson & Geisinger, 2022).

Na psicologia organizacional, os testes projetados universalmente poderiam ser utilizados para avaliar habilidades dos funcionários, traços de personalidade e outros fatores relacionados ao trabalho em ambientes organizacionais (Doyle, 2023). A flexibilidade e a adaptabilidade dos princípios do Design Universal podem ser úteis para ajustar as avaliações aos requisitos específicos do trabalho e acomodar as necessidades dos funcionários diversos. Em pesquisas e coleta de dados, os testes projetados universalmente podem melhorar a

qualidade e a inclusão dos dados. Ao minimizar as barreiras para a participação, esses testes podem gerar amostras mais representativas e dados mais precisos, que reflitam a diversidade da população estudada (Heydarian, 2024).

A implementação do DU na avaliação psicológica ainda é uma área em evolução, especialmente no Brasil. Existem desafios na adaptação de instrumentos existentes e no desenvolvimento de novos que abracem completamente os princípios do DU. No entanto, a importância de continuar com a pesquisa, desenvolvimento e treinamento para promover a adoção mais ampla de avaliações projetadas universalmente, além de melhorar a acessibilidade e a inclusão nos testes psicológicos.

Objetivos

Abaixo, encontram-se o objetivo geral e o objetivo específico.

Objetivo Geral

Investigar as evidências de validade e precisão de um instrumento de medida da autoeficácia para atletas de esportes coletivos, com e sem deficiência física e/ou visual, adaptado aos princípios do Desenho Universal.

Objetivos Específicos

- Levantar o estado da arte em produção científica a respeito de medidas de autoeficácia para desportistas com e sem deficiência;
- Adaptar a Bateria de Escalas de Autoeficácia para Atletas de Esportes Coletivos (BEAEC) com base nos princípios do Desenho Universal;

- Investigar as propriedades psicométricas da BEAEC, sua equivalência entre os atletas sem e com deficiência física e/ou visual, e estimar seus indicadores de validade e precisão.

ESTUDO I - Autoeficácia no Esporte e no Paradesporto: uma Revisão Integrativa da Produção Científica e das Evidências Psicométricas em Atletas

Resumo: Este estudo investigou a existência de instrumentos psicométricos para avaliação da autoeficácia em paratletas, destacando lacunas significativas na literatura. A revisão integrativa abrangeu publicações em português, inglês e espanhol nos últimos cinco anos, utilizando descritores relacionados a autoeficácia, paradesporto e validação de testes. Foram selecionados cinco estudos, todos focados em atletas sem deficiência, evidenciando a ausência de instrumentos adaptados às especificidades de paratletas. O conceito de autoeficácia, fundamentado na Teoria Social Cognitiva de Bandura e expandido por Feltz no contexto esportivo, é distinto de autoestima, autoconfiança, motivação e locus de controle, e suas fontes incluem experiências passadas, observação de modelos, persuasão verbal, estados fisiológicos e emocionais, e experiências imaginativas. O estudo aponta a necessidade de desenvolver instrumentos que contemplem diversidade de deficiências e contextos esportivos, fortalecendo intervenções psicológicas e promovendo inclusão e desempenho no paradesporto.

Palavras-chave: Autoeficácia; Paradesporto; Psicologia do Esporte; Instrumentos Psicométricos.

Abstract: This study investigated the existence of psychometric instruments for assessing self-efficacy in para-athletes, highlighting significant gaps in the literature. An integrative review was conducted including publications in Portuguese, English, and Spanish from the last five years, using descriptors related to self-efficacy, adaptive sports, and test validation. Five studies were selected, all focusing on athletes without disabilities, evidencing the absence of tools adapted to para-athletes' specificities. The concept of self-efficacy, grounded in Bandura's Social Cognitive Theory and expanded by Feltz in the sports context, is distinct

from self-esteem, self-confidence, motivation, and locus of control, and its sources include past experiences, model observation, verbal persuasion, physiological and emotional states, and imaginative experiences. The study highlights the urgent need to develop instruments that consider disability diversity and sports contexts, strengthening psychological interventions and promoting inclusion and performance in adaptive sports.

Keywords

Self-efficacy; Adaptive Sports; Sport Psychology; Psychometric Instruments.

Introdução

A pesquisa em torno do construto psicológico de autoeficácia já conta com cerca de quatro décadas de produção abundantes nas mais diversas áreas, tendo começado com a pesquisa original de Bandura (1986). No entanto, para os objetivos da presente pesquisa, destaca-se a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos de autoeficácia no contexto esportivo, em especial no paradesporto, área que vem ganhando crescente relevância no cenário mundial. Por conta disso, observa-se a necessidade do desenvolvimento de instrumentos psicométricos adequados e sensíveis às especificidades de paratletas, capazes de mensurar com precisão as percepções dos atletas sobre suas fontes de autoeficácia, ou seja, sobre os fatores que influenciam sua confiança em suas próprias capacidades para enfrentar as demandas esportivas.

Teoria Social Cognitiva de Bandura

O conceito de autoeficácia foi desenvolvido no contexto da Teoria Social Cognitiva (TSC), impulsionada pelo psicólogo canadense Albert Bandura. Tal teoria, descrita em 1986, busca explicar como indivíduos adquirem conhecimentos, crenças, atitudes e padrões de pensamento a partir do ambiente social em que estão inseridos (Fuente et al., 2023). Ainda

segundo os autores, a TSC fundamenta-se na ideia de que o aprendizado é um processo cognitivo intrinsecamente ligado ao contexto em que ocorre, seja no ambiente familiar, escolar ou em outros cenários sociais.

A TSC aponta que o indivíduo é agente do próprio desenvolvimento e interage com as situações de sua vida de modo intencional, se organizando em sistemas sociais, alterando na percepção do ambiente, criando autoestímulos e incentivos a fim de regular o próprio comportamento (Abdullah, 2019). Dessa forma, o comportamento do indivíduo, os fatores pessoais e históricos, bem como seu ambiente social, interagem: “Como decorrência dessa bidirecionalidade dinâmica de influências, a Teoria Social Cognitiva rejeita o dualismo entre a agência pessoal e uma estrutura social desconectada da atividade humana” (Bandura, et al, 2008, p.16).

Em tal perspectiva teórica, tem-se os indivíduos como sendo auto-organizados, proativos, autorreflexivos e autorregulados. Seus pensamentos e ações são considerados frutos de uma relação dinâmica entre influências pessoais, comportamentais e ambientais (Costa et al., 2014; Nogueira, 2016; Pesca, 2013). Fica rejeitado então todo modelo de causalidade linear, dando-se lugar a um determinismo recíproco entre individual e social (Carmo, 2006; Nogueira, 2016).

A TSC deu origem a diversas linhas de pesquisa sobre seus conceitos-chave, tais como a desconexão moral e o aprendizado autorregulado, abrangendo tipos internos e externos de regulação, sendo aplicado a diferentes contextos psicológicos (Aguilar & Buraschi, 2022). Um dos conceitos-chave da TSC é o de autoeficácia. Bandura revelou que seu estudo sobre autoeficácia deu-se por acaso, enquanto estudava o poder do tratamento para promover mudanças psicossociais, o alcance das mudanças efetuadas e sua durabilidade (Abdullah, 2019). O conceito da autoeficácia foi desenvolvido a partir do estudo das pessoas, seus pensamentos, seus sentimentos, seus movimentos, seus comportamentos em diferentes

situações do cotidiano. No referido estudo, percebeu-se que o indivíduo é impulsionado por tais necessidades (Bandura; 1986; Carmo, 2006; Pesca, 2013). Ou seja, identificou-se que a autoeficácia possui uma função reguladora da cognição, emoção e motivação, podendo ser considerada um dos conceitos principais da TSC (Bandura, 1994, 1986).

Autoeficácia na TSC

Autoeficácia se refere à crença de um indivíduo em sua capacidade de gerenciar efetivamente demandas ambientais desafiadoras e tomar medidas adaptativas em determinado domínio, agindo no sentir, pensar, motivar e no comportamento dos seres humanos, determinando o grau de certeza que a pessoa tem de realizar uma atividade e conquistar um resultado esperado (Bandura, 1994, 1986). A “autoeficácia” pode ser definida da seguinte maneira: Julgamento da capacidade pessoal. Não significa autoestima, que é um julgamento do amor-próprio, e nem locus de controle, que é a crença se os resultados são causados pelo comportamento ou por forças externas (Bandura, Azzi & Polydoro, 2008, p. 32).

A citação destaca a distinção entre julgamento da capacidade pessoal, autoestima e locus de controle, conceitos fundamentais na psicologia. Enquanto a autoestima está relacionada ao amor-próprio e ao valor atribuído a si mesmo, o julgamento da capacidade pessoal, denominado neste referencial como autoeficácia, foca na avaliação das habilidades para enfrentar desafios. O locus de controle, por sua vez, envolve a crença sobre o controle que temos sobre os resultados de nossas ações em um sentido amplo. Dessa forma, Bandura diferencia a autoeficácia de outros construtos relacionados, como a autoestima e locus de controle.

A autoeficácia ainda pode ser diferenciada de outros construtos, tais como a autoconfiança, autoestima, motivação, locus de controle e resiliência. Embora a autoconfiança seja importante, ela se refere a uma crença mais geral sobre as próprias capacidades, enquanto a autoeficácia é mais específica, ligada à crença na habilidade de realizar uma tarefa ou

alcançar um objetivo particular. Frequentemente, a literatura considera a autoeficácia como específica a um domínio (Bandura, 1994). Contudo, embora a autoeficácia seja tradicionalmente definida como específica de domínio, estudos como os de Romppel et al. (2013) sugerem que ela pode se consolidar em uma forma mais ampla e estável, chamada *autoeficácia generalizada*. É importante não confundir essa generalização com a autoconfiança como traço de personalidade, nem com a autoconfiança que emerge como consequência da autoeficácia em contextos específicos. Além disso, a autoeficácia difere de locus de controle: este refere-se à percepção sobre onde reside o controle dos eventos (interno ou externo), enquanto a autoeficácia diz respeito à percepção de competência para agir.

A autoestima, por sua vez, foca não na realização de tarefas, mas na autoavaliação enquanto pessoa (Mikkelsen et al, 2020). Em outras palavras, trata-se de um amor dirigido a si mesmo e condicional, dependente do valor atribuído à própria pessoa.

Já a resiliência diz respeito à capacidade pessoal de lidar com adversidades, superar adversidades, consistindo assim em uma habilidade emocional ligada a autosuperação (Warshawski, 2022). Apesar de comumente encontrada em pessoas com autoeficácia, a resiliência não se confunde com esta porque, dentre outros motivos, não se restringe a um domínio específico, abrangendo de forma geral a personalidade.

Por sua vez, o locus de controle, enquanto construto psicológico, envolve a percepção de que determinados eventos, sejam eles estados interiores e subjetivos ou exteriores e objetivos, estão sob controle do sujeito (Romppel et al., 2013). Este construto se assemelha à autoeficácia por ser específico de domínio, uma vez que esse controle percebido não se aplica a todos os eventos possíveis; mas se diferencia por não demandar os mesmos fatores determinantes da autoeficácia, como histórico de desempenho ou mesmo estados emocionais favoráveis.

Outro construto psicológico intrinsecamente ligado ao de autoeficácia é o de

motivação. O nível de motivação pode ser influenciado pela autoeficácia, mas se refere a um impulso para atingir um objetivo (Prates & Joly, 2021). A autoeficácia pode aumentar o nível de motivação ao fazer a pessoa acreditar que pode ter sucesso, mas a motivação também pode ser afetada por outros fatores, como recompensas externas ou valores pessoais.

As semelhanças entre esses construtos psicológicos explicam por que a autoeficácia costuma ser estudada juntamente com outros como autoestima (Mikkelsen et al, 2020), resiliência (Warshawski, 2022) e bem-estar psicológico (Lipińska-Grobelny & Narska, 2021). Conforme a Tabela 1:

Tabela 1 - Diferenças entre autoeficácia e de outros construtos relacionados.

Construto	Definição	Diferenciação da autoeficácia
Autoconfiança	Crença geral sobre as capacidades pessoais.	A autoconfiança é mais ampla e não necessariamente ligada a tarefas específicas.
Autoestima	Avaliação global do valor pessoal	A autoestima é uma avaliação do valor próprio, enquanto a autoeficácia foca em habilidades para realizar tarefas.
Motivação	Impulso para alcançar objetivos.	A motivação é influenciada pela autoeficácia, mas é mais ampla e pode ser afetada por fatores externos.
Locus de Controle	Percepção de controle sobre eventos (interno ou externo).	O locus de controle é sobre causas externas ou internas dos eventos, enquanto a autoeficácia é sobre a confiança em

		habilidades específicas.
Resiliência	Capacidade de se recuperar de adversidades.	A resiliência envolve superação de dificuldades, enquanto a autoeficácia se concentra na crença no sucesso em tarefas específicas.

Fonte: baseado em (Mikkelsen et al, 2020; Warshawski, 2022 e Lipińska-Grobelny & Narska, 2021).

Destaca, na Tabela 1 as diferenças entre autoeficácia e outros construtos psicológicos, como autoconfiança, autoestima, motivação, locus de controle e resiliência. Embora estejam relacionados, cada um possui características distintas: a autoeficácia refere-se à crença na capacidade de realizar tarefas específicas, enquanto os demais abordam aspectos mais gerais das crenças, valores e enfrentamento do indivíduo. Compreender essas diferenças é importante para pesquisas e práticas em Psicologia, pois permite intervenções mais precisas e eficazes no desenvolvimento de competências e no bem-estar psicológico.

Segundo Bandura (1994), quatro fontes principais contribuem para o desenvolvimento e manutenção das crenças de autoeficácia, sendo amplamente estudadas em Psicologia (Lochbaum, 2023; López-Rodríguez, 2025). Estas são as quatro fontes: Experiências de domínio: São os sucessos anteriores em tarefas semelhantes, a fonte mais poderosa de autoeficácia. No esporte, um atleta que vence uma competição ou realiza um movimento desafiador fortalece sua crença de que pode repetir o feito;

Experiências vicárias: Envolvem a observação de outras pessoas com características semelhantes alcançando o sucesso. No esporte, ver um ídolo superando desafios pode

aumentar a confiança de um atleta, como um jovem jogador de futebol motivado pela performance de um colega de time;

Persuasão social: Refere-se ao encorajamento e feedback positivo de treinadores, colegas ou familiares. No esporte, um treinador que reforça a capacidade do atleta, exemplificado por um corredor que recebe apoio para melhorar seu tempo;

Interpretação somática e emocional: Refere-se à forma como o atleta interpreta suas reações corporais. Em esportes de alto desempenho, aumento na frequência cardíaca, por exemplo, pode ser interpretado como sinal positivo diante de desafios, aumentando a sensação subjetiva de confiança.

As possíveis fontes de autoeficácia nos esportes adaptados revelam um sistema dinâmico de influências que combina experiências corporais, relações sociais e interpretações cognitivas. Hutzler e Bar-Eli (1993) destacam que o desempenho físico concreto — especialmente quando percebido como conquista real — eleva a autoconfiança e fortalece a crença na própria capacidade, operando como fonte direta de eficácia. Pensgaard e Sorensen (2002) ampliam essa visão ao posicionar a autoeficácia como mediadora do empoderamento: ela não apenas nasce das experiências, mas também transforma a relação do atleta com desafios e contextos de autonomia.

Evidências recentes reforçam essa estrutura. Barella et al. (2022) mostram que experiências prévias de sucesso constituem a base mais robusta da formação da autoeficácia, funcionando como marcadores de competência que o atleta internaliza. Já Cruz e Portes (2024) indicam que a persuasão verbal do treinador e a aprendizagem vicária — observar modelos significativos atuando com sucesso — tornam-se fontes especialmente potentes, sobretudo em modalidades nas quais o vínculo social exerce papel decisivo.

Papéis da autoeficácia em diferentes contextos

A autoeficácia é um construto profícuo em termos de áreas de estudo. No âmbito do desempenho escolar, expresso em notas em avaliações, a autoeficácia tem sido amplamente utilizada para avaliar a confiança dos estudantes em suas próprias habilidades para realizar tarefas acadêmicas, contribuindo para a identificação de fatores que influenciam o sucesso educativo (Zamora-Araya et al., 2022). Da mesma forma, a autoeficácia tem se mostrado um indicador significativo de sucesso na carreira, sendo utilizada para entender como a crença nas próprias capacidades pode impactar o desenvolvimento e a progressão profissional (Souza et al., 2010).

No campo da saúde, a autoeficácia também desempenha um papel crucial, ajudando a prever e melhorar os resultados em intervenções psicológicas, como na promoção do bem-estar e na prevenção de transtornos psicológicos (Lima & Souza, 2021). Além disso, a autoeficácia tem sido aplicada no contexto de tratamentos de saúde, como no gerenciamento de doenças crônicas, incluindo diabetes, onde a confiança dos pacientes em sua capacidade de seguir recomendações médicas e manejar a doença é fundamental para o sucesso do tratamento (Ribeiro & Seidl, 2021).

A autoeficácia emerge como um mecanismo clínico valioso para compreender como indivíduos lidam com sofrimento emocional, especialmente em contextos de estresse, perda funcional ou demandas competitivas. Martin (2008) mostra que crenças de eficácia associadas à resiliência e ao controle de pensamentos predizem estados afetivos, sugerindo que a percepção de capacidade molda a forma como emoções são reguladas. De maneira complementar, Dirmanchi e Khanjani (2019) evidenciam que a autoeficácia se relaciona diretamente à resiliência, funcionando como um recurso psicológico que sustenta enfrentamento adaptativo frente a desafios complexos. Esses achados convergem com DeShazo et al. (2024), que demonstram que níveis baixos de autoeficácia estão ligados ao

desamparo e à cristalização de crenças desadaptativas em paratletas, fenômenos centrais na clínica de transtornos depressivos e no manejo da cronicidade.

No campo emocional, a autoeficácia atua como mediadora entre demandas percebidas e ansiedade, como argumentam Bosma e Van Yperen (2020). Esse papel mediador permite compreender por que alguns indivíduos enfrentam pressões elevadas sem desenvolver sintomas ansiosos, enquanto outros experimentam rápidas escaladas de tensão. Koper et al. (2020) reforçam esse entendimento ao mostrar que maior autoeficácia se associa a menor ansiedade pré-competitiva em paratletas, indicando um efeito regulador sobre a ativação emocional. Assim, a autoeficácia pode ser empregada clinicamente como indicador preventivo, sinalizando vulnerabilidade emocional antes da manifestação plena dos sintomas.

Por fim, estudos como Barella et al. (2022) e novamente DeShazo et al. (2024) apontam que experiências prévias de sucesso e estados emocionais positivos nutrem a autoeficácia, enquanto padrões de desamparo reduzem sua força reguladora. Isso sugere intervenções clínicas centradas em reconstrução de experiências de domínio, reforço de narrativas de competência e desenvolvimento gradual de vivências de eficácia percebida.

Outros exemplos de áreas de pesquisa comuns sobre a autoeficácia incluem a capacidade de promover mudanças positivas durante psicoterapia, onde a autoeficácia influencia o engajamento e os resultados terapêuticos (Cevallos-Mendonza, 2019). Assim, o construto de autoeficácia se tornou um elemento essencial nas avaliações psicológicas, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos fatores que influenciam o comportamento humano em diversas esferas da vida.

Autoeficácia entre atletas e paratletas

O conceito de esporte é reconhecido como uma atividade física estruturada, que é regida por um conjunto de regras e objetivos específicos. Essa definição, conforme articulado por Machado e Gomes (2019), destaca a distinção fundamental entre esporte e exercício físico,

sendo o primeiro caracterizado por seu caráter competitivo, que pode se manifestar tanto em contextos individuais quanto coletivos. Essa natureza competitiva não apenas define a prática esportiva, mas também a insere em um contexto social mais amplo, onde o esporte se torna um fenômeno que impacta não apenas os praticantes, mas também os espectadores, que muitas vezes não se envolvem ativamente em atividades físicas, mas se interessam pelos eventos esportivos e suas narrativas (Jarvie, 2012).

Enquanto fenômeno social, o esporte exerce uma influência significativa sobre a vida dos indivíduos e das comunidades. Ele atua como um meio de socialização, promovendo a interação entre pessoas de diferentes origens e culturas. Jarvie (2012) argumenta que a presença do esporte na sociedade vai além do simples entretenimento; ele molda identidades, promove valores de competição e cooperação, e pode até mesmo influenciar questões sociais e políticas. Essa dimensão social do esporte é evidenciada pela maneira como grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas e Copas do Mundo, conseguem unir nações e criar um senso de pertencimento e orgulho nacional.

Além disso, Tubino (2017) e Pereira (2016) observam que o interesse por eventos esportivos transcende a prática física, atraindo uma audiência diversificada que se identifica com as narrativas e emoções geradas por essas competições. Essa dinâmica sugere que o fenômeno esportivo não se limita à prática atlética, mas se estende a um espectro mais amplo de experiências humanas, onde o esporte se torna um veículo para a expressão cultural e a construção de comunidades.

A indústria do esporte, por sua vez, desempenha um papel crucial no fomento e desenvolvimento de diversas áreas relacionadas ao esporte e à atividade física. Os investimentos nesta indústria abrangem desde a formação de atletas até o avanço das ciências do movimento humano, com o objetivo de maximizar o desempenho atlético. Tubino (2017) destaca que o investimento em ciências do movimento humano não apenas busca melhorar o

rendimento dos atletas, mas também está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao esporte e ao lazer.

No contexto esportivo, a autoeficácia tem sido amplamente estudada por seu impacto tanto na aquisição de habilidades motoras quanto no desempenho atlético, fornecendo *insights* valiosos para a psicologia esportiva e áreas correlatas. De acordo com Feltz e Chase (1998) a autoeficácia é uma forma situacional de confiança nas próprias habilidades. Isto é, específica a determinado domínio e envolvendo a realização de metas. Por conta disso, ainda segundo as autoras, a teoria da autoeficácia possui um destaque especial no mundo dos esportes, pois estes giram em torno de habilidades em domínios especializados de atividades psicomotoras voltadas para competição. Treinadores, psicólogos esportivos e educadores devem considerar a autoeficácia no esporte ao planejar intervenções e programas de treinamento, visando fortalecer a confiança e o desempenho dos atletas (Sivrikaya, 2019).

A autoeficácia desempenha um papel fundamental na aquisição de habilidades motoras, o que tem profundas implicações no contexto esportivo. Uma revisão de ensaios clínicos sobre a relação entre a autoeficácia e a aquisição de habilidades motoras em adultos destaca que as crenças de autoeficácia não são estáticas, mas dinâmicas, variando conforme a interação entre o indivíduo, a tarefa e o ambiente (Camarota & Senra, 2024). Ainda segundo as autoras de tal revisão, diversos fatores influenciam essas crenças, incluindo a complexidade da tarefa, a familiaridade com o ambiente, o apoio social e as expectativas culturais. Tarefas mais desafiadoras podem reduzir a autoeficácia, enquanto ambientes familiares e apoio social tendem a aumentá-la.

A autoeficácia também representa um papel central no desempenho esportivo, moldando expectativas, influenciando o esforço investido e regulando emoções que afetam diretamente a performance. Estudos clássicos, como Greenwood et al. (1990), mostram que níveis mais altos de autoeficácia se associam a vigor, bem-estar e maior mobilidade geral,

sugerindo que atletas que acreditam em sua capacidade mobilizam mais energia física e psicológica durante o treino e a competição.

Martin (2002, 2008) aprofunda essa relação ao demonstrar que a autoeficácia de treino prediz a autoeficácia de desempenho, e que dimensões como resiliência e controle cognitivo modulam tanto afeto positivo quanto negativo, influenciando a estabilidade emocional necessária para executar tarefas complexas sob pressão. Complementarmente, Tejero-González et al. (2016) identificam que a autoeficácia de mobilidade relaciona-se mais fortemente com satisfação de vida do que fatores tradicionais como idade ou classificação funcional, revelando que acreditar na própria competência é um dos motores subjetivos mais robustos da experiência esportiva.

No âmbito do desempenho objetivo, múltiplos estudos convergem para o papel antecipatório da autoeficácia. Adnan et al. (2001) mostram que ela se liga tanto à habilidade esportiva quanto às atividades diárias, indicando transferência funcional. Ferreira et al. (2011) evidenciam que a autoeficácia explica grande parte da variância na confiança física, uma variável que, por sua vez, sustenta tomadas de decisão motoras mais precisas. Achados de Koper et al. (2020) e Carraro et al. (2022) reforçam esse padrão, demonstrando que paratletas com deficiências motoras com maior autoeficácia apresentam melhor desempenho competitivo e percepção corporal mais refinada. Ocete et al. (2025) acrescentam que intervenções esportivas inclusivas aumentam significativamente a autoeficácia em jovens, sobretudo naqueles com deficiências, o que sugere mecanismos de aprendizagem social e desenvolvimento de competência percebida ao longo do tempo.

A relação entre autoeficácia, mobilidade e autonomia funcional reforça sua natureza cognitivo-motivacional. Fliess-Douer et al. (2013) e Sindall et al. (2020) mostram que esportes elevam a autoeficácia em paratletas cadeirantes, enquanto Nooijen et al. (2015) associam-na ao pico de potência física, evidenciando que o corpo responde melhor quando a

mente acredita. Comparações entre atletas e não-atletas confirmam esse padrão: atletas apresentam autoeficácia consistentemente superior (Dirmanchi & Khanjani, 2019), que se repete entre paratletas e não-paratletas cadeirantes (Adnan, 2001). Entre atletas com e sem deficiências, conforme a pesquisa de Segiet & Gerc (2024), fatores como perseverança moderam igualmente a relação.

Lochbaum et al. (2023), em uma revisão sistemática com meta-análise, investigaram a relação entre a autoeficácia medida antes de uma competição esportiva e o desempenho nesta competição. Os resultados apontaram para uma correlação positiva de intensidade média entre a autoeficácia pré-evento e o desempenho esportivo. Alguns fatores moderam essa relação, como a concordância na medida, o tipo de habilidade esportiva, o critério de desempenho e o nível do atleta. Observou-se ainda que quando as medidas de autoeficácia e desempenho estão alinhadas em termos de especificidade e habilidade avaliada, a relação tende a ser mais forte. Ademais, consta ainda como resultado que a relação entre autoeficácia e desempenho é geralmente mais acentuada em esportes em estruturas fechadas, onde o ambiente físico é previsível, e entre atletas de elite.

Atletas com um elevado nível de autoeficácia no esporte tendem a ter não apenas maior autoestima (Tus, 2020), como também mais resiliência emocional diante de desafios (Garaika et al., 2019). Portanto, esses atletas tendem a se abalar menos diante de problemas e tolerar maior frustração. Fora isso, a compreensão mais apurada de suas habilidades, bem como dos diversos determinantes de sua performance, confere ao atleta um senso de segurança que lhe permite resistir a emoções prejudiciais, como medo, e a estados corporais que podem representar obstáculos.

A autoeficácia exerce influência decisiva também no paradesporto e na inclusão social ao atuar como força motivacional que sustenta participação, autonomia e construção de identidade esportiva. Diaz et al. (2019) mostram que o engajamento em modalidades

adaptadas não apenas aumenta a autoeficácia, mas também favorece reintegração comunitária, funcionando como ponte para vínculos sociais e maior independência. No plano do desenvolvimento pessoal, Kokun et al. (2021) evidenciam que a autoeficácia se associa à autorrealização e à satisfação na carreira esportiva, indicando que crenças de capacidade moldam projetos de vida e sentido de propósito.

Estudos como Ferreira et al. (2011) e Ocete et al. (2025) demonstram que atletas com deficiência geralmente iniciam com menor autoeficácia, mas programas inclusivos elevam significativamente esses níveis, reduzindo disparidades entre grupos. Além disso, Zabala-Dominguez et al. (2023) revelam diferenças de gênero e competitividade também entre paratletas com deficiências físicas, sugerindo que contextos de apoio são essenciais para ampliar o acesso e fortalecer a inclusão esportiva.

A apreensão que um atleta sente em relação ao seu estado físico, abrangendo desde sua condição corporal e possíveis sinais de fadiga durante sua atuação tanto em sessões de treinamento quanto em competições, pode variar consideravelmente de acordo com diversos estados emocionais que o atleta experimenta (Bandura, 1994). Esses estados podem incluir emoções como empolgação, convicção em suas capacidades, apreensão sobre o desempenho, serenidade, que proporciona um senso de controle e confiança, ou até mesmo inquietação, que pode ser uma manifestação de incerteza e nervosismo. De acordo com estudos de Feltz et al. (2008) e Pesca, Cruz e Filho (2010), esses fatores emocionais desempenham um papel importante na forma como o atleta percebe e responde aos desafios físicos e psicológicos em contextos de alto desempenho.

Segundo Pesca, Cruz e Filho (2010), uma maior autoeficácia leva a decisões mais assertivas por parte do atleta, tais como quantidade e intensidade de esforço despendido, persistência diante de obstáculos e qualidade do desempenho. Tanto a autoeficácia, de caráter específico sobre a atividade, quanto a autoconfiança, mais geral, moderam os efeitos da

ansiedade sobre a performance (Besharat & Pourbohloul, 2011). Em outras palavras, pessoas com mais autoeficácia e mais autoconfiança lidarão melhor com a pressão de campeonatos, por exemplo, tendendo a performar melhor (Beauchamp et al., 2002).

Para Feltz (1994), a percepção e compreensão que um atleta tem de sua habilidade, isto é, sua autoeficácia, afeta sua performance tanto a nível técnico, quanto tático, físico e psicológico. O cultivo da autoeficácia, portanto, é vital para a criação de expectativas quanto à performance desportiva. Tal cultivo se dá por exercícios como: compreender e gerir os próprios estados corporais; compreender e gerir as próprias emoções; ouvir atentamente a orientações, *feedbacks* e palavras de encorajamento persuasivo; aprender vicariamente, observando casos análogos; exercitar-se mentalmente fazendo uso da imaginação ativa; decodificar suas experiências pessoais no esporte de modo a atribuir racionalmente a causalidade delas; lidar com exercícios mentais, imaginativos.

O fenômeno da autoeficácia, amplamente estudado pelos psicólogos do esporte, tem sido investigado com o intuito de entender melhor os aspectos relacionados aos resultados alcançados pelos atletas, estabelecendo uma conexão entre esses resultados e fatores como a motivação intrínseca e a qualidade da execução das tarefas esportivas. Segundo Knight (2020) e Gouvêa (2003), a autoeficácia tem sido considerada uma variável fundamental para a análise do comportamento e do desempenho esportivo. Esse conceito tem se mostrado essencial para o entendimento do funcionamento cognitivo dos desportistas, bem como para a forma como suas crenças sobre suas capacidades influenciam diretamente suas performances, o que tem sido corroborado por estudos realizados por Weinberg e Gould (2017) e Feltz, Short e Sullivan (2008).

Atletas tendem a agir com base nos resultados que alcançam, pois acreditam que suas ações e desempenhos são o reflexo de suas próprias crenças sobre suas capacidades. A relação entre as crenças de uma pessoa e os resultados que ela obtém é um dos pontos centrais

estudados no campo da autoeficácia (Abdullah, 2019). No contexto esportivo, a autoeficácia tem sido objeto de pesquisa justamente porque esse fenômeno é visto como um elemento importante na preparação mental dos atletas, influenciando diretamente os resultados que eles conseguem alcançar. Estudos realizados por Weinberg e Gould (2017), Pesca (2013), Gouvêa (2003), e Bandura (1986) indicam que a autoeficácia pode ser uma ferramenta poderosa no esporte, pois ela pode contribuir significativamente para melhorar a performance do atleta ao fortalecer sua crença na própria capacidade de superar desafios e alcançar objetivos

. O *feedback* social é crucial para fortalecer a autoeficácia dos atletas, especialmente quando envolve comentários específicos sobre esforço e progresso, fornecidos por treinadores ou colegas, promovendo maior percepção de competência (Jowett & Cockerill, 2003). Além disso, a gestão de estados emocionais e somáticos, por meio de técnicas como *mindfulness* e autoafirmações positivas, contribui para o foco e o desempenho ideal, reduzindo a tensão competitiva e aumentando a autoconfiança (Creswell, 2017; Gardner & Moore, 2007).

No entanto, para que a autoeficácia realmente se torne uma variável relevante no desempenho esportivo, é necessário entender com clareza os aspectos relevantes dela no contexto de prática de exercícios e esportes. Por isso, a definição de autoeficácia no esporte busca conhecer o atleta, suas características individuais, seu contexto e os fatores que influenciam seu comportamento e desempenho (Feltz et al., 2008; Pesca, 2013). A compreensão desses elementos permite aplicar as teorias de autoeficácia de maneira mais precisa e eficaz.

Na autoeficácia esportiva, de acordo com Feltz et al. (2008) e Feltz (1994), há seis fontes de informação. A Tabela 2 compara as quatro fontes de informação do modelo original de Bandura com as seis do modelo expandido por Feltz:

Tabela 2 - Comparação entre modelos de Bandura (1986) e Feltz (2008).

	Bandura	Feltz
Individual	Experiências pessoais	Desempenhos obtidos no passado
	Indicadores fisiológicos	Estados fisiológicos
		Estados emocionais
		Experiências imaginativas
Social	Aprendizagem vicária	Experiências vicárias
	Persuasão verbal	Persuasão verbal

Fonte: Baseado em Bandura (1986) e Feltz (2008).

Conforme exposto na Tabela 2, há semelhanças nas fontes de autoeficácia propostas por Bandura e adaptadas por Feltz ao contexto esportivo. Houve um aprimoramento na nomenclatura com a finalidade de contemplar as especificidades do esporte. A primeira fonte, a pesquisa clássica de 1986, corresponde às experiências pessoais no modelo de Bandura. Feltz incluiu a esse modelo dois fatores: as experiências imaginativas e os estados emocionais nas fontes de autoeficácia esportiva. Essa diferença apresentada está relacionada à dimensão estados fisiológicos, a qual Bandura afirma que também contempla questões psicológicas, ou seja, ele refere-se aos estados psicofisiológicos. Feltz percebeu a necessidade de separar as questões fisiológicas das psicológicas inserindo, assim, as referidas fontes: estados emocionais e experiências imaginativas (Pesca, 2013).

No âmbito da autoeficácia no contexto esportivo, conforme elucidado por Feltz et al. (2008) e Feltz (1994), emergem seis fontes de informação significativas. Conforme a Tabela 3:

Tabela 3 - Componentes da autoeficácia

Componente	Expressão no contexto do esporte
Desempenhos passados	Avaliação das próprias realizações atléticas anteriores como base para construir a crença na própria capacidade.
Experiências vicárias	A observação e assimilação das experiências de outros atletas. A emulação de modelos exemplares influencia a construção da autoeficácia.
Persuasão verbal	<i>Feedbacks</i> e estímulos verbais recebidos de colegas e treinadores, os quais afetam a convicção de competência para desempenhar tarefas esportivas.
Estados fisiológicos	Percepção de fatores como capacidade muscular, nível de fadiga e dor.
Estados emocionais	Reações emocionais frente a situações atléticas moldam a percepção da própria capacidade.
Experiências imaginativas	Autoencenação cognitiva, na forma de treinos mentais como técnicas de visualização. Bem como fantasias e pensamentos recorrentes a respeito dos resultados de competições.

Fonte: Adaptado de Pesca (2016).

Cumprir destacar que os componentes da autoeficácia expressos na Tabela 3 foram delineados por Feltz et al. (2008); e que embora tenham semelhanças com a estrutura proposta por Bandura, foram refinadas para abarcar especificidades esportivas. A distinção entre questões fisiológicas e psicológicas, a ênfase nas emoções e a inclusão das experiências imaginativas contribuem para uma compreensão mais abrangente e ajustada da autoeficácia no contexto esportivo, enriquecendo a base de conhecimento e aplicações práticas (Pesca, 2016).

No modelo de autoeficácia de Pesca, os estados emocionais passaram a ocupar um papel de crescente relevância no estudo da autoeficácia, visto que atletas que conseguem

manter um estado emocional positivo, mesmo sob alta pressão, tendem a apresentar maior crença em suas habilidades para alcançar um desempenho ótimo, fato que está associado a melhores resultados competitivos e maior resistência ao estresse (Sivrikaya, 2019; Souza & Albuquerque, 2024).

Ademais, a autoeficácia elevada está correlacionada à capacidade de autorregulação emocional, permitindo que o atleta gerencie emoções negativas e mantenha a concentração, o que favorece a persistência e a resiliência diante de adversidades (Caprara et al., 2008; Iaochite et al., 2022). Assim, a combinação de estados emocionais positivos com uma forte crença na própria autoeficácia amplia a probabilidade de sucesso, pois promove maior tolerância à dor, diminuição da percepção de esforço e uma atitude mental resiliente frente aos desafios do esporte de alto rendimento (Anstiss, Meijen & Marcora, 2018; Souza & Albuquerque, 2024).

Além disso, uma fonte emergente e cada vez mais reconhecida de autoeficácia é a derivada das experiências imaginativas, incluída no modelo de Pesca (2016). Esta forma de experiência, frequentemente referida como modelagem cognitiva ou autoencenação cognitiva, consiste no processo pelo qual atletas utilizam a visualização mental para antecipar e simular seus desempenhos futuros em situações competitivas. Por meio da imaginação, atletas criam cenários detalhados, nos quais se visualizam executando com sucesso habilidades e estratégias necessárias para alcançar objetivos específicos na competição. Estudos recentes apontam que essa prática não apenas reforça as crenças de autoeficácia, mas também contribui para a preparação emocional e cognitiva dos atletas, o que influencia positivamente o desempenho esportivo (Chrysidis, Turner & Wood, 2020).

A visualização mental ajuda os atletas a aprimorar seu foco, reduzir a ansiedade e melhorar a autorregulação emocional, mecanismos fundamentais para a consolidação da autoeficácia em contextos de alta pressão (Walter, Nikoleizig & Alfermann, 2019). Assim, a integração das experiências imaginativas na construção da autoeficácia representa uma

ferramenta estratégica importante para a otimização do rendimento esportivo. O objetivo deste estudo foi mapear, por meio de revisão integrativa, a produção científica e os instrumentos psicométricos existentes para avaliação da autoeficácia em atletas, considerando publicações nacionais e internacionais dos últimos cinco anos.

Método

Foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica de publicações sobre autoeficácia no esporte, com o objetivo de obter fontes teóricas-empíricas para este estudo. Em seguida, optou-se por realizar uma revisão integrativa, procedimento que, conforme Gil (2002), tem o objetivo de proporcionar um conhecimento amplo e aprofundado sobre o contexto da pesquisa.

A revisão integrativa permitiu a análise detalhada dos aspectos teóricos que fundamentam o fenômeno da autoeficácia no esporte em intersecção com DU na psicometria. Em seguida, foi realizado um esforço para delinear de forma precisa o construto de autoeficácia esportiva, seguindo os estudos de Feltz et al. (2008) e Feltz (1994), que contribuíram para a definição e delimitação de suas características no contexto esportivo. Inicialmente foi definido o algoritmo de busca, responsável por identificar publicações relevantes. Este algoritmo combinou termos relacionados à psicometria da autoeficácia, com foco em paratletas ou atletas com deficiência, e conceitos de design universal ou testes adaptados. Para abranger variações terminológicas e capturar a totalidade dos estudos pertinentes o algoritmo foi estabelecido como: *“self-efficacy psychometric* (parathlete OR “disabled athlete”) (“universal design” OR “universal testing” OR “adapted”)”*.

Esse procedimento assegura a inclusão de estudos que abordem avaliação de autoeficácia em paratletas ou atletas com deficiência e que discutam adaptação ou design universal de testes. No que se refere aos idiomas, foram incluídos estudos publicados em

português, inglês e espanhol. Foram aplicados filtros de publicação que restringiram a seleção a artigos em periódicos revisados por pares. O intervalo temporal não foi considerado: artigos publicados em qualquer ano foram aceitos. A revisão foi realizada em bases nacionais e internacionais: Biomed Central, Bireme, BVS Psi, BVS Salud, Med Line, Periódicos Capes, Psy Info, PubMed, Redalyc e Scielo.

Foram encontrados três estudos com esse teor: Ferreira, Gaspar, Campos e Senra (2011), Martin (2002) e Schliermann e Stoll (2007). Esses estudos foram destinados a um público específico de pessoas com deficiência: os cadeirantes. Não abarcam diferentes tipos de deficiência física e não se propuseram a construir um instrumento de medida. Nesses estudos, foram aplicados instrumentos que medem o construto autoeficácia nos paratletas e nos atletas sem deficiência, fazendo comparações e relações.

Por conta dessa primeira revisão, constatou-se a escassez de instrumentos de medida desenvolvidos para medir a autoeficácia em paratletas usando os princípios do DU. A partir dessa verificação, a adaptação e validação de um instrumento se tornou o foco deste projeto.

Partindo desses saberes iniciais, o Estudo I consistiu em uma nova pesquisa por referências do tipo revisão integrativa de literatura, que é o procedimento de busca, identificação, avaliação e síntese crítica de todas as evidências relevantes disponíveis sobre um determinado tema ou pergunta de pesquisa (Grant & Booth, 2020).

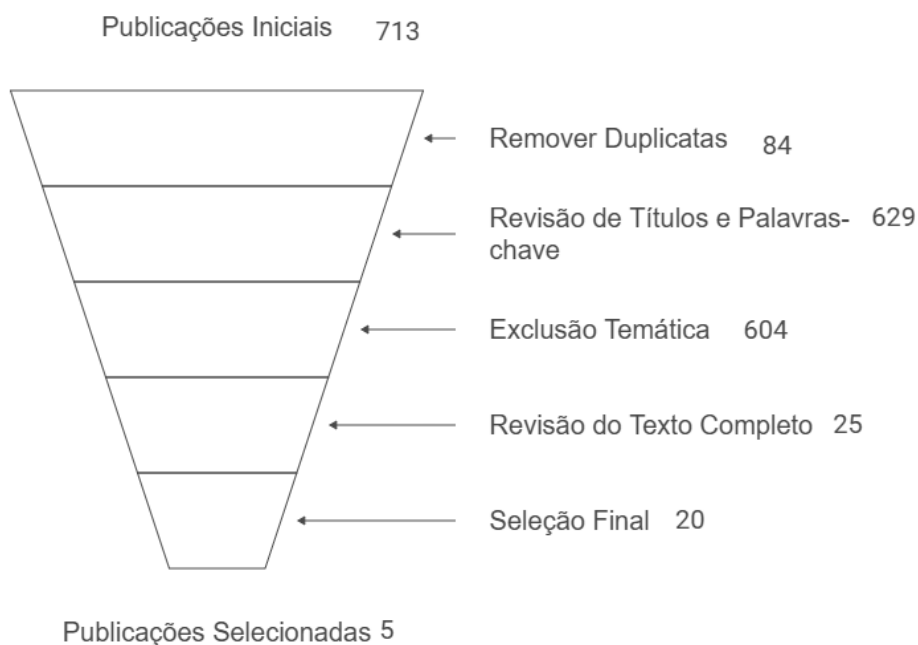
Com o propósito de identificar instrumentos com essa finalidade, verificou-se a necessidade de realizar uma segunda revisão integrativa, mudando apenas o algoritmo de busca para identificar estudos que mensuraram o construto autoeficácia no esporte incluindo os paradesportistas na estruturação do instrumento: *("self-efficacy" OR "perceived competence" OR "confidence" OR "self belief") AND ("sport" OR "athletic performance" OR "exercise" OR "physical activity") AND ("paralympic" OR "paralympian*" OR "para-athlete*" OR "disabled athlete*" OR "adapted sport*" OR "adaptive sport*") AND*

("instrument" OR "scale*" OR "questionnaire*" OR "measure*" OR "psychometric*" OR "validation" OR "assessment")"*

Resultados e Discussão

A aplicação da segunda revisão integrativa, acompanhada de seus principais resultados, pode ser sintetizada na Figura 1:

Figura 1 - Procedimentos da segunda revisão integrativa e resultados



Fonte: o autor.

Conforme expresso na Figura 1, um total de 5 artigos foram selecionados como resultado. Dentre os 640 artigos não selecionados após leitura dos títulos e resumos, fazia parte pesquisas sobre a validação de testes psicométricos sobre autoeficácia em paratletas, como Ahn et al. (2021), mas não o desenvolvimento de um instrumento próprio. Levando-se em conta a totalidade dos resultados, destaca-se que não foram identificados artigos que

tratassem de instrumentos psicológicos voltados especificamente para avaliação de autoeficácia em paratletas. No que diz respeito a esses cinco artigos, suas principais características são expostas na Tabela 4:

Tabela 4 - Artigos selecionados na revisão.

Título	Autores e ano	Periódico e fator de impacto (2025)	Método e Resultados
The Injury-Psychological Readiness to return to sport (I-PRRS) scale and the Sport Confidence Inventory (SCI): A cross-cultural validation	Conti et al., 2019	Physical Therapy in Sport (2.92)	Estudo transversal envolvendo 100 atletas italianos que se recuperavam de lesões. A autoconfiança dos atletas foi correlacionada com a crença de que estavam prontos para retornar ao esporte, demonstrando validade psicométrica da I-PRSS.
Athlete self-efficacy scale: Development and psychometric properties	Koçak, 2020	Baltic Journal of Health and Physical Activity (Não encontrado)	Desenvolvimento de um instrumento psicométrico de medida de autoeficácia em atletas. A pesquisa contou com 325 atletas da Turquia. Os resultados apontam para a validade do instrumento desenvolvido.
An adaptation of the Psychological. Capital Questionnaire for the sports environment	Borrajó, Azanza e Urquijo, 2022	Journal of Sport Psychology (5.118)	Adaptação do instrumento PCQ para a população espanhola. Realizada com 540 atletas.
Development and Validation of the High Performance Volleyball Self-Efficacy Scale	Machado et al., 2023	Perceptual and Motor Skills (1.9)	Desenvolvimento de uma escala de mensuração de autoeficácia focada em voleibol. Pesquisa realizada com 300 atletas brasileiros e 16 experts no tópico.

Validação da Escala de Autoeficácia no Voleibol para atletas de base (VSES-B)	Machado et al., 2023Revista Psicologia: Teoria e Prática (0.1143)	Busca de evidências de validade da Escala de Autoeficácia no Voleibol. Pesquisa realizada com 20 atletas. Os resultados confirmam a validade do instrumento.
---	---	--

Fonte: o autor.

Conforme exposto na Tabela 4, a literatura recente evidencia múltiplas dimensões da autoeficácia no contexto esportivo, revelando que o construto desempenha funções distintas dependendo da população investigada e do ambiente de prática. Alguns estudos enfatizam seu papel como elemento formador de identidade entre atletas, mais do que como promotor direto de desempenho esportivo, sugerindo que a crença de eficácia pode atuar como eixo organizador de sentido e continuidade na trajetória atlética (Martin et al., 2020). Outros trabalhos abordam o enfrentamento de lesões duradouras como uma forma de deficiência motora provisória, destacando a necessidade de estratégias psicológicas adaptativas ao longo de períodos extensos de recuperação física e mental, mesmo entre atletas sem deficiência, o que reforça a centralidade da autoeficácia em processos de retorno gradual ao esporte (Singleton & McAllister-Deitrick, 2023).

Além disso, a autoeficácia tem se mostrado relevante também em contextos educacionais, especialmente entre estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física escolar, contribuindo para vivências mais inclusivas e maior engajamento em atividades motoras (Günel, 2022). Entretanto, apesar dessa ampliação temática, a revisão integrativa revelou um aspecto crítico: não existem instrumentos psicométricos desenvolvidos ou adaptados especificamente para avaliar a autoeficácia em paratletas, sinalizando uma lacuna importante no campo. Os estudos identificados empregam instrumentos originalmente

elaborados para atletas sem deficiência, aplicando-os sem considerar particularidades sensoriais, motoras, cognitivas ou funcionais que caracterizam o paradesporto.

No âmbito da adaptação de instrumentos, duas pesquisas examinaram modificações de testes de autoeficácia em contextos nacionais específicos — Espanha (Borrajo, Azanza & Urquijo, 2022) e Turquia (Koçak, 2020). Contudo, ambas as versões permanecem circunscritas a populações sem deficiência, não avançando para dimensões cruciais do esporte adaptado. Complementando esse cenário, Machado et al. (2023a; 2023b) desenvolveram um instrumento psicométrico direcionado exclusivamente a atletas de voleibol sem deficiência, o que demonstra um esforço nacional para a construção de medidas mais precisas e culturalmente relevantes, mas ainda restritas ao esporte convencional.

Assim, evidencia-se uma carência consistente de estudos que abordem a adaptação ou validação de escalas de autoeficácia para diferentes tipos de deficiência, bem como para modalidades específicas do paradesporto. Essa ausência dificulta avaliações justas e sensíveis às experiências reais dos paratletas, invisibilizando dimensões importantes relacionadas ao uso de próteses, tecnologias assistivas, classificações funcionais ou à interdependência entre atletas e guias em determinados esportes. A literatura aponta, portanto, para a urgência de desenvolver instrumentos psicométricos que contemplem a diversidade de deficiências e modalidades adaptadas, promovendo avaliações mais precisas, inclusivas e tecnicamente adequadas às demandas desse público.

Por fim, reafirma-se que a autoeficácia constitui variável-chave para o desempenho, a persistência, a motivação e o bem-estar psicológico de atletas em geral, o que torna ainda mais fundamental assegurar sua avaliação rigorosa em todos os contextos esportivos. A lacuna identificada evidencia não apenas um desafio metodológico, mas também uma oportunidade significativa para avanços teóricos e práticos no campo do paradesporto, contribuindo para

intervenções psicológicas mais informadas e para a produção científica sensível às especificidades dessa população.

Considerações Finais

O Estudo I teve como objetivo investigar a existência de pesquisas relacionadas à criação de instrumentos psicométricos para avaliação da autoeficácia em atletas com e sem deficiência. A revisão integrativa realizada, ao examinar estudos existentes na área, resultou em uma conclusão significativa: não foram encontrados instrumentos especificamente desenvolvidos para avaliar a autoeficácia de paratletas. Esse achado evidencia uma lacuna importante na literatura, revelando a ausência de ferramentas adequadas para medir esse construto psicológico em um público que apresenta características e necessidades distintas dos atletas sem deficiência.

Dessa forma, o estudo cumpriu de maneira efetiva seu objetivo ao identificar essa lacuna e apontar direções possíveis para futuras pesquisas, além de sugerir caminhos para a criação de novos instrumentos psicométricos voltados especificamente para paradesportistas. Ao destacar essa necessidade, o estudo contribui de forma substancial para o campo do paradesporto, ao chamar a atenção para a relevância de se desenvolver ferramentas de avaliação que considerem as particularidades de paratletas, facilitando assim a implementação de intervenções mais adequadas e precisas.

Entretanto, é importante refletir sobre as limitações deste estudo. Uma das barreiras identificadas foi a restrição linguística, já que a revisão foi restrita a estudos publicados em três idiomas: português, inglês e espanhol. Isso pode ter resultado na exclusão de pesquisas relevantes publicadas em outros idiomas, limitando, portanto, a abrangência da revisão. Além disso, apesar do rigor na busca e seleção dos artigos, é possível que alguns estudos pertinentes tenham sido inadvertidamente deixados de fora, o que comprometeria a completeza do

levantamento realizado.

Quanto aos resultados, a ausência de instrumentos psicométricos desenvolvidos pensando no uso também por paratletas indica que há uma necessidade urgente de avanços na área. A criação de instrumentos que contemplem as diversidades das deficiências, bem como as especificidades dos contextos esportivos, parece ser uma demanda fundamental para promover a inclusão e a efetividade das intervenções psicológicas no paradesporto. Este estudo, ao apontar essa lacuna, também abre um campo fértil para a investigação de métodos e abordagens adaptadas para esse público, com o potencial de gerar impactos significativos tanto para a prática esportiva quanto para o desenvolvimento psicológico dos paradesportistas.

Para dar continuidade a esse estudo, sugere-se que futuras pesquisas se aprofundem nas avaliações de paratletas. A inclusão de paradesportistas de alta performance em esportes coletivos seria uma maneira eficaz de expandir o conhecimento sobre o papel da autoeficácia em diferentes modalidades. Além disso, outro ponto relevante seria investigar o impacto psicológico de deficiências temporárias, como a recuperação prolongada de lesões, uma condição comum entre atletas, mas que ainda carece de maior investigação no contexto da psicologia esportiva. A abordagem de deficiências temporárias como uma condição psicológica a ser tratada de forma específica poderia abrir novas perspectivas para o desenvolvimento de estratégias de apoio e recuperação para esses atletas.

Este estudo coloca em evidência a necessidade de mais investigações que considerem as especificidades do paradesporto, tanto no que diz respeito às limitações físicas e psicológicas dos atletas, quanto aos contextos e modalidades esportivas. As sugestões de pesquisas futuras, portanto, visam expandir os horizontes do estudo da autoeficácia no paradesporto, com um olhar atento às diversidades do público-alvo e às nuances que permeiam suas experiências e desafios.

REFERÊNCIAS

- Abdullah, S. M. (2019). Social Cognitive Theory: A Bandura Thought Review published in 1982-2012. *PSIKODIMENSIA*, 18(1), 85. <https://doi.org/10.24167/psidim.v18i1.1708>
- Adnan, Y., McKenzie, A., & Miyahara, M. (2001). *Self-Efficacy for Quad Rugby Skills and Activities of Daily Living*. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 18(1), 90–101. <https://doi.org/10.1123/apaq.18.1.90>
- Aguilar, M., & Buraschi, D. (2022). Pistas para renovar a ação social antirracista. *Ibict.br*. https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_8799bdf126bed55438d35c84e3bcd_a69
- American Psychological Association. (2014). Standards for educational and psychological testing. American Educational Research Association.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1994). Self-efficacy. In V. S. Ramachaudran (Ed.), *Encyclopedia of human behavior* (Vol. 4, pp. 71–81). Academic Press.
- Bandura, A., Azzi, R. G., & Polydoro, S. (2008). *Teoria social cognitiva: Conceitos básicos*. Artmed.
- Barella, M. B., Ruiz, L. C. de N., Portes, J. R. M., Pesca, A. D., & Cruz, R. M. (2022). *Fontes de autoeficácia em paratletas de rugby*. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, 26(284), 27–41. <https://doi.org/10.46642/efd.v26i284.1892>

- Beauchamp, M., Bray, S., & Albinson, J. (2002). Pre-competition imagery, self-efficacy and performance in collegiate golfers. *Journal of Sports Sciences*, 20(9), 697–705.
<https://doi.org/10.1080/026404102320219400>
- Bertoldi, R., Bandeira, P. F. R., Silva, M. A. da, Machado, W. de L., Mazo, J. Z., & Bandeira, D. R. (2022). Psychometric Evidence of the Coping Inventory for Brazilian Paralympic Athletes in Competition Situations. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 32(3), e3221.
<https://doi.org/10.1590/1982-4327e3221>
- Besharat, M. A., & Pourbohloul, S. (2011). Anger and aggression as predictors of depression in cancer patients. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 11(3), 517–526.
- Borrajó, E., Azanza, G., & Urquijo, I. (2022). An adaptation of the Psychological Capital Questionnaire for the sports environment. *Revista de Psicología del Deporte*, 31(4), 176–185. <https://www.rpd-online.com/index.php/rpd/article/view/1005>
- Bosma, N., & Van Yperen, N. W. (2020). *A quantitative study of the impact of functional classification on competitive anxiety and performance among wheelchair basketball athletes*. *Frontiers in Psychology*, 11, 558123.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.558123>
- Campos, C. de, & Spadari, G. F. (2020). Campos C.R., Nakano. T.C. (2019) - Avaliação Psicológica Direcionada a Populações Específicas: Técnicas, Métodos e Estratégias - Volume II - Vetor Editora. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 40(99), 287–289.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2020000200013

- Caprara, G. V., Alessandri, G., Barbaranelli, C., & Vecchione, M. (2008). Self-efficacy beliefs as determinants of positive thinking and happiness. *Psychological Reports*, 102(2), 503–514. <https://doi.org/10.2466/pr0.102.2.503-514>.
- Cammarota, L., & Senra, L. (2024). Autoeficácia e aquisição de habilidades motoras: Uma revisão sistemática da literatura em ensaios clínicos. *Actualidades en Psicología*, 38(136), 62–76. <https://doi.org/10.15517/ap.v38i136.49281>
- Carmo, A. P. (2006). *Adaptação e validação de uma escala para voleibol* (Dissertação de mestrado). UNIMEP, Piracicaba.
- Chrysidis, D., Turner, M. J., & Wood, A. M. (2020). Effects of Rational Emotive Behavior Therapy on increasing self-efficacy of athletes. *Journal of Applied Sport Psychology*. <https://doi.org/10.1080/02640414.2020.1776924>
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). Nota Técnica No 4/2019/GTEC/CG. CFP.org.br. <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2021/03/Anexo-5-Nota-TEcnica-n%E2%88%AB-4.2019.-GTEC-e-CG.pdf>
- Conti, C., di Fronso, S., Robazza, C., & Bertollo, M. (2019). The Injury-Psychological Readiness to return to sport (I-PRRS) scale and the Sport Confidence Inventory (SCI): A cross-cultural validation. *Physical Therapy in Sport*, 40, 218–224. <https://doi.org/10.1016/j.ptsp.2019.10.001>
- Corbucci, P. R. (2002). Políticas sociais e desigualdade: Desafios para a inclusão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1), 111–128. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>

- Cortez, P. A. (2019). Construção, Adaptação e Desenvolvimento de Medidas no Brasil: Paradigma Emergente em Psicometria e Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*, 18(1). <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/avp/article/view/15431>
- Costa, L. C. A., Vissoci, J. R. N., Modesto, L. M., & Vieira. (2014). O sentido do esporte para atletas de basquete em cadeiras de rodas: Processo de integração social e promoção de saúde. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 36(1), 123–140. <https://doi.org/10.1590/s0101-32892014000100009>
- Creswell, J. D. (2017). Mindfulness interventions. *Annual Review of Psychology*, 68(1), 491–516. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-042716-051139>
- Cevallos-Mendoza, J. C., Menéndez-Delgado, M. F., & Muñoz-Bowen, L. A. (2019). Psicoterapia y personalidad resiliente: Artículo de revisión bibliográfica. *Revista Científica Arbitrada Multidisciplinaria PENTACIENCIAS*, 1(2), 8–13. <https://www.editorialalema.org/index.php/pentaciencias/article/view/4>
- Cruz, A. V. R. da, & Portes, J. R. M. (2024). *A percepção de autoeficácia em paratletas do atletismo*. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, 28(308), 68–81. <https://doi.org/10.46642/efd.v28i308.7143>
- DeShazo, J. M., Kouwijzer, I., de Groot, S., Post, M. W. M., Valent, L. J. M., van Leeuwen, C. M. C., Wen, H., & Cowan, R. E. (2024). *Effect of training for an athletic challenge on illness cognition in individuals with chronic disability: A prospective cohort study*. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 21(1), 58. <https://doi.org/10.3390/ijerph21010058>

- Diaz, R., et al. (2019). *Impact of adaptive sports participation on quality of life*. Sports Medicine and Arthroscopy Review, 27(2).
<https://doi.org/10.1097/jsa.0000000000000242>
- Dirmanchi, N., & Khanjani, M. S. (2019). *Comparison of resilience and self-efficacy in athletes and non-athletes with disabilities caused by spinal cord injury*. Iranian Journal of Psychiatry and Clinical Psychology, 25(2), 150–163.
<https://doi.org/10.32598/ijpcp.25.2.150>
- Doyle, N. (2023). Universal design in psychometric testing. Assessment and Development Matters, 15(2), 4–9. <https://doi.org/10.53841/bpsadm.2023.15.2.4>
- Dunn, L. M., & Dunn, D. M. (2007). Peabody Picture Vocabulary Test (4th ed.). Pearson.
- Erdtman, E., Rassmus-Gröhn, K., & Hedvall, P.-O. (2021). Universal Design as Guiding, Striving and Unifying: A Qualitative Study about how Universal Design is Understood, Practised and Realised in Contemporary Sweden. Scandinavian Journal of Disability Research, 23(1), 158–168. <https://doi.org/10.16993/sjdr.770>
- Feltz, D. L. (1994). Self-confidence and desempenho. In D. Druckman & R. A. Bjork (Eds.), *Learning remembering, believing* (pp. 173–206). National Academy Press.
- Feltz, D. L., & Chase, M. A. (1998). The measurement of self-efficacy and confidence in sport. In J. L. Duda (Ed.), *Advancements in sport and exercise psychology measurement* (pp. 63–78). Fitness Information Technology.
- Feltz, D. L., Short, S. E., & Sullivan, P. J. (2008). *Self-efficacy in sport: Research and strategies for working with athletes, teams, and coaches* (1st ed.). Human Kinetics Publishers.

- Ferreira, R. dos S., & Castro, T. H. C. de. (2024). Participatory and Inclusive Design Models from the Perspective of Universal Design for Children with Autism: A Systematic Review. *Education Sciences*, 14(6), 613. <https://doi.org/10.3390/educsci14060613>
- Ferreira, J. P., Gaspar, P. M., Campos, M. J., & Senra, C. M. (2011). *Auto-eficácia, competência física e auto-estima em praticantes de basquetebol com e sem deficiência física*. *Motricidade*, 7(1), 55–68.
- Fliess-Douer, O., Vanlandewijck, Y. C., & van der Woude, L. H. V. (2013). Reliability and validity of perceived self-efficacy in wheeled mobility scale among elite wheelchair-dependent athletes with a spinal cord injury. *Disability & Rehabilitation*, 35(10), 851–859. <https://doi.org/10.3109/09638288.2012.712198>
- Fuente, J., Kauffman, D. F., & Boruchovitch, E. (2023). Editorial: Past, present and future contributions from the social cognitive theory (Albert Bandura). *Frontiers in Psychology*, 14, 1–16. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1258249>
- Garaika, T., Negara, S., Selatan, H., Margahana, Stie, T., & Selatan. (2019). Self-efficacy, self-personality, and self-confidence on entrepreneurial intention: A study on young enterprises. *Journal of Entrepreneurship Education*, 22(1). <https://www.abacademies.org/articles/Self-eficacy-self-personality-and-self-confidence-on-entrepreneurial-intention-1528-2651-22-1-275.pdf>
- Gesser, M.; Bock, G.L.K.; Lopes, P.H.L. (org.). (2020). Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: Editora CRV.
- Gil, A. C. (2002). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (4. ed.). Atlas.

- Gardner, F. L., & Moore, Z. E. (2007). *The psychology of enhancing human performance: The mindfulness-acceptance-commitment (MAC) approach*. Springer.
- Gomes, D., & Quaresma, M. (2020). Introdução Ao Design Inclusivo. Editora Appris. Gouvêa, F. C. (2003). Análise da autoeficácia em atletas de modalidades individuais e coletivas. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte*, Jundiaí, 2(2), 45-60.
- Greenwood, C. M., Dzewaltowski, D. A., & French, R. (1990). Self-efficacy and psychological well-being of wheelchair tennis participants and wheelchair nontennis participants. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 7(1), 12–21. <https://doi.org/10.1123/apaq.7.1.12>
- Günel, İ. (2022). Self-Efficacy Scale Children with disabilities for physical education teachers. *International Journal of Education Technology and Scientific Researches*, 7(17), 347–377. <https://doi.org/10.35826/ijetsar.444>
- Hanson, S. L., Bruyere, S., Forber-Pratt, A., Reesman, J., & Sung, C. (2023). Guidelines for assessment and intervention with persons with disabilities: An executive summary. *The American Psychologist*, 78(8). <https://doi.org/10.1037/amp0001150>
- Heydarian, N. (2024). Universal Design for Inclusive Science. *APS Observer*, 32(23). <https://www.psychologicalscience.org/observer/universal-design>
- Hutzler, Y., & Bar-Eli, M. (1993). *Psychological benefits of sports for disabled people: A review*. *Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports*, 3(4), 217–228. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0838.1993.tb00386.x>
- Iaochite, R. T., et al. (2022). Autoeficácia para regulação emocional e suas implicações. *Psico-USF*, 27(1), 31–43. <https://doi.org/10.1590/1413-82712022270103>

Jarvie, G. (2012). *Sport, culture and society: an introduction*. New York, Routledge.

Jonson, J. L., & Geisinger, K. (2022, September 21). Attention to fairness issues is a hallmark of the Standards for Educational and Psychological Testing. American Educational Research Association. <https://www.aera.net/Newsroom/News-Releases-and-Statements/Attention-to-Fairness-Issues-Is-a-Hallmark-of-the-Standards>

Jowett, S., & Cockerill, I. M. (2003). Olympic medallists' perspective of the athlete–coach relationship. *Psychology of Sport and Exercise*, 4(4), 313–331. [https://doi.org/10.1016/S1469-0292\(02\)00011-0](https://doi.org/10.1016/S1469-0292(02)00011-0)

Knight, A. (2020). Using self-assessment to build self-efficacy and intrinsic motivation in athletes: A mixed methods explanatory design on female adolescent volleyball players. *The Qualitative Report*, 1(1). <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.3737>

Koçak, Ç. V. (2020). Athlete self-efficacy scale: Development and psychometric properties. *Baltic Journal of Health and Physical Activity, Supplement 1*(1), 41–54. <https://doi.org/10.29359/bjhpa.2020.suppl.1.05>

Korkman, M., Kirk, U., & Kemp, S. (2007). NEPSY-II. Pearson.

Kokun, O., Serdiuk, L., & Shamykh, O. (2021). *Personal characteristics supporting Paralympic athletes' self-realization*. *Journal of Human Sport & Exercise*, 16(2), 437–444. <https://doi.org/10.14198/jhse.2021.162.17>

Koper, M., Nadolska, A., Urbański, P., & Wilski, M. (2020). *Relationship between pre-competition mental state and sport result of disabled boccia athletes*. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(21), 8232. <https://doi.org/10.3390/ijerph17218232>

- Kubatzky, L., & Benner, M. (2023). Inclusive, innovative assessments for students with learning disabilities. National Center for Learning Disabilities. <https://ncld.org/reports-studies/inclusive-innovative-assessments-for-students-with-learning-disabilities/>
- Latuheru, R. V., Arfanda, P. E., & Aprilo, I. (2022). Effect of self-efficacy: How athletes with disabilities in achieve achievements? *ACTIVE: Journal of Physical Education, Sport, Health and Recreation*, 11(1), 12–16. <https://doi.org/10.15294/active.v11i1.53629>
- Lazarus, S. S., Johnstone, C. J., Liu, K. K., Thurlow, M. L., Hinkle, A. R., & Burden, K. (2022). An updated state guide to universally designed assessments (NCEO Report 431). National Center on Educational Outcomes. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED620541.pdf> ERIC
- Leeds, M., & Allmen, P. V. (2016). The economics of sports (6th ed.). Pearson.
- Leonard, D. J. (2015). Book Review: Sports in Society: Issues and Controversies, The Sociology of Sports: An Introduction, Sport in Contemporary Society: An Anthology, Sociological Perspectives on Sport: The Games Outside the Games and Sociology of North American Sport. *International Review for the Sociology of Sport*. 51(1), 114 – 119.
- Leung, K.-M., Chung, P.-K., Chu, W., & Ng, K. (2021). Physical and psychological health outcomes of a sitting light volleyball intervention program on adults with physical disabilities: A non-randomized controlled pre-post study. *BMC Sports Science, Medicine and Rehabilitation*, 13(1). <https://doi.org/10.1186/s13102-021-00328-7>
- Lima, T. J. S. de, & Souza, L. E. C. de. (2021). O papel da autoeficácia parental na saúde mental de mães de crianças com Síndrome da Zika Congênita. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1), 359–368. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.02222019>

- Lipińska-Grobelny, A., & Narska, M. (2021). Self-efficacy and psychological well-being of teachers. *E-Mentor*, 1(3 (90)), 4–10.
<https://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-d76638e8-582e-4304-883e-e6b6db9f7e5d>
- Lochbaum, M. (2023). Pre-Event Self-Efficacy and Sports Performance. *Frontiers in Sports*.
<https://doi.org/10.3389/fsppt.2023.10675036>
- López-Rodríguez, L., et al. (2025). Self-efficacy in high-performance sports: A systematic review. *Journal of Sports Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12178-025-09745-0>
- López-Rodríguez, L., et al. (2025). Self-efficacy in high-performance sports: A systematic review. *Journal of Sports Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12178-025-09745-0>
- Machado, T. do A., Balaguer, I., Paes, M. J., Jungles Fernandes, G., & Facco Stefanello, J. M. (2018). Self-efficacy in volleyball: What has been evaluated? A systematic review. *Cuadernos de Psicología Del Deporte*, 19(1), 76–94.
<https://doi.org/10.6018/cpd.329401>
- Machado, T. do A., Paes, M. J., Lirani, L. da S., & Stefanello, J. M. F. (2023). Validação da Escala de Autoeficácia no Voleibol para atletas de base (VSES-B). *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 25(2), ePTPPA14908. <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPPA14908.en>
- Machado, A. A., & Gomes, R. (2019). *Psicologia do esporte* (1st ed., p. 432). Fontoura Editora.

- Martin, J. J. (2002). Training and performance self-efficacy, affect, and performance in wheelchair road racers. *The Sport Psychologist*, 16(4), 384–395.
<https://doi.org/10.1123/tsp.16.4.384>
- Martin, J. J. (2008). *Multidimensional self-efficacy and affect in wheelchair basketball players*. Adapted Physical Activity Quarterly, 25(4), 275–288.
<https://doi.org/10.1123/apaq.25.4.275>
- Mikkelsen, H. T., Haraldstad, K., Helseth, S., Skarstein, S., Småstuen, M. C., & Rohde, G. (2020). Health-related quality of life is strongly associated with self-efficacy, self-esteem, loneliness, and stress in 14–15-year-old adolescents: A cross-sectional study. *Health and Quality of Life Outcomes*, 18(1). <https://doi.org/10.1186/s12955-020-01585-9>
- Moura, D. L., & Castro, R. (2002). Educação e inclusão: Perspectivas e práticas. *Educação & Sociedade*, 23(80), 139–152. <https://doi.org/10.24979/ambiente.v17i2.1364>
- Nogueira, F. C. A. (2016). *Crenças de autoeficácia e ansiedade em atletas de voleibol* (Tese de doutorado). UFJF, Juiz de Fora.
- Nooijen, C. F., de Groot, S., Postma, K., et al. (2015). Exercise self-efficacy and the relation [título incompleto no excerto]. *Journal of NeuroEngineering and Rehabilitation*, 12(103).
<https://doi.org/10.1186/s12984-015-0100-3>
- Ocete, C., Roldan, A., Reina, R., Ortega, G., & Pérez-Tejero, J. (2025). *Effect of a four-day inclusive basketball campus on the self-efficacy of youths with or without a physical disability*. *European Journal of Special Needs Education*, 40(1), 176–183.
<https://doi.org/10.1080/08856257.2024.2323337>

- Oliveira, A. A. (2017). Educação inclusiva: Desafios no Brasil. *Revista Educação*, 42(3), 455–472.
- Oliveira, A. A., & Nunes, C. (2018). Inclusão escolar: Um olhar sobre políticas e práticas. *Revista Educação Especial*, 31(60), 639–652.
- Oliveira, C. M., Nuernberg, A. H., & Henrique, C. (2025). Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 421–428. <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-04712013000300017>
- Papuda-Dolińska, B. (2023). Universal design of diagnostic tools. Wydawnictwo Uczelniane UKW. (Para fundamentação adicional sobre UD em avaliação). <https://docplayer.net/237385018-Universal-design-of-diagnostic-tools-barbara-papuda-dolinska.html>
- Parry, J. (2022). On the Definition of Sport. *Sport, Ethics and Philosophy*, 1(2), 1–9. <https://doi.org/10.1080/17511321.2022.2077814>
- Pasquali, L. (2004). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação* (2ª ed.). Vozes.
- Pensgaard, A. M., & Sorensen, M. (2002). *Empowerment Through the Sport Context: A Model to Guide Research for Individuals With Disability*. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 19(1), 48–67. <https://doi.org/10.1123/apaq.19.1.48>
- Pereira, R. C. (2016). Uma análise do discurso sobre megaeventos e consumo: Meu Caprichoso e Garantido. *Meu Brasil no Planeta*, 106–132.
- Pesca, A. D. (2013). Avaliação da eficácia de treinamento na percepção de treinadores de modalidades esportivas (Tese de doutorado). UFSC, Florianópolis.

- Pesca, A. D. (2016). *Elaboração e validação das escalas das fontes da autoeficácia individual para atletas de desportos coletivos brasileiros e portugueses (Relatório de programa de pós-doutoramento)*. Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Pesca, A. D., Cruz, R. M., & Filho, M. A. P. A. (2010). Estudos de autoeficácia em psicologia do esporte. *Revista de Psicologia do Cesusc*, 1, 12–19.
• <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v25i2.21685>
- Piceci, L., & Morsanuto, S. (2022). Life skills development in adult cognitive disabilities through sport. *Formazione & Insegnamento*, 20(1 Suppl.), 280–297.
https://doi.org/10.7346/-feis-XX-01-22_25
- Prates, E. A. R., & Joly, M. C. R. A. (2021). Motivação e aprendizagem autorregulada. *Latin American Journal of Development*, 3(5), 3384–3396.
<https://doi.org/10.46814/lajdv3n5-050>
- Reis, J. (2022). *Advanced Design*. Springer Nature.
- Ribeiro, R. J., & Seidl, E. M. F. (2021). Resiliência, enfrentamento e autoeficácia: Intervenção em grupo com pessoas com diabetes mellitus tipo 2. *Contextos Clínicos*, 14(1), 145–169.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822021000100008&script=sci_arttext
- Roid, G. H., & Miller, L. J. (1997). *Leiter International Performance Scale–Revised*. Stoelting.
- Romppel, M., Herrmann-Lingen, C., Wachter, R., Edelmann, F., Düngen, H.-D., Pieske, B., & Grande, G. (2013). A short form of the General Self-Efficacy Scale (GSE-6): Development, psychometric properties and validity in an intercultural non-clinical

sample and a sample of patients at risk for heart failure. *Psycho-Social Medicine*, 10(23), Doc01. <https://doi.org/10.3205/psm000091>

Schliermann, R., & Stoll, O. (2007). Self-efficacy and sport anxiety in German elite female wheelchair basketball players. *Sobama Journal*, 12(1), 135–139.

Singleton, K. M., & McAllister-Deitrick, J. (2023). The use of imagery to improve self-efficacy of rehabilitation capabilities in athletes following a sport-related injury: A critically appraised topic. *Journal of Sport Rehabilitation*, 32(6), 744–748. <https://doi.org/10.1123/jsr.2022-0268>

Sivrikaya, M. (2019). The impact of self-efficacy on athletic performance. *Journal of Sports Psychology*.

Sivrikaya, M. H. (2019). The role of self-efficacy on performance of sports skills of football players. *Journal of Education and Training Studies*, 6(12a), 75. <https://doi.org/10.11114/jets.v6i12a.3952>

Soares, A. J. G. & Vaz, A. F. (2009). Esporte, globalização e negócios: o Brasil dos dias de hoje. In M. D. Priore & V. A. M. Melo (Orgs.), *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais* (481-504). São Paulo: UNESP.

Solera, B., Martins, C., & Prado, A. (2021). Inclusão no esporte escolar: Análise de práticas docentes. *Revista Educação e Realidade*, 46(4), e108291.

Souza, D. A. A., & Albuquerque, P. P. (2024). Autoeficácia em atletas competitivos e seus impactos na prática esportiva. *Revista Pensar a Prática*, 27, e77293. <https://doi.org/10.56238/arev7n6-237>

- Souza, M. T. de, Silva, M. D. da, & Carvalho, R. de. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw113>
- Stephanidis, C. (2021). Design for all in technologies (5th ed., Vol. 1). Wiley Online Library.
- Tejero-González, C. M., de la Vega-Marcos, R., Vaquero-Maestre, M., & Ruiz-Barquín, R. (2016). Satisfacción con la vida y autoeficacia en jugadores de baloncesto en silla de ruedas. *Revista de Psicología del Deporte*, 25(1), 51–56.
- Tubino, M. J. G. (2017). *O que é esporte*. Brasiliense.
- Tus, J. (2020). Self-concept, self-esteem, self-efficacy and academic performance of the senior high school students. *Figshare*, 4(10). <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13174991.v1>
- Universal Design Institute. (2024). *Universal design principles*. <https://www.udinstitute.org/principles>
- Walter, F., Nikoleizig, T., & Alfermann, D. (2019). The effects of self-talk training on self-efficacy in athletes: A longitudinal study. *Psychology of Sport and Exercise*, 43, 122–130. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2019.01.006>
- Weinberg, R. S., & Gould, D. (2017). *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. Artmed.
- Wu, C. (2024). The Impact of Sports Industry Output on Economic Growth: Evidence from China. *Journal of the Knowledge Economy*, 16(2). <https://doi.org/10.1007/s13132-024-02218-y>

Zabala-Dominguez, O., Rubio Florido, I., Lázaro Fernández, Y., & Borrajo Mena, E. (2023).

Life satisfaction and psychological capital in athletes with physical disabilities.

Behavioral Sciences, 13(12), 1010. <https://doi.org/10.3390/bs13121010>

Zamora-Araya, J. A., Montero-Rojas, E., Smith-Castro, V., Moreira-Mora, T. E., Zamora-

Calvo, P., Quintero-Arias, K., & Matarrita-Muñoz, S. (2022). Género, autoeficacia y desempeño en una prueba de matemática: El papel moderador del centro educativo.

Uniciencia, 36(1), 1–17. <http://dx.doi.org/10.15359/ru.36-1.46>

ESTUDO II - Adaptação da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Atletas de Competição a partir dos preceitos do Desenho Universal

Resumo: Este estudo objetivou adaptar a Bateria de Escalas de Autoeficácia para Atletas de Competição (BEAEC) para aplicação em pessoas com e sem deficiência física e/ou visual, seguindo os princípios do Desenho Universal. A metodologia incluiu a adaptação semântica dos itens e a informatização do instrumento, avaliada mediante análise com paratletas. Os resultados demonstraram preferência pela plataforma Google Forms devido à sua superior usabilidade e recursos de acessibilidade, além de indicarem a necessidade de substituição de termos com conotação visual para garantir plena inclusão. A conclusão aponta que a versão adaptada da BEAEC mostra-se viável e eficaz na promoção de equidade em avaliações psicológicas no contexto paradesportivo, representando um avanço significativo para a inclusão e validação de instrumentos acessíveis na psicologia do esporte.

Palavras-chave: Autoeficácia, Paradesporto, Desenho Universal, Adaptação de Instrumento.

Abstract: This study aimed to adapt the Battery of Self-Efficacy Scales for Competition Athletes (BEAEC) for application in people with and without physical and/or visual disabilities, following Universal Design principles. The methodology included semantic adaptation of items and digitalization of the instrument, evaluated through analysis with parathletes. Results demonstrated a preference for the Google Forms platform due to its superior usability and accessibility features, alongside the identified need to replace visually-oriented terms to ensure full inclusion. The conclusion indicates that the adapted version of BEAEC is feasible and effective in promoting equity in psychological assessments within parasports, representing a significant advancement for inclusion and the validation of

accessible instruments in sports psychology.

Keywords: Self-Efficacy, Parasports, Universal Design, Instrument Adaptation

Introdução

Esse estudo teve por objetivo realizar a adaptação do instrumento psicométrico BEAEC para uso em pessoas com e sem deficiência física e/ou visual, de acordo com os princípios do Desenho Universal. A adaptação de testes psicométricos é um processo metódico e rigoroso que visa modificar instrumentos de avaliação psicológica para que sejam culturalmente relevantes e aplicáveis a diferentes populações, incluindo aquelas com deficiências. Este processo não se limita à simples tradução dos itens, mas envolve uma análise profunda das nuances culturais, linguísticas e sociais que podem influenciar a interpretação e a resposta dos indivíduos aos testes (Daga et al., 2025; Pelleschi-Costa et al., 2023).

A importância dessa adaptação é especialmente significativa para usuários com deficiências, pois garante que suas experiências e capacidades sejam avaliadas de forma justa e precisa (Kirmayer et al., 2022). Ao criar instrumentos que considerem as necessidades específicas desses indivíduos, promove-se não apenas a equidade nas avaliações, mas também a inclusão social, permitindo que todos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, testes adaptados podem melhorar a validade e a confiabilidade dos resultados (Sun et al., 2025), contribuindo para diagnósticos mais precisos e intervenções mais eficazes em contextos educacionais e clínicos (Khan et al., 2024).

Paradesporto e Paratletas

Há uma diferença significativa entre o esporte convencional e o esporte adaptado, especialmente no que se refere à maneira como são organizados e estruturados. O esporte

convencional, como tradicionalmente o conhecemos, é organizado com base em modalidades específicas, como futebol, basquete, natação e atletismo, entre outras. Cada uma dessas modalidades tem regras, estruturas e competições específicas, que são universalmente aplicadas aos atletas. Por outro lado, o esporte adaptado, embora também inclua modalidades esportivas similares às do esporte convencional, possui uma organização diferenciada, baseada nas deficiências dos atletas que participam (Comitê Paralímpico Brasileiro, 2023). Essa organização por deficiências permite que os esportes sejam adaptados às capacidades físicas, motoras e sensoriais dos paratletas, garantindo a inclusão e uma competição justa.

Dentro de uma mesma modalidade de esporte adaptado, é comum haver múltiplas categorias. Essas categorias são definidas de acordo com o tipo de deficiência do atleta, como deficiência física, visual, auditiva ou intelectual. Por exemplo, no atletismo paralímpico, atletas com diferentes níveis de deficiência física competem em categorias separadas, garantindo que as condições da competição sejam equivalentes e justas para todos os participantes (Campeão, 2011; Moura & Castro, 2002; Torralba et al., 2014). Essa divisão por categorias é fundamental para permitir que os atletas tenham condições de competir em igualdade de oportunidades, valorizando suas habilidades individuais e respeitando suas limitações específicas.

Por essas razões, é indispensável conhecer a fundo as especificidades de cada tipo de esporte, seja convencional ou adaptado. Essa compreensão detalhada não só contribui para um estudo mais rigoroso e adequado dos fenômenos esportivos, mas também permite a formulação de intervenções e ferramentas mais eficazes, que são particularmente importantes no esporte adaptado, pois podem auxiliar na superação de barreiras e desafios que os paratletas enfrentam tanto no esporte quanto na vida cotidiana (Alvis-Gómez & Neira-Tolosa, 2013; Moura & Castro, 2002).

Compreender as diferenças entre o esporte convencional e o esporte adaptado não só

enriquece o campo de estudos sobre o esporte como também contribui para a construção de políticas, práticas e tecnologias que favorecem a inclusão, o desempenho e o bem-estar dos atletas. Por meio desse entendimento, é possível criar um ambiente esportivo mais inclusivo e adaptado, onde todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, possam alcançar seu pleno potencial. Assim, estudar, planejar e aplicar intervenções específicas para cada contexto esportivo é uma forma de valorizar a diversidade e garantir a evolução contínua do esporte como prática humana transformadora e inclusiva (Campeão, 2011; Moura & Castro, 2002; Torralba et al., 2014).

Inclusão e Barreiras no Esporte

O esporte para pessoas com deficiência demanda ambientes inclusivos. Um ambiente inclusivo no contexto de paratletas é aquele que proporciona acesso e oportunidades iguais para que todos possam participar e prosperar no esporte, independentemente de suas habilidades, deficiências ou condições de saúde mental (Castro et al., 2024). A criação de tal ambiente não é apenas uma questão de igualdade, mas também de dignidade e respeito pelos direitos humanos. Isso exige uma abordagem integrada para superar uma série de barreiras que limitam a participação plena desses indivíduos. Essas barreiras abrangem diversos aspectos e possuem implicações significativas na qualidade de vida e na performance esportiva dos atletas. Dentre elas, ainda segundo Castro et al. (2024), destacam-se:

1. Barreiras arquitetônicas frequentemente se apresentam como um dos maiores obstáculos para a inclusão. A inadequação das infraestruturas esportivas e acomodações é evidente em instalações com portas estreitas, banheiros inacessíveis, ausência de rampas e configurações inadequadas de quartos;
2. Barreiras urbanísticas ampliam os desafios enfrentados pelos atletas ao incluir características do ambiente urbano que dificultam sua mobilidade. Calçadas

inacessíveis, falta de sinalização apropriada e condições precárias das vias são apenas alguns dos problemas encontrados.

3. Barreiras de transporte representam outro ponto crítico frequentemente negligenciado. A ausência de veículos adaptados, combinada com as dificuldades no uso de transportes públicos, cria limitações substanciais para a mobilidade dos atletas. Relatos comuns incluem cancelamentos de voos, veículos inadequados e a falta de recursos acessíveis, como elevadores e rampas.
4. Barreiras organizacionais surgem da falta de planejamento eficaz e organização em eventos esportivos inclusivos. Esses aspectos indicam a ausência de uma visão estratégica por parte dos organizadores, o que reflete uma subvalorização da importância da inclusão.
5. Barreiras relacionadas aos recursos humanos refletem outro aspecto crítico na criação de um ambiente inclusivo. A falta de disponibilidade e qualificação de profissionais de suporte, como técnicos, fisioterapeutas e cuidadores, representa uma barreira substancial para muitos atletas.

A superação dessas barreiras exige uma abordagem integrada que envolve um esforço conjunto envolvendo governos, organizações esportivas, profissionais especializados e os próprios paratletas. Isso inclui desde o investimento em infraestrutura acessível até a formação de equipes qualificadas para atender às necessidades específicas desses indivíduos.

Tecnologias Assistivas

Boa parte da criação de ambientes inclusivos passa pelo uso planejado de Tecnologias Assistivas (TA). Estas englobam uma ampla gama de recursos práticos destinados a promover a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência (Bastos et al., 2023). O objetivo

final dessas tecnologias é fomentar a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social, atuando como ferramentas fundamentais para superar barreiras e ampliar oportunidades sobretudo em cenários de educação e treinamento (Souza & Vieira, 2020).

As TAs apresentam características que as tornam indispensáveis para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva. Sua aplicabilidade é diversificada, atendendo a uma vasta gama de necessidades. Exemplos notáveis incluem brinquedos e vestimentas adaptadas, computadores com aplicativos e dispositivos de controle como switches e atuadores, impressoras em braile, dispositivos de suporte postural, auxílios à mobilidade (manuais ou elétricos), sistemas de comunicação aumentativa e alternativa, aparelhos de audição e implantes cocleares, próteses, veículos adaptados, softwares de leitura de tela e sistemas de transporte acessíveis (Silva et al., 2023). Esses dispositivos são projetados para otimizar funções físicas, sensoriais, cognitivas e de comunicação, ampliando as capacidades funcionais dos indivíduos.

Além disso, as tecnologias assistivas têm como propósito principal promover a participação ativa das pessoas com deficiência em diversos âmbitos da vida, incluindo educação, trabalho, lazer e atividades sociais (Beltrame, 2022). A personalização dessas tecnologias é um fator crítico, pois permite que sejam ajustadas às necessidades e preferências específicas de cada usuário, garantindo maior eficácia, satisfação e adesão ao seu uso. Essa adaptação individualizada é um elemento essencial para o sucesso da implementação das tecnologias assistivas.

No contexto dos esportes paralímpicos, as tecnologias assistivas desempenham um papel crucial ao facilitar a participação e melhorar o desempenho dos paratletas (Silva & Alves, 2020). Entre os dispositivos mais utilizados estão cadeiras de rodas manuais, próteses, equipamentos esportivos adaptados (como bolas e raquetes), órteses e suportes específicos

(Leta & Braz, 2024). Esses recursos não apenas viabilizam a prática esportiva, mas também incentivam a superação de limites e a busca por excelência atlética.

Entretanto, o uso eficaz das tecnologias assistivas depende de diversos fatores. Entre os fatores pessoais, destacam-se as preferências individuais, a aceitação da deficiência, o apoio familiar e social, e a resiliência do indivíduo (Silva & Jonaty, 2024). Os fatores ambientais, por sua vez, incluem a acessibilidade dos espaços físicos, o suporte de profissionais qualificados e as atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência. Por fim, os fatores relacionados aos dispositivos incluem características como conforto, ajuste, segurança, eficácia, durabilidade e facilidade de uso.

Os estudos destacam a importância da abordagem centrada no usuário na avaliação, prescrição e monitoramento de tecnologias assistivas (TA), envolvendo ativamente os usuários nas decisões para garantir que suas necessidades, preferências e objetivos sejam considerados (Soltani et al., 2025). O treinamento prático e o suporte contínuo são essenciais para maximizar os benefícios das TA, promovendo sua utilização eficaz e sustentável (McDonnall et al., 2023). Com uma abordagem inclusiva e colaborativa, as tecnologias assistivas têm potencial transformador, ampliando horizontes e contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. No esporte adaptado, as TA desempenham papel crucial na participação, treinamento e desempenho de paratletas. Dispositivos como cadeiras de rodas esportivas, próteses avançadas e equipamentos adaptados têm desbloqueado modalidades antes inacessíveis (Silva & Alves, 2020), impulsionando a inclusão, a reabilitação e o empoderamento.

Outro ponto crítico é a satisfação dos usuários e o suporte técnico necessário para a utilização eficaz das tecnologias assistivas. Fatores como conforto, ajuste, durabilidade e facilidade de uso desempenham papéis fundamentais na aceitação dos dispositivos pelos

atletas (Silva & Alves, 2020). Apesar dos avanços significativos, ainda há barreiras importantes relacionadas à acessibilidade e à disponibilidade dessas tecnologias.

A literatura sobre tecnologias assistivas no esporte adaptado, embora em expansão, ainda revela lacunas relevantes (Leta & Braz, 2024). Torna-se necessário ampliar pesquisas que avaliem sua eficácia em diferentes modalidades e populações, além de estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras, acessíveis e viáveis. Paralelamente, políticas públicas devem fomentar a pesquisa e a inclusão tecnológica, assegurando que atletas de distintas condições e origens tenham igualdade de oportunidades para participar e prosperar no esporte adaptado.

Essas inovações tecnológicas têm um impacto direto na forma como o esporte é praticado e consumido. Leeds e Allmen (2016) e Soares e Vaz (2009) ressaltam que a evolução das tecnologias, como equipamentos de treinamento, análise de desempenho e dispositivos de monitoramento, não apenas potencializam a performance dos atletas, mas também democratizam o acesso ao esporte, permitindo que um maior número de pessoas participe de atividades físicas de forma segura e eficaz.

Capacitismo

No que diz respeito à relação entre a inclusão nos esportes e as pessoas com deficiência, emergem questões fundamentais, como o capacitismo. Este conceito se refere a uma forma de discriminação profundamente enraizada que favorece pessoas sem deficiência em detrimento daquelas com deficiência, perpetuando desigualdades em diversos âmbitos sociais (Lorandi & Gesser, 2023). Trata-se de um preconceito estrutural e cultural que, de forma explícita ou implícita, valoriza corpos sem deficiência como mais eficientes, capazes ou desejáveis. Esse tipo de discriminação manifesta-se em atitudes individuais, práticas institucionais e políticas públicas que frequentemente ignoram, excluem ou marginalizam pessoas com deficiência (Marchesan & Carpenedo, 2021). No contexto esportivo, o

capacitismo pode se revelar de maneira ainda mais marcante, seja pela exclusão de indivíduos com deficiência de atividades esportivas, seja por meio de percepções que os subestimam, considerando-os incapazes de atingir o mesmo nível de desempenho que seus pares sem deficiência (Seixas, 2021).

Uma das razões subjacentes ao capacitismo pode ser encontrada na prevalência histórica do modelo médico da deficiência. Por este modelo a deficiência é interpretada como um problema puramente individual, uma condição intrínseca ao corpo da pessoa, que deve ser "corrigida" ou "reparada" para que se aproxime dos padrões normativos de funcionalidade física ou sensorial (Lage et al., 2023). Dentro dessa perspectiva, corpos com deficiência são frequentemente vistos como inferiores, incompletos ou deficitários, reforçando a ideia de que cabe ao indivíduo a responsabilidade de se adaptar à sociedade. Essa visão medicalizante desconsidera as barreiras externas – sociais, culturais e ambientais – que impedem a plena inclusão das pessoas com deficiência. Como resultado, ainda segundo Lage et al. (2023), a narrativa centrada no modelo médico limita a compreensão da deficiência a um problema físico ou sensorial, negligenciando os fatores sistêmicos que perpetuam a exclusão e a discriminação.

Em oposição a essa visão reducionista, o modelo social da deficiência oferece uma perspectiva transformadora e inclusiva, que defende que as limitações enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são decorrentes exclusivamente de suas características individuais, mas, sobretudo, da organização social e das barreiras que esta impõe (Santos et al., 2023). Segundo essa abordagem, a deficiência é um construto social que reflete a incapacidade da sociedade de criar condições igualitárias para todos. Espaços inacessíveis, políticas inadequadas e normas culturais excludentes são exemplos dessas barreiras. Em vez de se concentrar em "ajustar" o corpo das pessoas, o modelo social propõe que seja a sociedade a passar por uma transformação estrutural. Essa transformação inclui a remoção de barreiras

físicas e atitudinais, a implementação de políticas inclusivas e a adaptação de normas e práticas para acomodar as necessidades de todos os indivíduos, independentemente de suas condições (Mendes et al., 2022).

Embora o modelo social da deficiência promova direitos e igualdade, ele enfrenta críticas por desconsiderar a experiência individual — como dor crônica e limitações funcionais — e por simplificar a diversidade das vivências da deficiência (Thorneycroft, 2024). Defende-se um modelo integrado, que combine aspectos sociais e individuais para uma compreensão mais inclusiva. No contexto esportivo, essa abordagem é essencial para combater o capacitismo e valorizar a pluralidade corporal (Adam & Koutsoklenis, 2023; Carlin et al., 2024).

Representações diversas do paradesporto

O esporte desempenha papel essencial na inclusão social de pessoas com deficiência, promovendo interação, desenvolvimento pessoal e comunitário (Solera et al., 2021). Vai além da atividade física, integrando áreas como assistência social, saúde, educação e cultura, fortalecendo políticas públicas e o protagonismo das pessoas com deficiência (Leonard, 2015). A mídia, formuladores de políticas e organizações esportivas têm papel crucial na promoção de um ambiente inclusivo. Representações autênticas e diversificadas, que evitem estereótipos e valorizem as contribuições dos paratletas, são fundamentais (Bataglione & Mazo, 2020). Paralelamente, políticas públicas devem incentivar a participação em atividades esportivas, garantindo acessibilidade e financiamento de programas adaptados (Silva et al., 2024).

Estudos apontam que a representação midiática frequentemente enfatiza superação em vez de mérito esportivo, reforçando o estereótipo do “supercrip”, isto é, o “super-aleijado”, termo que ainda carrega uma carga negativa (Pereira et al., 2023). Nesse contexto, eventos

como os Jogos Paralímpicos e federações nacionais, criados no século XX, têm ampliado visibilidade e interesse público, reafirmando o compromisso com inclusão (Moura & Castro, 2002; Torralba et al., 2014).

Organizações esportivas devem combater atitudes capacitistas, oferecendo treinamentos de conscientização e inclusão para técnicos, funcionários e atletas, fortalecendo uma cultura organizacional inclusiva. A percepção positiva do paradesporto influencia o público e fomenta políticas públicas voltadas à inclusão em esportes e lazer (Gugliano et al., 2021; Leite et al., 2024; Lima et al., 2021).

No Brasil, leis e marcos regulatórios garantem direitos ao lazer e à participação esportiva de pessoas com deficiência, desde a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) até a Lei Brasileira de Inclusão (Presidência da República, 2015), passando pelo Decreto nº 3.298/1999 (Presidência da República, 1999) e pela ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Esses instrumentos consolidam a promoção da acessibilidade e da igualdade de oportunidades no esporte e lazer (Corbucci, 2002; Leonard, 2015; Moura & Castro, 2002).

Apesar dos avanços legais, a eficácia das políticas enfrenta desafios práticos, como restrições orçamentárias, falta de coordenação entre esferas governamentais e lacunas entre normas e implementação (Carvalho & Alves, 2020; Vilhena et al., 2023). Movimentos sociais e organizações de defesa de direitos humanos têm papel crucial na pressão por políticas inclusivas (Cunha, 2021).

A escassez de pesquisas e avaliações sistemáticas dificulta decisões informadas e ajustes nas políticas (Mendes et al., 2020; Silva et al., 2024). Programas como o Bolsa-Atleta Paralímpico têm avançado no apoio a paratletas, mas ainda carecem de dados atualizados para avaliar plenamente seu impacto (Neves, 2023).

Políticas locais eficazes melhoram a acessibilidade em instalações esportivas,

promovendo participação em atividades recreativas e inclusão social (Grundy-López, 2024). O suporte financeiro permite que paratletas se dediquem aos treinamentos e competições, garantindo sustentabilidade e formação de talentos (Santos et al., 2023). Megaeventos, como os Jogos Paralímpicos, ampliam visibilidade e desafiam estereótipos, enquanto centros de treinamento acessíveis potencializam o desempenho dos atletas (Patatas et al., 2020). A representação e a defesa em prol de direitos conquistados, por meio de comitês como o Comitê Paralímpico Brasileiro, garantem voz ativa aos atletas, permitindo influenciar políticas e fortalecer a inclusão no esporte (Patatas et al., 2020).

A pesquisa acadêmica pode fornecer recomendações baseadas em evidências, apoiando a implementação de políticas mais equitativas e promovendo plena participação das pessoas com deficiência em esportes e lazer, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

Aspectos psicológicos do paradesporto

Além das barreiras físicas e sociais descritas anteriormente, também constam barreiras psicológicas a serem observadas no que tange o paradesporto (Nóbrega et al., 2024). A superação dessas barreiras envolve suporte psicológico especializado, com foco na gestão de ansiedade pré-competição, no fortalecimento da autoconfiança e no desenvolvimento de resiliência (Barella et al., 2022).

Estudos sobre autoeficácia têm demonstrado que o fortalecimento desta, seja em paratletas, seja em seus treinadores e professores, também pode promover a inclusão social e a participação de pessoas com deficiência no esporte e em outros contextos (Seron et al., 2021). A autoeficácia desempenha um papel central na promoção da inclusão de paratletas, exercendo impacto em diferentes dimensões do ambiente esportivo. No contexto do paradesporto, a autoeficácia está associada tanto aos comportamentos e atitudes dos treinadores quanto à experiência dos próprios atletas, ao ponto de pesquisas apontarem que a

autoeficácia profissional do treinador se reflete em ganhos de autoeficácia de seus atletas (Halian et al., 2023).

Os treinadores que apresentam maior senso de autoeficácia em relação ao ensino e à inclusão de paratletas tendem a demonstrar maior confiança em suas habilidades. Essa confiança é traduzida em comportamentos e decisões mais inclusivas, criando um ambiente de treinamento mais receptivo (Stylianios et al., 2024). Treinadores com alta autoeficácia não apenas expressam atitudes mais positivas em relação à inclusão, como também desenvolvem estratégias mais eficazes para engajar paratletas em suas sessões de treinamento. Assim, a crença em suas capacidades é um facilitador-chave para práticas inclusivas.

Um nível elevado de autoeficácia está associado ao aumento da motivação e do esforço dos paratletas, tanto em treinamentos quanto em competições (Cruz & Maciel, 2024). Segundo esses pesquisadores, paratletas que acreditam em suas capacidades de sucesso estão mais propensos a se dedicarem às exigências físicas e mentais do esporte, mesmo diante de desafios ou adversidades.

Por conta do acréscimo de autoeficácia em paratletas de alto nível, muitos apresentam o "paradoxo da deficiência", fenômeno em que indivíduos com deficiência frequentemente relatam alta satisfação com a vida, apesar dos desafios enfrentados (Alvarelhão, 2010). Esse paradoxo sugere que muitos desses indivíduos desenvolvem mecanismos de adaptação e resiliência que os ajudam a encontrar significado e propósito em suas experiências, muitas vezes mediados pela autoeficácia. A prática esportiva, nesse contexto, surge como um poderoso meio de empoderamento para pessoas com deficiência, promovendo independência, confiança e um senso de controle sobre suas vidas.

Apesar da existência de uma literatura substancial que aborda o construto da autoeficácia no contexto esportivo, é notório que a pesquisa relativa à utilização de instrumentos de avaliação psicológica, destinados a mensurar a autoeficácia na população de

paradesportistas é bastante limitada. Boa parte dessas pesquisas focam paratletas com deficiências motoras em contexto de competição de alta performance. Consta como exemplo de tal linha de pesquisa: o uso da Escala de Autoeficácia em Esportes Coletivos (EAEC) para avaliar os componentes da autoeficácia em paratletas de rugby (Barella et al., 2022).

Apesar da literatura consistente sobre o construto de autoeficácia no esporte, a busca por artigos científicos que abordassem o uso de instrumentos de avaliação psicológica para medir a autoeficácia em paradesportistas identificou apenas três estudos nessa perspectiva: Ferreira et al. (2011); Martin (2002); Schliermann e Stoll (2007). Nesses estudos foram aplicados instrumentos que medem o construto autoeficácia nos atletas com e também nos atletas sem deficiência, fazendo algumas comparações e relações. Esses estudos não abarcam, no entanto, diferentes tipos de deficiência física. Também não abordam, de forma detalhada, os processos de construção e adaptação de instrumentos de medida para viabilizar uma adequada comparabilidade dos seus resultados em pessoas com e sem deficiência.

Importância do Desenho Universal em Avaliações no Contexto do Esporte

O termo Design Universal (DU), segundo o *Universal Design Institute* (2024), refere-se a um conjunto de princípios que orientam a criação de produtos, ambientes, serviços ou comunicações de forma que sejam utilizáveis por *todas as pessoas*, independentemente de suas habilidades, idade ou circunstâncias particulares. Princípios esses que visam guiar tanto a avaliação de projetos existentes quanto a concepção de novos projetos, promovendo características de usabilidade e acessibilidade amplamente aplicáveis, de modo a atender ao maior número possível de usuários.

Thompson, Johnston e Thurlow (2002) apontam que o DU, na avaliação psicológica, envolve a criação de instrumentos que considerem desde a clareza das instruções até a flexibilidade na apresentação e na resposta, de modo a reduzir barreiras para diferentes perfis

de avaliandos. Pesquisas têm apontado a importância de desenvolver e adaptar testes psicológicos com base nos princípios do DU para torná-los mais acessíveis a populações diversas, aspectos que podem ser usados para pessoas com deficiências que praticam esportes. Esses princípios podem ser transpostos para a Psicologia do Esporte, garantindo que atletas com deficiências tenham condições equitativas de demonstrar suas competências psicológicas e cognitivas, permitindo uma avaliação mais justa, inclusiva e precisa de suas habilidades e necessidades.

Segundo Vargas et al. (2018), aplicar o DU para criar e adaptar testes para atletas paralímpicos poderia ser benéfico de várias maneiras. Em primeiro lugar, a aplicação dos princípios do DU pode promover imparcialidade e precisão nas avaliações. Isso ocorre porque esses princípios são projetados para minimizar o viés, oferecendo uma avaliação justa e precisa das características psicológicas de um atleta, independentemente de sua deficiência. Ao considerar as diversas necessidades dos atletas, os testes podem ser elaborados para refletir com maior fidelidade as habilidades e desafios únicos enfrentados pelo indivíduo.

Além disso, o DU visa ampliar a acessibilidade dos testes. Isso significa que os instrumentos de avaliação podem ser desenvolvidos para serem acessíveis a atletas com diferentes tipos de deficiências, incluindo aquelas relacionadas à mobilidade, visão e cognição (Hums et al., 2021). Essa abordagem inclusiva assegura que todos os atletas tenham a oportunidade de participar plenamente do processo de avaliação, sem enfrentar barreiras que possam comprometer seus resultados.

Outro aspecto importante é que a implementação do DU pode aumentar o engajamento dos atletas durante os testes (Irish, 2020). Testes projetados sob essa perspectiva, que incorporem tecnologia e elementos interativos, têm o potencial de serem mais envolventes. Essa maior interação pode levar a uma participação mais ativa dos atletas, resultando em dados mais ricos e significativos sobre seu desempenho psicológico e emocional. Assim, ao integrar

o DU na testagem para atletas paralímpicos, é possível não apenas melhorar a qualidade das avaliações, mas também promover um ambiente mais inclusivo e estimulante para todos os participantes.

Justificativa

O BEAEC, já dispõe de evidências de validade psicométricas em amostras de atletas brasileiros (Pesca, 2016), o que reforça sua pertinência e utilidade para investigações científicas e aplicações práticas. Um diferencial importante é que ela foi desenvolvida de forma simultânea para o português do Brasil e o de Portugal, o que amplia sua robustez linguística e favorece comparações transculturais dentro do espaço lusófono. Além disso, trata-se de um instrumento específico para o contexto esportivo, o que o torna particularmente adequado para captar dimensões psicológicas próprias da prática desportiva, muitas vezes negligenciadas por escalas mais generalistas (Khan et al., 2024; Sun et al., 2025).

Outro aspecto que fortalece a relevância desta pesquisa é o acesso direto aos autores do instrumento, que se mostraram disponíveis para discutir modificações necessárias para a sua utilização junto a pessoas com deficiência. Essa abertura não apenas legitima a adaptação, como também garante que o processo seja realizado em consonância com os pressupostos teóricos e metodológicos originais, preservando a validade do construto e ampliando a aplicabilidade prática da medida.

Portanto, ao reunir evidências prévias de validade e apoio dos autores originais, esta investigação justifica-se pela possibilidade de oferecer um instrumento mais inclusivo e adaptado às necessidades de atletas com deficiência. Com isso, busca-se contribuir para diagnósticos mais precisos, intervenções psicológicas mais eficazes e, sobretudo, para a promoção da equidade e da inclusão no cenário esportivo.

Uma versão da BEAEC adaptada para paratletas apresenta relevância social

significativa, pois fortalece os princípios de inclusão e equidade nas avaliações psicológicas. Ao oferecer uma medida capaz de captar de forma justa e sensível às crenças de eficácia desses atletas, garante-se que suas experiências singulares sejam reconhecidas e valorizadas. Isso promove não apenas maior representatividade dentro da psicologia do esporte, mas também reforça a ideia de que pessoas com deficiência devem ter acesso a instrumentos que respeitem suas especificidades, ampliando oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

No plano teórico, a adaptação da escala destaca a importância do Desenho Universal em Psicometria, uma perspectiva que preconiza a elaboração e adaptação de medidas de forma inclusiva desde a origem. Ao considerar as necessidades de diferentes grupos de atletas, o instrumento amplia sua validade de construto e sua aplicabilidade científica. Isso contribui para o avanço do campo da avaliação psicológica, estimulando que futuros instrumentos sejam concebidos com maior sensibilidade às questões da diversidade e acessibilidade.

Por fim, a relevância também se estende ao âmbito econômico, em razão do crescimento contínuo do paradesporto enquanto fenômeno midiático e de mercado. A visibilidade crescente dos Jogos Paralímpicos e de outras competições tem atraído investimentos, patrocínios e maior cobertura midiática, consolidando o papel do paradesporto no cenário esportivo global. Nesse contexto, dispor de um instrumento psicometricamente sólido e adaptado à realidade de atletas com deficiência atende às demandas de pesquisadores, profissionais e organizações esportivas, ao mesmo tempo em que contribui para políticas públicas e privadas voltadas à valorização do paradesporto. Assim, a adaptação da BEAEC para paratletas justifica-se de forma robusta por conjugar dimensões sociais, teóricas e econômicas, promovendo inclusão, inovação científica e alinhamento com tendências de expansão esportiva e midiática. O objetivo deste estudo foi adaptar a Bateria de Escalas de Autoeficácia para Atletas de Competição (BEAEC) para aplicação em pessoas com e sem deficiência física e/ou visual, com base nos princípios do Desenho Universal.

Método

Versão original da BEAEC

A Bateria de Escalas de Autoeficácia Específica para Atletas de Competição (BEAEC) foi inicialmente desenvolvida e publicada como parte de um estudo de pesquisa conduzido por Pesca (2013). Em um estudo subsequente realizado durante seu pós-doutoramento, Pesca (2016) realizou uma validação complementar, envolvendo uma amostra de 100 atletas.

O instrumento é estruturado em sete fatores, cada um representando um dos aspectos do construto de autoeficácia delineados pelo modelo teórico subjacente: 1 - Escala geral de autoeficácia para esportes coletivos; 2 - Desempenhos passados; 3 - Aprendizagem vicária; 4 - Persuasão verbal; 5 - Indicadores fisiológico; 6 - Estados emocionais e 7 - Experiências imaginativas (Pesca, 2016). A estrutura multifatorial da BEAEC é composta por um total de 123 itens, distribuídos conforme os sete fatores identificados. O instrumento completo, contendo todas as escalas e seus respectivos itens, está disponível integralmente no Anexo I ao final deste documento, proporcionando uma referência detalhada para futuras pesquisas e aplicações práticas no campo da psicologia do esporte.

Processo de adaptação da BEAEC

A adaptação da BEAEC para o contexto do paradesporto foi realizada com base nos princípios do DU. O DU visa o desenvolvimento de produtos e ambientes acessíveis ao maior público possível e, aplicado à avaliação psicológica, enfatiza a importância do formato dos testes e sua influência na performance dos respondentes, destacando a necessidade de eliminar barreiras no acesso às avaliações para pessoas com deficiência (Oliveira, 2017; Oliveira & Nunes, 2018). De acordo com os pressupostos do DU, os instrumentos psicométricos deveriam incorporar recursos tecnológicos que promovem acessibilidade, proporcionando uma experiência de qualidade assistiva aos usuários (Oliveira & Nunes, 2018; Thompson,

Johnstone e Thurlow, 2002). Nesse contexto, a BEAEC foi adaptada para atender às necessidades de paratletas, utilizando interfaces que aderiram aos princípios do DU na TU. Essa abordagem visou permitir que tanto atletas com quanto sem deficiências pudessem participar da testagem de maneira equitativa.

Foi crucial que desde o planejamento inicial da adaptação fossem previstas metodologias como o DU, as quais proporcionaram a viabilidade técnica e acessibilidade do instrumento (Thurlow, Lazarus, Albus & Hodgson, 2010). A adaptação da BEAEC foi concretizada por meio da informatização do instrumento, justificando-se pelas vantagens proporcionadas em relação aos métodos tradicionais de lápis e papel, tais como a maior facilidade em coletar e processar dados. A informatização foi realizada em dois ambientes de aplicação: o Concerto e o Google Forms, para que ambos fossem testados. Com a aplicação dos princípios do DU, foram realizadas: a adaptação dos itens da BEAEC para o paradesporto, a revisão das instruções do teste e da escala de pontuação.

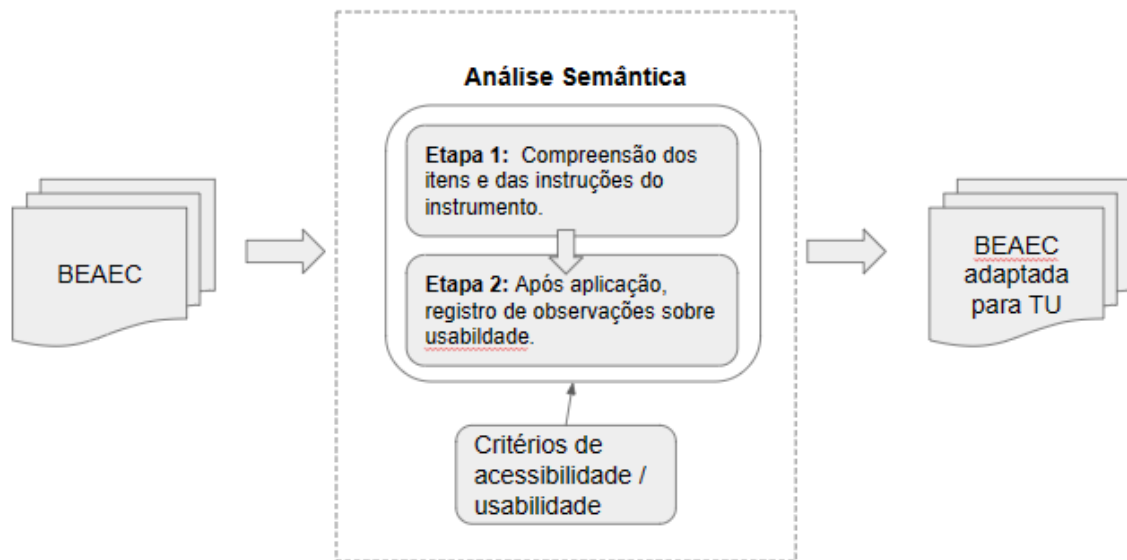
Análise Semântica dos Itens

Tal procedimento é utilizado para a busca de evidências de validade de conteúdo de um teste (Alchier & Cruz, 2012; Pasquali, 2004). Na análise semântica, teve-se como indicativo verificar se os itens, as instruções e demais elementos que compunham o teste (caderno de aplicação, sistema para registro de respostas etc.) eram compreensíveis à população-alvo (Alchieri & Cruz, 2012; Pasquali, 2004).

Esse estudo foi realizado em ambiente virtual para melhor análise dos itens e recursos de acessibilidade que foram utilizados na ferramenta de coleta de dados. Na pesquisa, não houve uso de recursos que não fossem em ambiente virtual; para responder à bateria de escalas, os participantes utilizaram notebook, tablet ou smartphone, todos os equipamentos precisam estar conectados à internet. A equipe de pesquisa forneceu tablet ou notebook com

recursos de acessibilidade instalados aos participantes que não tinham esses equipamentos no momento da coleta de dados. A Figura 2 resume os procedimentos adotados para tal:

Figura 2 - Análise semântica dos itens da BEAEC



Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador.

Conforme a Figura 2, o procedimento de análise semântica foi realizado em duas etapas. Na primeira etapa, os itens foram submetidos a paradesportistas com o objetivo de verificar se este grupo da população à qual o instrumento se destinava compreenderia todos os itens eleitos e asseverar que os conteúdos do instrumento, desde as instruções iniciais, formato de aplicação, até os itens, fossem acessíveis e compreendidos por todos os paradesportistas. Por isso, nesta etapa foram selecionados atletas com diferentes níveis de escolaridade, ou seja, atletas que possuíam ensino fundamental completo, ensino médio e ensino superior, assim contemplando os diferentes níveis de escolaridade (Pasquali, 1997, 2004).

Cada avaliação dizia respeito a uma entrevista individual, um participante por vez. Os participantes poderiam usar seus próprios dispositivos: notebook ou celulares. Os

participantes deveriam opinar, afinal, qual é o dispositivo mais adequado às pessoas com deficiência visual. O ministrante iniciou cada teste comunicando o objetivo da pesquisa. Em seguida, realizou a entrevista a partir do checklist (ver Anexo II). Durante o teste, foi realizado o registro do tempo de aplicação.

Na segunda etapa da análise semântica, deu-se o término da aplicação do teste. Foi disponibilizado tempo para o registro de observações, dúvidas e sugestões pertinentes à avaliação do instrumento por parte dos atletas. Essas sugestões giraram em torno especialmente no que diz respeito ao aspecto semântico dos itens e à usabilidade do teste. O *feedback* deles levou a usar o Google Forms, e não o Concerto, porque aquele tinha melhor usabilidade.

Execução da Análise Semântica

A pesquisa foi divulgada pela Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) e pela Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE). As pessoas interessadas em participar foram orientadas a contatar o pesquisador Fabricio Antonio Raupp por e-mail ou telefone móvel. Esse procedimento foi adotado para garantir o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, assegurando que nenhuma instituição envolvida na coleta de dados fornecesse contatos, e-mails ou números telefônicos dos participantes sem a devida autorização.

A coleta de dados foi realizada nas cidades de Florianópolis-SC e Itajaí-SC. Em Florianópolis, a coleta ocorreu na Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) e no Laboratório de Pesquisa em Avaliação Psicológica, localizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Nunes, integrante da pesquisa. Em Itajaí-SC, a coleta foi conduzida durante o 17º Jogos Abertos Paradesportivos de Santa Catarina, realizados em dezembro de 2023. A escolha dos locais foi realizada por conveniência.

Amostra de participantes

Os planos originais do Estudo II giravam em torno de dois grupos de 6 a 10 participantes cada, formados por atletas profissionais e amadores com algum tipo e nível de deficiência física e/ou visual. Delimitou-se nesta pesquisa os paratletas física e visual devido a limitação do instrumento de medida em alcançar pessoas com deficiências cognitivas, as quais não estariam plenamente aptas a responder aos itens propostos no referido instrumento.

Constaram como critérios de inclusão de participantes nos dois grupos:

1. Apresentar como escolaridade mínima o ensino fundamental completo;
2. Ter idade igual ou superior a 18 anos;
3. Ter participado de, pelo menos, uma competição organizada pela respectiva entidade esportiva do esporte coletivo praticado nos últimos doze meses;
4. Ter a intenção de participar de, pelo menos, uma competição de esporte coletivo organizada da mesma forma nos próximos doze meses.

Contudo, dada a pouca adesão de voluntários no perfil desejado, optou-se por realizar o estudo com dois participantes. Ambos deficientes visuais, que resolveram participar da pesquisa por incentivo da Associação Catarinense para Integração do Cego. Os participantes, ambos deficientes visuais e moradores de Florianópolis, são identificados no presente estudo como: S., 38 anos, sexo feminino, professora de Informática para deficientes visuais e atleta de Jiu-Jitsu e C., 49 anos, sexo masculino, militar da reserva, corredor de maratona.

As informações obtidas a partir da análise semântica serão consideradas no levantamento de itens que podem ter aplicabilidade limitada para pessoas com e sem deficiência. Possíveis dificuldades decorrentes do sistema de aplicação do teste serão consideradas para seu aprimoramento.

Resultados e Discussão

A adaptação da BEAEC demonstrou um avanço importante na promoção da inclusão de paratletas em contextos esportivos, estabelecendo um modelo sólido para futuras adaptações de instrumentos psicométricos que busquem contemplar a diversidade dos usuários. Os achados empíricos do Estudo II reforçam a relevância prática dessa adaptação, ao evidenciar como aspectos aparentemente secundários — como a plataforma de aplicação, o tipo de caixa de resposta, o salvamento automático e o *layout* — podem impactar diretamente a experiência do respondente. Dessa forma, a implementação bem-sucedida da versão adaptada reflete um compromisso real com a equidade nas avaliações psicológicas e contribui para um ambiente mais inclusivo no paradesporto.

A interação de S. e C. com as ferramentas de coleta de dados expôs barreiras que não emergem no planejamento teórico, mesmo quando se seguem de forma rigorosa as diretrizes de Desenho Universal e Testes Universais. Embora a plataforma Concerto ofereça recursos assistivos e tenha sido projetada com acessibilidade em mente, sua usabilidade prática mostrou limitações sérias nas situações reais de testagem: ausência de salvamento automático, caixas de texto extensas e confusas, e um *layout* que gerava dificuldade de navegação para pessoas com baixa visão. Em contraste, o Google Forms foi percebido como mais intuitivo, confiável e seguro, principalmente porque organiza os itens em blocos claros, salva automaticamente e minimiza a necessidade de suporte externo. Essa preferência dos participantes ilustra como a familiaridade tecnológica e a simplicidade do design são determinantes críticos para a inclusão efetiva.

Do ponto de vista metodológico, esses resultados reforçam a viabilidade de adaptar a BEAEC seguindo princípios de Desenho Universal, desde que essa adaptação inclua também a infraestrutura digital necessária para uma aplicação acessível. O Desenho Universal não se limita ao conteúdo dos itens, mas abrange o ambiente completo de testagem — interface,

fluxo, navegação, feedback e estabilidade técnica.

Assim, tornar a BEAEC amplamente acessível exige: uso de plataformas com salvamento automático; *layouts* lineares, sem caixas extensas; compatibilidade robusta com leitores de tela; ausência de elementos visuais que exijam manipulação fina; e possibilidade de testagem *offline* em casos de instabilidade de internet. Contrafactualmente, se esses aspectos não forem incorporados, mesmo um instrumento teoricamente perfeito continuará apresentando barreiras práticas e produzirá exclusão involuntária, algo que o próprio Estudo II evidenciou de modo claro.

Além das questões estruturais, a avaliação dos participantes ressaltou uma necessidade semântica central: eliminar termos que pressupõem visão — como “ver”, “visualizar”, “observar” — e substituí-los por equivalentes neutros e sensoriais, como “perceber”, “reconhecer”, “analisar” ou “interpretar”. Essa demanda não é meramente estética, mas essencial para garantir que a BEAEC seja compreensível, precisa e inclusiva para pessoas com deficiência visual. Esse tipo de barreira semântica, embora discreta, afeta diretamente a validade do instrumento, uma vez que induz interpretações divergentes e pode aumentar a carga cognitiva de quem tenta reconstruir mentalmente metáforas visuais.

O Estudo II mostrou que participantes se sentiram valorizados justamente porque perceberam que o instrumento buscava contemplar suas necessidades específicas; portanto, a adequação terminológica contribui para sua autonomia e confiança na avaliação. A análise dos relatos de S. e C. evidenciou também questões operacionais e emocionais importantes. Ambos relataram conforto ao participar de um instrumento pensado para pessoas com deficiência visual, mas também destacaram a inexistência de ferramentas adaptadas no cotidiano.

Essa percepção sugere que a adaptação da BEAEC vai além de uma contribuição científica: ela cumpre uma função social, demonstrando que instrumentos psicométricos

acessíveis não apenas medem — também comunicam pertencimento, reconhecimento e respeito ao usuário. Especulando além do solicitado, esse tipo de efeito pode aumentar a adesão, reduzir vieses de ansiedade avaliativa e fortalecer a relação entre pesquisadores e participantes, um aspecto que futuras investigações poderiam explorar sistematicamente.

Por fim, ao integrar as evidências, torna-se claro que somente estudos empíricos como este permitem identificar barreiras reais que não emergem em análises teóricas. Esses achados reafirmam que a adaptação da BEAEC é viável, promissora e necessária, desde que incorporadas melhorias contínuas na experiência de uso, na semântica dos itens e na plataforma de aplicação. Assim, o processo não apenas valida a adaptação, mas orienta de maneira decisiva a construção de instrumentos psicométricos realmente acessíveis, garantindo que pessoas com diferentes perfis de deficiência possam participar de avaliações de forma autônoma, segura e respeitosa.

Considerações Finais

No que diz respeito à usabilidade e ao meio tecnológico pelo qual se dará a coleta do BEAEC, as duas plataformas apresentaram acessibilidade ao paradesportista, não se percebendo diferenças significativas entre elas. Assim, pode-se afirmar que o recurso assistivo do pesquisando operou de forma equivalente. No entanto, a Google Forms se destacou como a opção mais adequada em cenários de queda de energia, uma vez que registra as informações de forma eficaz. Além disso, essa plataforma é amplamente conhecida, utilizada em diversas pesquisas e oferece uma gama de recursos de acessibilidade que facilitam seu uso por pessoas com diferentes necessidades. Dessa maneira, após a realização de duas entrevistas, concluiu-se que, neste momento, o Google Forms é a plataforma recomendada devido ao aprimoramento dos recursos assistivos disponíveis.

Esta pesquisa contou com algumas limitações. Dentre elas, a disponibilidade apenas de pessoas com deficiência sensorial na amostra de testadores. Se esta fosse maior e mais

diversificada, a pesquisa abrangeria uma gama maior de resultados.

Em relação aos itens do BEAEC, identificou-se a necessidade de adaptar os textos dos itens que sugerem uma perspectiva visual para garantir a inclusão das pessoas com deficiência visual. Por exemplo, itens como *"Observo outros atletas mais experientes do que eu para aprender com eles"* necessitam ser reescritos para eliminar referências à visão e assegurar que todos os participantes possam compreender e se relacionar com as questões propostas de maneira equitativa. Essa adaptação é fundamental para promover um ambiente verdadeiramente inclusivo e acessível, permitindo que todos os paradesportistas possam expressar suas experiências e opiniões sem barreiras relacionadas à sua condição visual.

Constam como sugestões para estudos futuros, sobretudo, investigações relacionadas a qualidade psicométrica da BEAEC adaptada. Especialmente no que diz respeito à sua avaliação com uma amostra maior e mais diversificada de paratletas.

REFERÊNCIAS

- Adam, S., & Koutsoklenis, A. (2023). Who needs the social model of disability? *Frontiers in Sociology*, 8, Article 1305301. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2023.1305301>
- Alchieri, J. C., & Cruz, J. F. A. (2012). *Avaliação psicológica: Conceitos, métodos e instrumentos*. Vozes.
- Alvarelhão, J. (2010). *Atividade física adaptada: Perspectivas e desafios*. Universidade do Porto.
- Alvis-Gómez, J. A., & Neira-Tolosa, M. (2013). Educación inclusiva y deporte adaptado: Retos y oportunidades. *Revista Educación Inclusiva*, 6(2), 35–49. <http://doi.org/10.6018/red/51/9>

- Barella, P. R., Oliveira, C. M., & Santos, L. H. (2022). A inclusão no esporte escolar: Uma análise sobre práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 36(4), 815–827. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092011000200010>
- Bataglioni, G., & Mazo, J. Z. (2020). Atividade física e envelhecimento: Políticas públicas e desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 23(2), e190156. Versão online ISSN: 1981-2256. <https://doi.org/10.23925/2176-901X.2020v23i0p7-15>
- Bastos, P. H., Souza, G. A., & Carvalho, R. (2023). Políticas de esporte inclusivo no Brasil: Avanços e contradições. *Revista Movimento*, 29(2), 1–15. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.73957>
- Beltrame, T. (2022). O papel do professor de educação física na inclusão de pessoas com deficiência. *Revista Práxis Educacional*, 18(40), 112–128.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República.
- Campeão, L. (2011). A prática do esporte adaptado no contexto escolar. *Revista Educação Física em Debate*, 3(1), 59–72. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092013005000010>
- Carlin, L., McPherson, G., & Davison, R. (2024). The International Classification of Functioning Disability and Health Framework (ICF): A new approach to enhance sport and physical activity participation among people with disabilities in Scotland. *Frontiers in Sports and Active Living*, 6, 1–12. <https://doi.org/10.3389/fspor.2024.123456>
- Carvalho, A. A., & Alves, M. F. (2020). Acessibilidade no esporte: Uma análise de espaços públicos. *Revista Educação Física UEM*, 31(1), e31012. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00020719>
- Castro, F. S., Gomes, R. A., & Silva, J. F. (2024). O financiamento do paradesporto no Brasil: Desafios atuais. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 14(2), 77–95.

- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2023). *Guia de políticas e programas para o esporte paralímpico*. CPB.
- Corbucci, P. R. (2002). Políticas sociais e desigualdade: Desafios para a inclusão. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 19(1), 111–128. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>
- Cruz, A. C., & Maciel, R. A. (2024). Esporte e inclusão social: Uma análise da realidade brasileira. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 38(1), 51–65. <https://doi.org/10.1590/S1807-55092011000200010>
- Cunha, M. C. (2021). Direitos das pessoas com deficiência e políticas de inclusão. *Revista de Direito Social*, 26(2), 233–250.
- Daga, M., Mohanty, P., Krishna, R., & Priya, S. R. M. (2025). Statistical validation in cultural adaptations of cognitive tests: A multi-regional systematic review [Preprint]. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2504.13495>
- Feitosa, V. E. (2025, 1 de maio). Tecnologia impulsiona o desempenho de paratletas e revoluciona o esporte paralímpico. *Lance*. *LANCE!*
- Ferreira, J. P., Gaspar, R., Campos, R., & Senra, C. (2011). Avaliação psicológica em contextos culturais diversos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(2), 225–233.
- Grundy-López, A. (2024). Inclusive sports policies and accessibility for people with disabilities: A global review. *SDGS Review: Lifestyle Journal*, 12(1), 88–104. <https://sdgsreview.org/LifestyleJournal/article/view/1828>
- Gugliano, C. R., Silva, M. L., & Andrade, P. (2021). Inclusão no esporte: Desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 43(2), e003921. <https://doi.org/doi.org/10.63391/C6F53B>

- Halian, I., Petrova, O., & Kozlova, T. (2023). Inclusive education and adapted sports: A comparative study. *International Journal of Inclusive Education*, 27(6), 745–760. <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i12.47687>
- Hums, M. A., Moorman, A. M., & Nakazawa, M. (2021). The governance of disability sport: Organizational perspectives. *Journal of Sport Management*, 35(3), 189–201. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2013.12.003>
- Irish, T. (2020). Disability and development: Policy intersections in global sport. *Third World Quarterly*, 41(3), 503–520.
- Khan, M. A., et al. (2024). Translation, cross-cultural adaptation and validation of psychometric properties of foot function index in Urdu-speaking population. *BMC Musculoskeletal Disorders*, 25, 857. <https://doi.org/10.1186/s12891-024-07857-5>
- Kirmayer, L. J., et al. (2022). Safe and valid? A systematic review of the psychometric properties of culturally adapted depression scales for use among Indigenous populations. *Global Mental Health*, 9, e20. <https://doi.org/10.1017/gmh.2022.20>
- Lage, A., Fernandes, P., & Rocha, S. (2023). Inclusão esportiva e políticas públicas no Brasil. *Revista Ciências do Esporte*, 45(1), 19–34.
- Leeds, M., & Allmen, P. V. (2016). *The economics of sports* (6th ed.). Pearson.
- Leite, F., Barros, C., & Pimenta, R. (2024). O papel da mídia na promoção do paradesporto. *Revista Comunicação & Esporte*, 12(2), 145–161. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.03.012>
- Leonard, M. (2015). *Sociology of disability and inclusive sports*. Routledge.
- Leta, R., & Braz, C. (2024). Financiamento público e esporte paralímpico: Estudo comparativo. *Revista Brasileira de Educação Física*, 36(1), 55–70.

- Lima, A. C., Moraes, J., & Freitas, T. (2021). Educação inclusiva e práticas esportivas escolares. *Revista Educação e Pesquisa*, 47, e231411. <http://doi.org/doi.org/10.63391/9BAD0F>
- Lorandi, C., & Gesser, M. (2023). Esporte, deficiência e inclusão social: Narrativas de atletas. *Revista Katálisis*, 26(3), 511–524.
- Marchesan, J., & Carpenedo, M. (2021). Inclusão social e políticas públicas esportivas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 11(2), 115–132.
- Martin, J. J. (2002). Training and performance in athletes with disabilities: A review. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 19(3), 373–391. <https://doi.org/10.3390/ijerph19127242>
- McDonnall, M., et al. (2023). Actual and preferred methods for learning to use assistive technology. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, 117(4), 335–348.
- Mendes, M. M., Silva, G. P. A., & Costa, L. A. (2020). Política pública de esporte e lazer para pessoas com deficiência. *Licere*, 23(3), 45–60. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2020.41684>
- Mendes, R. M., Torres, P., & Almeida, V. (2022). Inclusão social e políticas públicas: O papel do esporte. *Revista Movimento*, 28(3), 223–237.
- Moura, D. L., & Castro, R. (2002). Educação e inclusão: Perspectivas e práticas. *Educação & Sociedade*, 23(80), 139–152. <https://doi.org/10.24979/ambiente.v17i2.1364>
- Neves, L. H. D. V. (2023). Políticas públicas para o paradesporto: Programa Bolsa-A atleta Paralímpico. *Movimento*, 29(1), 1–15. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.121047>
- Nóbrega, F., Araújo, R., & Silva, D. (2024). A gestão do paradesporto no Nordeste brasileiro. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 14(2), 201–219.
- Oliveira, A. A. (2017). Educação inclusiva: Desafios no Brasil. *Revista Educação*, 42(3), 455–472.

- Oliveira, A. A., & Nunes, C. (2018). Inclusão escolar: Um olhar sobre políticas e práticas. *Revista Educação Especial*, 31(60), 639–652.
- ONU. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Vozes.
- Pasquali, L. (2004). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Artmed.
- Patatas, J. M., Smith, B., & Green, M. (2020). Managing parasport: An investigation of sport policy factors and stakeholders influencing para-athletes' career pathways. *Sport Management Review*, 23(5), 937–949. <https://doi.org/10.1016/j.smr.2019.12.004>
- Pelleschi-Costa, H., et al. (2023). Cultural adaptation and validation of the Brazilian Portuguese version of the Quality in Psychiatric Care—Outpatient instrument (QPC-OP). *Healthcare*, 11(7), 1001. <https://doi.org/10.3390/healthcare11071001>
- Pereira, R., Martins, J., & Lopes, D. (2023). Políticas públicas e esporte adaptado: Uma revisão. *Revista Pensar a Prática*, 26, e78322. <https://doi.org/10.32930/nuances.v34i00.10164>
- Pesca, A. D. (2013). Esporte paralímpico: História e evolução. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 35(4), 901–915.
- Pesca, A. D. (2016). Inclusão e esporte adaptado: Um olhar crítico. *Revista Brasileira de Educação Física*, 30(2), 215–230.
- Presidência da República. (1999). *Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Brasília: Presidência da República.
- Presidência da República. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)*. Brasília: Presidência da República.

- Schliermann, R., & Stoll, O. (2007). Motivation and achievement in athletes with disabilities. *European Journal of Adapted Physical Activity*, 1(1), 23–35.
[https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2024/2\).156.03](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2024/2).156.03)
- Seixas, L. (2021). Políticas inclusivas no esporte escolar. *Revista Educação e Pesquisa*, 47, e237112.
- Seron, B. B., Oliveira, D. C., & Prado, F. (2021). Inclusão social através do esporte: Revisão de literatura. *Revista Saúde & Sociedade*, 30(4), e214579.
<https://doi.org/10.51891/rease.v11i9.20983>
- Santos, F. A., Oliveira, M. F., & Souza, R. L. (2023). O apoio financeiro para atletas paralímpicos no Brasil: Uma análise do Programa Bolsa Atleta. *Revista Educação Física UEM*, 34(2), e40315.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/40315/751375138314>
- Silva, G. P., Ramos, J. A., & Torres, B. (2023). Gestão esportiva e inclusão: Um estudo em clubes brasileiros. *Revista Movimento*, 29(3), 119–135.
- Silva, I. C. N., & Alves, A. C. J. (2020). Identificação das tecnologias assistivas no esporte paralímpico: Contribuições e barreiras. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(3), 917–930.
- Silva, M. D. M., Azevedo, G. P. A., & Costa, L. A. (2024). Política pública de esporte e lazer para pessoas com deficiência: Uma revisão de escopo. *Licere*, 23(3), 61–79.
<https://doi.org/10.35699/1981-3171.2020.41684>
- Silva, R. F., & Jonaty, R. (2024). Educação inclusiva e práticas esportivas. *Revista Educação em Debate*, 12(2), 77–91.
- Solera, B., Martins, C., & Prado, A. (2021). Inclusão no esporte escolar: Análise de práticas docentes. *Revista Educação e Realidade*, 46(4), e108291.

- Soltani, I., Schofield, J., Madani, M., Kish, D., & Emami-Naeini, P. (2025). User-centered insights into assistive navigation technologies for individuals with visual impairment. *arXiv*.
- Souza, A. C., & Vieira, M. L. (2020). Inclusão no esporte escolar: Experiências práticas. *Revista Práxis Educacional*, 16(36), 221–237.
- Stylianios, K., Georgios, P., & Nikoleta, M. (2024). Inclusive sports education in Europe: Challenges and opportunities. *European Journal of Education*, 59(2), 333–348.
- Sun, Y., et al. (2025). Cross-cultural adaptation and psychometric evaluation of the Chinese version of the Functional Disability Inventory. *Journal of Clinical Medicine*, 14(7), 312–325. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/40731207/>
- Thompson, S. J., Johnston, K., & Thurlow, M. (2002). Universal design principles in education and sport. *Remedial and Special Education*, 23(3), 153–163.
- Thornicroft, R. (2024). Screwing the social model of disability. *Scandinavian Journal of Disability Research*, 26(1), 286–299. <https://doi.org/10.16993/sjdr.1130>
- Thurlow, M., Lazarus, S. S., Albus, D., & Hodgson, J. (2010). Universal design and inclusive assessment: Applications in sport and education. *Journal of Disability Policy Studies*, 21(2), 67–79.
- Torralba, O., González, F., & Pardo, A. (2014). Sports inclusion policies in Spain: A case study. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 6(3), 321–338.
- Vargas, M. F., Pereira, T., & Ramos, A. (2018). Esporte e inclusão social: Um estudo no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação Física*, 32(1), 77–91.
- Vilhena, C. S., Gomes, P. R., & Andrade, F. (2023). Inclusão no esporte adaptado: Um estudo de caso. *Revista Educação Física UEM*, 34(3), e45622.

ESTUDO III - A BEAEC adaptada para uso com paratletas: Evidências de Validade e Precisão

Resumo: Este estudo investigou a validade e precisão da Bateria de Autoeficácia no Contexto de Esporte Coletivo (BEAEC) adaptada ao público composto por paratletas. Justifica-se pela necessidade teórica e social de inclusão de tal segmento como público-alvo, historicamente não participante da criação de instrumentos psicométricos no contexto da Psicologia do Esporte. A metodologia incluiu uma amostra de 112 paratletas e 110 atletas sem deficiência, analisada mediante a Teoria de Resposta ao Item para detecção de funcionamento diferencial do item (DIF); análise de clusters com o algoritmo K-Modes, contando com identificação de outliers via Z-scores e inconsistência intracusters. Os resultados indicaram que 29 itens apresentaram problemas psicométricos, sendo 22 com DIF significativo e 18 com desajuste no modelo (OUTFIT). Identificaram-se três clusters de autoconfiança (alta, moderada e baixa) com silhueta média de 0,65, e sete casos atípicos com respostas inconsistentes. As conclusões permitiram a revisão da BEAEC para fins de eliminação de vieses para com paratletas, aumentando assim a validade e precisão do instrumento.

Palavras-chave: Autoeficácia; Teoria de Resposta ao Item; Funcionamento Diferencial do Item; Paratletas.

Abstract: This study investigated the validity and accuracy of the Self-Efficacy in Team Sports Battery, Bateria de Autoeficácia no Contexto de Esporte Coletivo (BEAEC) adapted for para-athletes. It is justified by the theoretical and social need to include this population, historically excluded from the development of psychometric instruments in Sport Psychology. The methodology involved a sample of 112 para-athletes and 110 athletes without disabilities, analyzed using Item Response Theory to detect differential item functioning (DIF); cluster analysis with the K-Modes algorithm, including outlier identification via Z-scores and intracuster inconsistency. Results indicated that 29 items presented psychometric issues, with 22 showing significant DIF and 18 exhibiting model misfit (OUTFIT). Three clusters of self-confidence (high, moderate, and low) were identified, with an average silhouette of 0.65, along with seven atypical cases with inconsistent responses. The findings

allowed for the revision of the BEAEC to eliminate biases against para-athletes, thereby enhancing the instrument's validity and precision.

Keywords: Self-Efficacy; Item Response Theory; Differential Item Functioning; Para-Athletes.

Introdução

A noção de autoeficácia, parte da Teoria Social Cognitiva (Bandura, 1986, 1994), ocupa posição central na psicologia contemporânea, sendo definida como a crença do indivíduo em sua capacidade de lidar com demandas ambientais e alcançar resultados esperados por meio de ações adaptativas. A autoeficácia difere de outros construtos psicológicos correlatos, como autoestima e locus de controle, na medida em que se refere a julgamentos específicos sobre a competência para executar tarefas, não a um valor global de si ou a percepções sobre as causas de eventos (Bandura, Azzi, & Polydoro, 2008).

A motivação pode ser influenciada pela autoeficácia, mas inclui também fatores externos, como recompensas e valores (Prates & Joly, 2021). Por sua vez, a resiliência se concentra na superação de adversidades, enquanto a autoeficácia remete à crença no êxito em atividades específicas (Lipińska-Grobelny & Narska, 2021; Mikkelsen et al., 2020; Warshawski, 2022). Enquanto a autoconfiança expressa uma crença geral, a autoeficácia é sempre situada em tarefas específicas. A diferenciação da autoeficácia é essencial, pois permite delimitá-la como construto distinto e aplicável a diferentes contextos de desempenho.

Bandura (1994) sistematizou quatro fontes de autoeficácia: experiências de domínio, experiências vicárias, persuasão social e interpretação somática e emocional. Estudos posteriores reforçaram e expandiram esse modelo, aplicando-o a contextos (Lochbaum, 2023; López-Rodríguez, 2025). Feltz e Chase (1998) definiram a autoeficácia como forma situacional de autoconfiança, particularmente relevante nos esportes, por envolver competências psicomotoras em ambientes competitivos. Pesquisas recentes confirmam que

crenças de autoeficácia variam conforme fatores como complexidade da tarefa, apoio social e contexto cultural (Cammarota & Senra, 2024).

Autoeficácia na Psicologia do Paradesporto

O esporte é entendido como fenômeno social estruturado por regras e objetivos competitivos (Machado & Gomes, 2019). Sua natureza transcende a prática física, abrangendo dimensões culturais, identitárias e econômicas (Jarvie, 2012; Pereira, 2016; Tubino, 2017). Nesse campo, a autoeficácia revela-se variável crítica para compreender a aquisição de habilidades motoras e o desempenho (Gouvêa, 2003; Knight, 2020; Sivrikaya, 2019). Estudos de meta-análise, como o de Lochbaum et al. (2023), indicam correlação positiva entre autoeficácia pré-competição e performance, reforçando sua importância para treinadores e psicólogos do esporte.

A relação entre autoeficácia e fatores emocionais também é amplamente reconhecida. Atletas com maior autoeficácia tendem a lidar melhor com ansiedade e pressão competitiva, o que afeta diretamente sua performance (Beauchamp et al., 2002; Besharat & Pourbohloul, 2011; Pesca, Cruz, & Filho, 2010). Sentimentos de confiança favorecem tomadas de decisão, persistência e resiliência, influenciando aspectos técnicos, táticos e psicológicos (Feltz, 1994; Feltz, Short, & Sullivan, 2008). O papel do feedback social (Jowett & Cockerill, 2003) e de técnicas de regulação emocional como *mindfulness* (Creswell, 2017; Gardner & Moore, 2007) também reforça a relevância da autoeficácia na preparação esportiva.

Pesquisas ampliaram o modelo original de Bandura ao contexto esportivo. Feltz (1994) incluiu fontes adicionais, como experiências imaginativas e estados emocionais, destacando a importância da visualização mental e da autorregulação psicológica (Pesca, 2013, 2016). Esses elementos se mostraram especialmente relevantes em esportes de alto rendimento, nos quais a visualização contribui para reduzir a ansiedade e aumentar a concentração (Chrysidis,

Turner, & Wood, 2020; Walter, Nikoleizig, & Alfermann, 2019). Além disso, estudos demonstram que estados emocionais positivos ampliam a resiliência e a persistência, favorecendo melhores resultados (Anstiss, Meijen, & Marcora, 2018; Caprara et al., 2008; Iaochite et al., 2022; Souza & Albuquerque, 2024).

No paradesporto, a compreensão da autoeficácia adquire ainda maior relevância, considerando as especificidades de organização das competições, baseadas em tipos de deficiência (Campeão, 2011; Comitê Paralímpico Brasileiro, 2023; Moura & Castro, 2002; Torralba et al., 2014). Intervenções nesse campo devem levar em conta tanto as barreiras estruturais e sociais (Castro et al., 2024) quanto a necessidade de fortalecer crenças de competência para promover inclusão e desempenho (Alvis-Gómez & Neira-Tolosa, 2013). A superação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, organizacionais e humanas é condição essencial para que a autoeficácia se consolide como recurso psicológico no contexto de atletas com deficiência.

Instrumentos Psicométricos e Teoria de Resposta ao Item

A avaliação psicométrica, enquanto área da Psicologia, consiste na construção e uso rigoroso de instrumentos que garantam validade e confiabilidade na mensuração de atributos psicológicos (Emerson, 2021; Furr, 2021). Na psicologia do esporte, esses instrumentos são fundamentais para mensurar construtos relevantes ao desempenho, como exercício de imaginação (Ilgar et al., 2023; Tozetto et al., 2024); a resiliência emocional, (Fonseca Bicalho, de Melo, & Noce, 2021), dentre outros processos psicológicos. Sem instrumentos adequados, o risco de interpretações enviesadas ou inconsistentes aumenta, prejudicando a prática clínica e a pesquisa.

Para garantir a precisão de tais instrumentos, a criação e adaptação de testes psicométricos seguem protocolos rigorosos, que vão além da tradução linguística. São

necessários processos de equivalência conceitual, análise fatorial e verificação da consistência interna (Moritz et al., 2020), da tradução, retrotradução e análise de validade de conteúdo (Cowden et al., 2021). Estes procedimentos asseguram que os instrumentos capturem o construto pretendido, protegendo contra vieses culturais e semânticos.

A Teoria de Resposta ao Item (TRI) é fundamental para o desenvolvimento e adaptação de testes psicométricos, pois permite avaliar construtos psicológicos a partir de parâmetros de dificuldade e discriminação, verificando invariância e estimativas de habilidade independentes do conjunto de itens (Chen, Li, Liu, & Ying, 2021; National Center for Biotechnology Information, 2006). Em contraste com a Teoria Clássica dos Testes, a TRI oferece maior robustez e precisão, especialmente em contextos nos quais há grande variabilidade de habilidades entre avaliandos.

A análise de Funcionamento Diferencial do Item (DIF), por sua vez, também exerce papel importante na adaptação de testes psicométricos, pois identifica vieses quando itens favorecem grupos específicos, mesmo em indivíduos com o mesmo nível do traço avaliado. Essa análise promove equidade em comparações, algo essencial em estudos que envolvem atletas com e sem deficiência. O uso combinado da TRI e da análise de DIF fortalece a validade, a confiabilidade e a justiça dos instrumentos psicométricos, favorecendo sua aplicação tanto em pesquisas quanto em práticas de avaliação psicológica no esporte e no paradesporto (NCBI, 2015; NCBI, 2006).

Na Teoria de Resposta ao Item (TRI), um DIF ocorre quando um item apresenta funcionamento diferente entre grupos com mesma habilidade na variável latente, indicando viés. Tal viés representa que há diferença na dificuldade do item quando estimada separadamente para os grupos comparados, o que significa que pessoas com o mesmo nível de habilidade nos dois grupos apresentam probabilidades diferentes de acerto ao item. Em itens politômicos, os quais usam com frequência escalas tipo Likert, DIF representa que

peessoas com o mesmo nível no traço latente dos grupos comparados apresentam diferenças nas probabilidades de endosso na escala adotada (Linacre, 2021).

No software utilizado para a realização das análises por TRI, o Winsteps, é possível verificar outros indicadores da qualidade psicométrica dos itens. Entre tais indicadores, destaca-se o *Outfit*, o qual indica para cada item a ocorrência de respostas discrepantes considerando-se o nível de *theta* das pessoas (nível do traço latente estimado). *Outfit* refere-se a discrepâncias entre as respostas observadas e as esperadas pelo modelo, causadas por respostas inesperadas de participantes com níveis de habilidade distantes da dificuldade do item. Valores altos de *Outfit* indicam, por exemplo, que pessoas com um nível elevado de habilidade erraram um item fácil, ou o oposto, o que indica certa incompatibilidade entre o item e o modelo, o que compromete a interpretação dos resultados.

O Winsteps também estima outro indicador de desajuste chamado "infit", o qual também avalia a coerência das respostas das pessoas levando em consideração a dificuldade dos itens. O infit reflete incoerências nas respostas das pessoas em situações em que a sua habilidade estimada é próxima da dificuldade dos itens. Tanto o DIF quanto os indicadores de resíduo (infit e outfit) podem apontar para problemas que afetam a validade da mensuração. O Winsteps calcula ainda, para cada item, a correlação item-theta, que é um indicador de discriminação dos itens baseado na TRI. Itens mais discriminativos mostram-se mais capazes de diferenciar pessoas que apresentam diferentes níveis no traço latente mensurado. Já itens com baixa discriminação mostram-se incapazes de fazer uma adequada diferenciação destas pessoas.

Para verificar a equivalência do funcionamento dos itens entre atletas com e sem deficiência, foi realizada a sua análise pelo software Winsteps para verificar a ocorrência de DIF e outros indicadores psicométricos, como *Outfit* e correlação item-theta. A Tabela 7 apresenta uma síntese dos resultados obtidos, listando os 29 itens que apresentaram algum

resultado desfavorável considerando-se DIF e de Outfit. Vale indicar que valores consideráveis aceitáveis para infit e outfit vão até 1,5 (Linacre, 2021) e quando superam este limite podem degradar a qualidade da medida.

Em se tratando de boas práticas de adaptação, estas incluem análises de invariância métrica e escalar via MG-CFA ou IRT, condição necessária para comparações válidas de escores (Caycho-Rodríguez et al., 2022; Protzko et al., 2024). Complementarmente, a detecção de DIF deve combinar etapas de triagem e confirmação (por exemplo, RDIF/GRDIF, MIMIC e âncoras estáveis), com reporte de tamanhos de efeito e impacto nos escores (Finch, 2022; Lim, 2024; Teresi et al., 2021). Quando a invariância não se sustenta, alternativas possíveis são a modelagem específica por grupo ou a revisão do construto operacionalizado.

A análise de clusters, com destaque para o algoritmo K-modes, oferece uma base teórica robusta para identificar agrupamentos naturais em dados categóricos, sendo especialmente útil na construção de perfis psicológicos. O método define clusters a partir da frequência modal das categorias, em vez da média (como no K-means), o que o torna adequado para variáveis qualitativas — um cenário comum em escalas psicométricas adaptadas ao esporte (Carreira-Perpiñán & Wang, 2013; Hsu, 2018). Ao explorar similaridades entre casos, a técnica permite revelar perfis psicológicos naturais dentro de uma amostra, expondo heterogeneidades que poderiam passar despercebidas em análises médicas ou atribuídas a cortes arbitrários. Essa abordagem se mostra essencial na psicologia do esporte, onde indivíduos podem organizar-se em perfis distintos, considerando motivações, autoconfiança ou orientação de metas (Harwood et al., 2004). Em termos práticos, a análise com K-modes viabiliza a identificação de clusters coerentes internamente e heterogêneos entre si, oferecendo suporte para estratégias mais personalizadas em treinamento ou intervenção psicológica.

O corpo de conhecimento em psicologia do esporte tradicionalmente desenvolveu-se

em torno do atleta sem deficiências gerando uma significativa lacuna científica no que diz respeito à compreensão dos constructos psicológicos em atletas com deficiência. As experiências únicas vivenciadas por paratletas, que englobam desde o processo de adaptação à deficiência e ao esporte adaptado até o enfrentamento de barreiras sociais e físicas adicionais, sugerem que os instrumentos de medida existentes podem não capturar adequadamente a manifestação da autoeficácia em tal grupo. Portanto, a simples aplicação da BEAEC, validada para atletas sem deficiência, em paratletas, sem uma verificação psicométrica rigorosa, constituiria um erro metodológico. Esta pesquisa posiciona-se para preencher esta lacuna teórica, investigando se a bateria mede o mesmo constructo, da mesma forma, em ambos os grupos.

Para além dessa contribuição acadêmica, este estudo possui implicações diretas e profundas para a prática profissional no paradesporto. Psicólogos, técnicos e preparadores físicos necessitam de ferramentas confiáveis e válidas para identificar pontos fortes e fracos no perfil psicológico de paratletas de forma precisa, sem a contaminação de vieses instrumentais e promover intervenções personalizadas, bem como eventuais seleções e detecção de talentos. A disponibilização de uma ferramenta validada eleva o padrão de atuação dos profissionais e contribui diretamente para a promoção da excelência no paradesporto brasileiro.

Objetivo

O presente estudo teve por objetivo verificar se os itens da BEAEC apresentam um funcionamento psicométrico equivalente em paratletas e atletas sem deficiências e, com isso, levantar evidências de validade da BEAEC adaptada para o público de paratletas. Nos Standards de 2014 (America Psychology Association, 2014; Rios & Wells, 2014), a verificação do funcionamento diferencial dos itens (DIF), processos estes que baseiam as

análises realizadas no presente estudo, são compreendidos como evidências de validade pela estrutura interna.

Método

Para a realização do estudo para a verificação da equivalência psicométrica dos itens, por meio da verificação do Funcionamento Diferencial dos Itens (DIF), baseado na Teoria da Resposta ao Item, estabeleceu-se como meta a obtenção de uma amostra composta por 300 atletas, entre pessoas com e sem deficiência. Essa definição fundamenta-se na literatura especializada em Teoria de Resposta ao Item (TRI), a qual aponta que o tamanho amostral exerce influência significativa na calibração dos itens e na precisão da estimativa dos escores latentes.

De acordo com Embretson e Reise (2000), Hambleton e Swaminathan (1985) e Muñiz (1990), amostras com esse porte tendem a proporcionar parâmetros mais estáveis e representativos. Corroborando essa recomendação, Nunes e Primi (2005), em estudo brasileiro, demonstraram que amostras com 200 participantes ou mais já permitem estimativas adequadas dos parâmetros dos itens e das habilidades dos respondentes, enquanto amostras menores tendem a produzir resultados instáveis.

Dada a meta de 300 atletas na amostra, optou-se por contar com as amostras coletadas em dois estudos. A primeira, realizada diretamente no escopo do projeto; e a segunda, realizada pelos autores da BEAEC nos processos de busca de evidências de validade da medida.

Procedimentos da coleta direta

Os dados foram coletados entre 26 de abril de 2024 e 24 de junho de 2025. O processo de coleta se deu exclusivamente por meio digital, independentemente do local de aplicação, fosse ela conduzida presencialmente, com o apoio de dispositivos eletrônicos, ou de forma remota.

Instrumentos da coleta direta

Foi utilizada a versão da BEAEC adaptada para paratletas, composta por 123 itens em escala Likert de 5 pontos (0 a 4), distribuídos da seguinte forma: 20 itens para a dimensão de Autoeficácia Geral, 20 para Desempenhos Passados, 12 para Aprendizagem Vicária, 11 para Persuasão Verbal, 15 para Indicadores Fisiológicos, 30 para Estados Emocionais e 15 para Experiências Imaginárias.

A coleta foi realizada por meio da plataforma Google Forms, escolhida por sua ampla acessibilidade, facilidade de preenchimento, compatibilidade com diferentes dispositivos e navegadores, além da praticidade na consolidação automática dos dados em formato compatível com softwares de análise estatística

Participantes da coleta direta

Foram coletadas 107 respostas válidas, contando 43 do sexo feminino, 63 do sexo masculino e 1 que optou por não responder sobre o gênero. No que diz respeito à distribuição do gênero em relação a deficiências, a informação é apresentada na Tabela 5:

Tabela 5 - Relação entre gênero e deficiência

Deficiência	Feminino	Masculino	Sem gênero declarado	Total
Não	7	13	0	21

Sim	36	50	1	86
Total	43	63	1	107

Fonte: o autor.

A idade apresentou média de 37,9 anos (DP = 11,6), com valores variando entre 16 e 61 anos. Já o tempo de prática do esporte apresentou média de 16,1 anos (DP = 8,6), com valores entre 1 e 28 anos, havendo um caso com dado ausente. O tempo médio de permanência na equipe atual é de 5,2 anos (DP = 6,1).

Em relação às variáveis de perfil, há predominância do gênero masculino (13 homens e 7 mulheres), e a etnia mais frequente é Branca (n = 73), seguida por Parda (n = 26) e Preta (8). Quanto ao estado civil, a maioria dos participantes informou ser solteiro (n = 52), seguidos por casados ou em estar em união estável (n = 47), Separados (n = 6) e Viúvos (2). A distribuição da escolaridade na amostra foi a seguinte: Ensino Superior Incompleto (n = 24), Ensino Médio Completo (n = 22), Especialização (n = 22), Ensino Superior Completo (n = 17), Ensino Médio Incompleto (n = 9), Mestrado (n = 6), e tanto Ensino Fundamental Completo quanto Doutorado com 1 participante cada.

Em termos de práticas desportivas, observou-se que alguns atletas e paratletas reportaram praticar mais de uma. Dentre as mais mencionadas: atletismo (n = 34), seguido por canoagem (n = 11), goalball (n = 9) e vôlei (n = 9), arremesso sentado (n = 7), corrida (n = 5), bocha (n = 5) e natação (n = 5). A distribuição da categoria de prática esportiva foi a seguinte: Profissional (n = 51), Amador (n = 41), Categoria de base (n = 12) e Universitário (n = 3). Já quanto a situação atual em suas equipes: titular (n = 87), reserva (n = 15) e lesionado (n = 5). A Tabela 6 apresenta a descrição dos paratletas a partir do tipo de deficiência reportado:

Tabela 6 - Paratletas por tipo de deficiência

	Deficiência	Deficiência	Deficiência	Deficiência	Nenhuma	Outras
	Auditiva	Motora	Intelectual	Visual		
n	2	45	1	35	19	5
Idade média	36,5	37,8	24,0	38,5	40,0	31,0
Gênero	maisMasculino	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino
frequente						
Etnia	maisParda	Branca	Branca	Branca	Branca	Branca
frequente						
Estado	civilSolteiro	Solteiro	Solteiro	Casado/União	Casado/União	Solteiro
mais freq.				Est.	Est.	
Escolaridade	Ensino	MédioEnsino	Fund.	Ensino	MédioEspecialização	Superior
prevalente	compl.	Superior compl.	Completo	compl.		Incompleto
Esporte	maisjiu-jitsu	atletismo	atletismo	goalball	canoagem	Atletismo
praticado			(arrem. peso)			
Tempo	no12,5	8,4	9,0	9,2	8,0	8,1
esporte (média)						
Tempo	na16,0	6,3	9,0	4,9	2,8	2,9
equipe (média)						
Situação	atualTitular	Titular	Titular	Titular	Titular	Titular
mais freq.						
Categoria	maisProfissional	Profissional	Profissional	Profissional	Amador	Amador
freq.						

Fonte: o autor.

Apesar da meta estabelecida, e do cronograma extenso de coleta, a amostra obtida no escopo da realização desta tese contou com 107 respostas válidas, número inferior ao ideal inicialmente previsto. Esses casos são compostos por paratletas e atletas sem deficiências, aos quais responderam a versão adaptada da BEAEC.

Dados coletados em 2019

Para viabilizar de forma adequada a realização das análises para a verificação da equivalência dos itens em atletas com e sem deficiência, uma segunda amostra foi somada, para complementar as 107 respostas válidas da primeira. Trata-se dos dados coletados na pesquisa de doutorado de Pesca (2013), realizada com atletas sem deficiências. A base, cedida pela autora, compreende 110 casos coletados em 2019, dizendo respeito às respostas ao instrumento BEAEC em sua versão original. Tal base contém, como variáveis de identificação demográfica: gênero, idade, tempo de prática como atleta, tempo de permanência na equipe atual, modalidade esportiva, categoria, situação competitiva e nível de escolaridade.

A segunda amostra é composta por 109 participantes, com idades variando de um mínimo de 17 anos, média de 22,79 anos, e máximo de 41 anos ($DP = 5,32$). Foram observados 2 casos com dados ausentes (NA). Quanto ao gênero, observa-se predominância masculina (86 homens e 13 mulheres), com 10 registros sem essa informação.

O tempo de prática no esporte apresentou um mínimo de 0,25, média de 7,90 ($DP = 4,8$) e máximo de 23. Observam-se 2 casos com dados ausentes (NA). Quanto ao tempo na equipe, esse apresentou um mínimo de 0,08, mediana de 3, média de 3,40 ($DP = 9,5$), e máximo de 11. Foram observados 3 casos com dados ausentes (NA). A maioria dos atletas (69) pertence à categoria "Profissional", enquanto 38 integram a "Categoria de base". Em relação à situação atual, 49 atletas são "Titulares", 42 "Reservas" e 10 estão "Lesionados", havendo 6 casos com dados ausentes.

Tratamento dos dados

As análises estatísticas foram conduzidas no pacote Stata (StataCorp, 2019). As informações obtidas foram organizadas em um banco de dados que passou por um processo de limpeza e correção, visando eliminar registros implausíveis ou inconsistentes que pudessem comprometer a validade dos resultados. As análises baseadas na Teorias de

Resposta ao Item, as quais viabilizam a verificação da ocorrência do Funcionamento Diferencial dos Itens (DIF), foram realizadas com o uso do software Winsteps (Linacre, 2021).

Para a análise psicométrica dos dados, optou-se pela aplicação da Teoria de Resposta ao Item (TRI), abordagem estatística que permite estimar traços latentes dos respondentes com base em seus padrões de resposta, levando em consideração propriedades dos itens como dificuldade dos itens (Pasquali, 2020). Para os itens da medida, foi verificada a ocorrência de *Differential Item Functioning* (DIF), que avalia se determinados itens funcionam de maneira distinta entre diferentes grupos, no caso, atletas com e sem deficiência física e/ou visual, possibilitando a identificação de eventuais vieses (Jones, 2019).

As análises foram realizadas no software Winsteps (Linacre, 2021) utilizando o modelo de créditos parciais (*Partial Credit Model*), uma extensão do modelo de Rasch para itens politômicos. A escolha por esse modelo, que opera com um único parâmetro (dificuldade), se justifica pela possibilidade de posicionar itens e indivíduos em uma mesma escala métrica, além de permitir a construção de mapas de construto — ferramenta essencial para interpretações referenciadas nos itens.

Ética em pesquisa

No que diz respeito às questões éticas na pesquisa com seres humanos, o Estudo III observou a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012. Essa resolução indicava que, antes de iniciar uma pesquisa envolvendo seres humanos, era necessário enviar o projeto a um comitê de ética (Brasil, 2002).

Visando à adequação desta pesquisa aos princípios de ética em pesquisa, o primeiro passo consistiu no envio do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da UFSC. Somente após a aprovação do comitê (CAAE: 72194823.0.0000.0121), foram iniciados os procedimentos para adaptação do instrumento de medida que envolvessem

testes com pessoas. Portanto, nos Estudos II e III, a BEAEC foi aplicada a testadores seguindo o protocolo de pesquisa com seres humanos (Brasil, 2002).

Para garantir a participação voluntária e esclarecida, os testadores foram informados sobre os objetivos do estudo e suas possíveis implicações. Também foram dirimidas quaisquer dúvidas que surgiram. Por fim, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado pelos participantes após leitura atenta, autorizando sua participação.

Os participantes foram informados sobre a possibilidade de riscos ou prejuízos decorrentes da participação na pesquisa; entretanto, tiveram assegurados seu bem-estar, dignidade, sigilo e proteção de seus direitos, conforme disposto no TCLE. Em destaque, foram informados de que possíveis riscos envolveriam mal-entendidos quanto à avaliação, decorrentes de falhas residuais nos Estudos realizados. Todavia, esse risco foi mitigado pelo rigor metodológico empregado, bem como pelo esclarecimento de que se tratava de uma avaliação ainda em fase de aprimoramento.

Por outro lado, foram destacados aos participantes os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa. Entre eles, a satisfação pessoal por contribuir com o avanço científico relacionado à sua comunidade de interesse, assim como a possibilidade de obter autoconhecimento por meio da avaliação, o que poderia ser útil para suas práticas desportivas e para seu crescimento pessoal. O pesquisador disponibilizou seu contato, *e-mail* e *whatsapp*, para esclarecimentos adicionais e para realizar as devolutivas dos resultados das avaliações aos participantes que assim solicitaram.

Resultados & Discussão

A seguir, apresentam-se os resultados do estudo, organizados em quatro segmentos. O primeiro aborda o funcionamento diferencial dos itens entre atletas com e sem deficiência. O segundo discute qual das sete fontes de autoeficácia apresenta maior variabilidade entre atletas

com deficiência. O terceiro descreve os três clusters de paratletas identificados, destacando suas especificidades. Por fim, o quarto segmento trata dos outliers, isto é, padrões atípicos de paratletas em suas respostas à BEAEC adaptada.

Funcionamento Diferencial de Itens

A análise de DIF, parte da TRI, revelou diferenças relevantes de funcionamento e de OUTFIT em diversos itens da BEAEC adaptada. A Tabela 7 apresenta uma síntese dessas informações:

Tabela 7 – Itens da BEAEC que apresentaram fragilidades a partir da TRI.

Item	Enunciado	Problema com DIF?	Problema com OUTFIT?
DP_SP4	Fui evoluindo de uma forma muito significativa	Sim (efeito mínimo–moderado e compensado)	Não
DP_D3	Soube lidar com os meus sentimentos ao perder em jogo ou competição	Sim	Sim
DP_D5	Mantive o foco mesmo após perder	Não	Sim
DP_D1	Soube lidar com a derrota	Não	Sim
EE_Con5	Confio no meu treinador	Sim	Sim
EE_T4	Consigo manter a tranquilidade nos treinos	Sim	Não
EE_T3	Sinto-me capaz de jogar sob pressão	Não	Sim
EE_PR2_rev	Costumo ter quebras de rendimento quando sou pressionado durante um jogo	Não	Sim

Item	Enunciado	Problema com DIF?	Problema com OUTFIT?
EE_F1	Considero-me uma pessoa feliz ao praticar o meu esporte	Não	Sim
EE_F2	Sou uma pessoa mais feliz por ser um atleta de rendimento	Sim	Não
EE_F3	Considero-me uma pessoa feliz	Sim	Não
EE_P2_rev	Quando estou sob pressão fico muito preocupado	Sim	Não
EE_P3_rev	Durante um jogo, preocupo-me excessivamente com minha atuação esportiva	Sim	Não
EE_P4_rev	Preocupo-me bastante com o meu rendimento esportivo	Sim	Não
EI3	Costumo executar estratégias mentalmente antes de um treino	Sim	Não
EI4	Procuo imaginar todas as execuções de estratégias que posso realizar em jogo	Sim	Não
EI8	Consigo imaginar-me executando minhas jogadas	Sim	Não
EI6_rev	Tenho dificuldade de imaginar-me a executar tarefas bem sucedidas	Não	Sim
EI7_rev	Tenho dificuldade de imaginar as minhas jogadas antes de um jogo	Não	Sim
EV_O3	Costumo me espelhar em algum atleta que considero ídolo esportivo	Sim	Sim

Item	Enunciado	Problema com DIF?	Problema com OUTFIT?
EV_O5_adapt	Aprendo ao prestar atenção no meu treinador	Sim	Não
EV_O7_adapt	Prestar atenção no meu treinador é uma fonte de aprendizagem	Sim	Não
IF_CF11_rev	Sinto-me excessivamente cansado após um jogo	Não	Sim
IF_PD4_rev	No final dos jogos costumo sentir dor	Sim	Não
PV_FBc5	Prefiro receber a opinião de colegas de outra posição sobre meu desempenho	Não	Sim
PV_FBT1	Procuo conversar com o meu técnico sobre o meu desempenho	Sim	Não

Fonte: o autor.

Os itens da Tabela 7 são apresentados a seguir considerando os fatores aos quais estão associados. Nas tabelas apresentadas, a coluna “contraste DIF” representa a diferença entre a dificuldade estimada para os atletas com e sem deficiência, a qual é seguida pelo valor de dificuldade estimado para cada um dos grupos. As tabelas apresentam ainda o erro padrão da estimativa da dificuldade, o valor do t de Rasch-Welch, usado para avaliar se as diferenças obtidas apresentam ou não significância estatística. Considera-se relevante indicar que, além da verificação significância das diferenças observadas, é recomendado na literatura especializada a verificação da magnitude das diferenças, apresentadas na coluna “contraste DIF”. Uma interpretação proposta pelo ETS (Linacre, 2021) para tal resultado é apresentada na tabela 8.

Tabela 8 - Interpretação do DIF obtido

Classificação ETS	Contraste do DITaF (logit)
C = moderado a grande	$ DIF > 0,64$
B = mínimo a moderado	$ DIF > 0,43$
A = negligenciável	$ DIF \leq 0,43$

Fonte: o autor.

A primeira fonte de autoeficácia a ser analisada é Desempenhos Passados. A Tabela 9 apresenta seus resultados de DIF:

Tabela 9 – Itens de Desempenhos Passados com contraste de DIF moderado.

Item	Enunciado	CONTRASTED	Dificuldade estimada	DIF S.E.	t de Rasch-	Valor de
		DIF	para atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)		Welch	p
DP_SP4	“Fui evoluindo de uma forma muito significativa”	0,44	0,06 (Sim) vs. 0,49 (Não)	0,21	2,1	0,04
DP_D3	“Soube lidar com os meus sentimentos ao perder em jogo ou competição”	-0,48	0,24 (Sim) vs. -0,24 (Não)	0,18	2,7	0,01

Fonte: o autor.

Conforme a Tabela 9, os itens DP_SP4 e DP_D3 apresentam contrastes de DIF de magnitude mínima a moderada, segundo os critérios estabelecidos na Tabela 8, com direções opostas entre si. Embora o item DP_D3 apresente DIF estatisticamente significativo, e o item

DP_SP4 apresente contraste de DIF detectável, a similaridade das magnitudes e a oposição dos sentidos sugerem que seus efeitos tendem a se compensar no nível do teste.

Assim, os resultados indicam a presença de DIF ao nível dos itens, porém sem evidência de degradação relevante da medida global, não caracterizando viés substantivo que comprometa a interpretação dos escores. Já no que diz respeito ao OUTFIT e INFIT dos itens de Desempenhos Passados, a Tabela 10 contém informações relevantes:

Tabela 10 - Itens com OUTFIT elevado no fator de Desempenhos Passados

Item	Enunciado	INFIT	OUTFIT N	JMLE	R item-theta	
		MNSQ	MNSQ			
DP_D5	"Mantive o foco mesmo após perder"	1,43	1,83	212	-0,33	0,41
DP_D1	“Soube lidar com a derrota”	1,54	1,59	210	0,12	0,44
DP_D3	“Soube lidar com os meus sentimentos ao perder em jogo ou competição”	1,41	1,56	209	-0,05	0,44

Fonte: o autor.

Os itens DP_D5, DP_D1 e DP_D3 apresentaram valores elevados de OUTFIT MNSQ (>1.5), indicando desajuste no modelo. Esses resultados sugerem respostas atípicas ou inconsistentes, possivelmente causadas por interpretações ambíguas dos itens, ruído nos dados ou variações inesperadas no padrão de resposta dos participantes.

A fonte de autoeficácia a ser considerada a seguir é Experiências Emocionais. A Tabela 11 expõe um item que apresentou questões de DIF:

Tabela 11 - Itens de Experiências Emocionais com contraste de DIF moderado

Item	Enunciado	CONTRASTE	Dificuldade	DIF	t (Rasch-	Valor
		DIF	estimada para	S.E.	Welch)	de p

atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)					
EE_Con5	“Confio no meu treinador”	0,78	-1,10 (Não) vs. -0,320,2 (Sim)	3,88	0.0002
EE_T4	“Consigo manter a tranquilidade nos treinos”	0,44	-0,60 (Não) vs. -0,440,16 (Sim)	2,66	0,01

Fonte: o autor.

A Tabela 11 aponta possíveis problemas de funcionamento diferencial dos itens (DIF) na subescala de Experiências Emocionais. O item EE_Con5 apresentou um contraste de DIF de 0,78, com diferença significativa entre grupos ($p = 0,0002$), sugerindo viés potencial, isto é, o item foi interpretado ou respondido de maneira sistematicamente distinta entre os grupos analisados. O item EE_T4, apresenta um DIF 0,44, também sugerindo viés. Já no que diz respeito ao OUTFIT dos itens de Experiências Emocionais, a Tabela 12 contém informações relevantes:

Tabela 12 - Itens com OUTFIT elevado no fator de Experiências Emocionais

Item	Enunciado	INFIT MSNQ	OUTFIT MNSQ	Total Count	JMLE	R item- theta
EE_Con5	“Confio no meu treinador”	1,33	1,73	211	-0,58	0,21
EE_T3	“Sinto-me capaz de jogar sob pressão”	1,4	1,53	211	0,64	0,37
EE_PR2_rev	“Costumo ter quebras de rendimento quando sou pressionado durante um jogo”	1,28	1,5	210	0,13	0,38

Fonte: o autor.

A Tabela 12 evidencia desajustes no modelo Rasch em alguns itens da escala de Experiências Emocionais, com foco nos valores de **OUTFIT MNSQ**. Os quatro itens apresentaram OUTFIT MNSQ acima de 1,4, muito próximos do limite de 1,5, indicando inconsistência nas respostas, possivelmente por interpretações divergentes, ambiguidade nos enunciados ou flutuações individuais de atenção ou engajamento. Esses desajustes comprometem a validade do ajuste ao modelo e indicam a necessidade de revisão dos itens ou análise qualitativa complementar. Já no que diz respeito ao DIF dos itens EE_F, a Tabela 13 apresenta os resultados:

Tabela 13 - Itens de EE-F com contraste de DIF moderado

Item	Enunciado	CONTRASTE DIF	Dificuldade estimada para atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)	DIF S.E.	t (Rasch-Welch)	Valor de p
EE_F1	“Considero-me uma pessoa feliz ao praticar o meu esporte (desporto)”	0,54	(-0,4) Sim Vs (0,8) Não	0,37	1,43	0,15
EE_F2	“Sou uma pessoa mais feliz por ser um atleta de rendimento”	0,55	(0,15) Sim Vs (-0,7) Não	0,27	2	0,05
EE_F3	“Considero-me uma pessoa feliz”	-0,81	(-0,17) Sim Vs (0,09) Não	0,29	-2,77	0,01

Fonte: o autor.

A Tabela 13 identifica desajuste de DIF em três itens: EE_F1, EE_F2 e EE_F3. Porém esse desajuste não é estatisticamente significativa no item EE_F1 (valor de $p = 0,15$). Já a Tabela 14 apresenta resultados de OUTFIT nos itens dessa subescala:

Tabela 14 - Itens com OUTFIT elevado em EE-F

Item	Enunciado	INFIT MSNQ	OUTFIT MNSQ	Total Count	JMLE	R item- theta
EE_F1	“Considero-me uma pessoa feliz ao praticar o meu esporte (desporto)”	1,12	1,67	210	-1,41	0,56

Fonte: o autor.

A Tabela 14 identifica desajuste no item **EE_F1** da subescala EE-F também no que diz respeito a OUTFIT. A Tabela 15, por sua vez, apresenta os resultados de DIF da subescala EE-P:

Tabela 15 - Itens de EE-P com contraste de DIF moderado

Item	Enunciado	CONTRASTE DIF	Dificuldade estimada para atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)	DIF S.E.	t de Rasch- Welch	p-valor
EE_P2_rev	“Quando estou sob pressão fico muito preocupado”	0,51	-0,77 (Sim) vs. -1,28 (Não)	0,21	-2,42	0,02
EE_P3_rev	“Durante um jogo, preocupo-me excessivamente com a minha atuação esportiva (desportiva)”	0,45	-0,25 (Sim) vs. 0,21 (Não)	0,2	-2,24	0,03
EE_P4_rev	“Preocupo-me bastante com o meu rendimento esportivo (desportivo)”	0,46	0,77 (Sim) vs. 1,22 (Não)	0,22	-2,08	0,04

Fonte: o autor.

A Tabela 15 mostra evidências estatisticamente significativas de funcionamento diferencial (DIF) em três itens da subescala de Experiências Emocionais: EE_P2_rev, EE_P3_rev e EE_P4_rev. Essa subescala não apresentou questões relativas a OUTFIT a relatar. A Tabela 16 apresenta os resultados de DIF da mesma escala de Experiências Imaginárias (EI):

Tabela 16 - Itens de EI com contraste de DIF moderado

Item	Enunciado	CONTRASTE	Dificuldade	DIF S.E. Rasch-	Valor	
		DIF	estimada para atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)	Welch t de p		
EI3	“Costumo executar estratégias mentalmente antes de um treino”	0,52	(0,14) Sim Vs (- 0,08) Não	0,22	2,02	0,05
EI4	“Procuro imaginar todas as execuções de estratégias que posso realizar em jogo”	0,45	(0,13) Sim Vs (- 0,07) Não	0,23	1,97	0,05
EI8	“Consigo imaginar-me executando minhas jogadas”	-0,91	(-0,23) Sim Vs (0,13) Não	0,19	-3,8	0

Fonte: o autor.

A Tabela 16 evidencia problemas de funcionamento diferencial (DIF) estatisticamente significativos em três itens da escala de Experiência Interna (EI): EI3, EI4 e EI8. A Tabela 17 apresenta os resultados de OUTFIT da mesma escala:

Tabela 17 - Itens com OUTFIT elevado em EI

Item	Enunciado	INFIT	OUTFIT	Total	JMLE	R item-theta
		MSNQ	MNSQ	Count		

EI6_rev	“Tenho dificuldade de imaginar-me a executar tarefas bem sucedidas”	1,53	1,67	212	-0,04	0,5
EI7_rev	“Tenho dificuldade de imaginar as minhas jogadas antes de um jogo”	1,54	1,53	213	-0,12	0,51

Fonte: o autor.

A Tabela 17 revela desajustes importantes no modelo para os itens EI6_rev e EI7_rev. Já a Tabela 18 explora o DIF da escala EV_O:

Tabela 18 - Itens de EV_O com contraste de DIF moderado

Item	Enunciado	CONTRASTED DIF	Dificuldade estimada para atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)	DIF S.E.	t de Rasch- Welch	p- valor
EV_O3	“Costumo me espelhar em algum atleta que considero ídolo esportivo (desportivo)”	-0,62	(-0,27) Sim Vs (0,14) Não	0,19	-3,25	0
EV_O5_adapt	“Aprendo ao prestar a atenção no meu treinador”	0,59	(0,20) Sim Vs (- 0,11) Não	0,23	2,61	0,01
EV_O7_adapt	“Prestar atenção no meu treinador é uma fonte de aprendizagem”	0,87	(0,24) Sim Vs (- 0,13) Não	0,26	3,28	0

Fonte: o autor.

A Tabela 18 aponta evidências de funcionamento diferencial (DIF) em três itens da escala: EV_O3, EV_O5_adapt e EV_O7_adapt. A Tabela 19 apresenta os resultados de OUTFIT de EV_O:

Tabela 19 - Itens com OUTFIT elevado em EV_O

Item	Enunciado	INFIT	OUTFIT	Total	JMLE	R item-
		MSNQ	MNSQ	Count		theta
EV_O3	“Costumo me espelhar em algum atleta que considero ídolo esportivo (desportivo)”	1,42	1,55	211	0,35	0,54

Fonte: o autor.

A Tabela 19 destaca um desajuste no item EV_O3. Nenhum problema com DIF foi identificado nos itens IF-CF. A Tabela 20, por sua vez, apresenta os problemas com OUTFIT identificados para esses itens.

Tabela 20 - Itens com OUTFIT elevado em IF-CF

Item	Enunciado	INFIT	OUTFIT	Total	JMLE	R item-
		MSNQ	MNSQ	Count		theta
IF_CF11_rev	“Sinto-me excessivamente cansado após um jogo”	1,62	1,68	211	0,14	0,28

Fonte: o autor.

A Tabela 20 indica um questão de desajuste no item **IF_CF11_rev**. A Tabela 21 apresenta os resultados de DIF da subesala IF-FD:

Tabela 21 - Itens de IF_PD com contraste de DIF moderado

Item	Enunciado	CONTRASTE	Dificuldade estimada	DIF	t de	p-valor
		DIF	para atletas com e sem deficiência (Sim vs. Não)	S.E.	Rasch-Welch	
IF_PD4_rev	“No final dos jogos costumo sentir dor”	0,49	(-0,14) Sim Vs (0,08) Não	0,22	-2,19	0,03

Fonte: o autor.

A Tabela 21 evidencia funcionamento diferencial (DIF) estatisticamente significativo no item IF_PD4_rev. A Tabela 22 apresenta os resultados de OUTFIT na subescala:

Tabela 22 - Itens com OUTFIT elevado em IF-CF

Item	Enunciado	INFIT MSNQ	OUTFIT MNSQ	Total Count	JMLE	R item- theta
IF_CF11_rev	“Sinto-me excessivamente cansado após um jogo”	2,22	2,36	212	-0,09	0,25

Fonte: o autor.

Conforme a Tabela 22, o item IF_CF11_rev apresenta questões de OUTFIT. Não foram identificados problemas com DIF em itens PV-FBc. A Tabela 23, contudo, apresenta questões de OUTFIT identificadas nessa subescala:

Tabela 23 - Itens com OUTFIT elevado em PV-Fbc

Item	Enunciado	INFIT MSNQ	OUTFI T MNSQ	Contagem total	JMLE	R item- theta
PV_FBc5	“Prefiro receber a opinião dos meus colegas de outra posição que não seja a minha, a respeito de meu desempenho”	1,61	1,79	211	1,42	0,57

Fonte: o autor.

A Tabela 23 indica desajustes no item **PV_FBc5**. A Tabela 24 apresenta questões de DIF na subescala Fator PV_Fvt:

Tabela 24 - Itens de PV_FVt com contraste de DIF moderado

-Item	Enunciado	CONTRASTE DIF	Dificuldade estimada para atletas com e sem S.E. deficiência (Sim vs. Não)	DIF	t de Rasch-Welch	p-valor
PV_FBT1	“Procuro conversar com o meu técnico sobre o meu desempenho”	0,59	(0,23) Sim Vs (-0,09) Não	0,21	2,47	0,02
PV_FBT4	“Acredito que os feedbacks dados pelo meu técnico são importantes para a melhoria do meu desempenho”	-0,59	(-0,110) Sim Vs (0,04) Não	0,3	-1,72	0,09
PV_FBT5	“Gosto quando o meu técnico me procura para conversar sobre o meu desempenho”	-0,47	(-0,10) Sim Vs (0,04) Não	0,31	-1,53	0,13

Fonte: o autor

A Tabela 24 apresenta evidências de funcionamento diferencial (DIF) estatisticamente significativo nos itens da PV_Fbt1 (valor de $p = 0,02$), e não significativo nos itens PV_FBT4 (valor de $p = 0,09$) e PV_FBT5 (valor de $p = 0,13$). Não foram identificados problemas com OUTFIT em itens PV_Fbt.

Indicadores de precisão da BEAEC após sua adaptação com os princípios do DU

Um dos objetivos do presente estudo foi verificar a precisão da BEAEC após o uso dos princípios do desenho universal para viabilizar seu uso com atletas com e sem deficiência. Para tanto, foi utilizado o software Winsteps para estimar indicadores de precisão clássicos,

como o Alfa de Cronbach, além de indicadores derivados do modelo de TRI adotado. Tais resultados foram estimados para todos os fatores da BEAEC. A tabela 26 apresenta os resultados obtidos, apresentando, além do alfa de Cronbach, a fidedignidade obtida pelo modelo de TRI calibrado a partir dos dados coletados e a fidedignidade real. A principal diferença da fidedignidade real é que em seu cálculo são considerados os desajustes dos itens: tanto infit quanto outfit (Linacre, 2021). É importante salientar que a precisão informada na tabela se refere ao conjunto de itens para cada fator considerando a eliminação daqueles que apresentaram valores considerados relevantes de DIF ou nos índices de desajuste.

Conforme a Tabela 25:

Tabela 25 - Indicadores de precisão dos fatores da BEAEC.

Fator	Itens mantidos	Alfa de Cronbach	Theta médio	INFIT	OUTFIT	Fidedignidade real	Fidedignidade do modelo
Desempenhos Passados	19	0,94	1,66	1,02	1,01	0,88	0,90
Estados Emocionais	20	0,91	0,81	1,09	1,07	0,88	0,90
Estados Emocionais (Felicidade)	4	0,97	1,04	0,97	1,1	0,67	0,77
Estados Emocionais	4	0,83	-0,64	0,96	0,96	0,73	0,79

(Pressão)							
Experiências Imaginativas	5	0,97	1,31	0,99	0,98	0,84	0,88
Experiências Vicárias (Outros)	8	0,88	1,66	1,02	1,01	0,59	0,66
Indicadores Fisiológicos (Condições Físicas)	12	0,84	0,36	1,04	1,02	0,76	0,82
Indicadores Fisiológicos (Dor)	4	0,96	1,07	0,99	0,97	0,80	0,83
Persuasão Verbal (Feedback de colegas)	4	0,97	1,93	0,97	0,96	0,67	0,75
Persuasão Verbal (Feedback do Treinador)	5	0,86	1,57	0,97	0,97	0,61	0,70

Fonte: o autor.

A Tabela 25 apresenta os indicadores de precisão dos fatores da BEAEC. De maneira geral, observa-se que os fatores compostos por maior número de itens, como Desempenhos Passados (19 itens) e Estados Emocionais (20 itens), demonstram excelente consistência interna, com alfas de Cronbach de 0,94 e 0,91, respectivamente, acompanhados por valores elevados de fidedignidade real e do modelo (0,88–0,90). Esses resultados sugerem que tais fatores se encontram bem consolidados, cobrindo satisfatoriamente esses fatores da autoeficácia.

Nos fatores mais curtos, formados por quatro ou cinco itens, a interpretação dos coeficientes exige cautela. O fator EE_F (4 itens), por exemplo, apresenta um alfa de 0,95, muito alto, mas acompanhado de fidedignidades mais baixas (0,73–0,77), o que indica que a consistência interna pode estar inflada pela redundância excessiva dos itens, refletindo homogeneidade sem garantir estabilidade estrutural. Já EE_P (4 itens) mostra resultados mais equilibrados, com alfa de 0,83 e fidedignidade entre 0,76 e 0,79, o que o torna psicometricamente mais consistente. Situação semelhante é observada em IF_PD (4 itens), que mantém bons níveis de consistência ($\alpha = 0,88$; fidedignidade = 0,80–0,83), revelando um fator compacto, mas robusto em termos de precisão.

Entre os fatores de porte intermediário, destaca-se Experiências Imaginativas (5 itens), que apresenta alfa de 0,92 e fidedignidade entre 0,85 e 0,86, evidenciando boa estrutura interna mesmo com número reduzido de itens. O fator IF_CF (12 itens) também apresenta resultados adequados ($\alpha = 0,84$; fidedignidade = 0,78–0,83), confirmando desempenho satisfatório no conjunto da escala. Esses achados demonstram que, embora fatores curtos tendam a apresentar limitações inerentes ao número reduzido de itens, alguns conseguem manter precisão suficiente quando há boa cobertura do traço latente.

Por outro lado, alguns fatores revelam fragilidades psicométricas importantes. O caso mais evidente é o de Experiências Vicárias (8 itens), cujo alfa de 0,88 sugere consistência

aceitável, mas que contrasta fortemente com a baixa fidedignidade real e do modelo (0,57–0,59). Essa discrepância aponta para problemas estruturais, possivelmente decorrentes de itens pouco discriminativos ou heterogêneos, o que compromete a estabilidade do fator. Situação semelhante ocorre em Persuasão Verbal, especialmente nos subfatores FBc (4 itens) e FBT (5 itens), que apresentam alfas aceitáveis (0,82 e 0,86), mas fidedignidades mais baixas (0,69–0,73 e 0,64–0,68), sugerindo instabilidade do construto mensurado e indicando necessidade de revisão dos itens ou de ajustes no modelo.

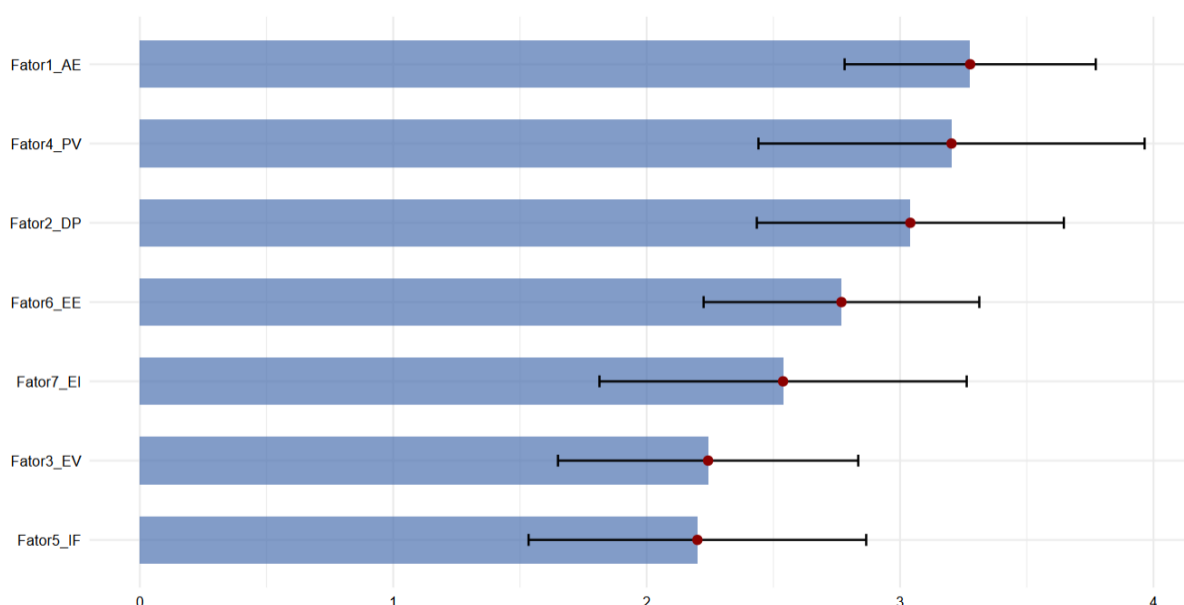
Importa destacar que, apesar das limitações observadas, os valores de INFIT e OUTFIT dos fatores permanecem dentro de faixas consideradas adequadas pelo modelo de Rasch. Esses índices aproximam-se de 1, indicando que os itens não apresentam ruído excessivo, não produzem respostas inesperadas e não se desviam significativamente das expectativas probabilísticas do modelo. Em outras palavras, mesmo nos fatores com fidedignidade mais baixa, não há evidências de misfit; o desafio reside na quantidade e amplitude da informação fornecida pelos itens, e não em seu ajuste estrutural.

Os fatores mais robustos da BEAEC são Desempenhos Passados, Estados Emocionais, Experiências Imaginativas e IF_PD, que reúnem evidências consistentes de precisão psicométrica. Em contrapartida, os fatores Experiências Vicárias e Persuasão Verbal apresentam limitações relevantes, que sugerem a necessidade de reescrita, substituição ou expansão de seus itens, bem como refinamento de suas propriedades no modelo de medida. Esses achados reforçam a importância de considerar não apenas o alfa de Cronbach, mas também os índices de fidedignidade baseados no modelo e o comportamento dos itens no Rasch, permitindo assim uma avaliação mais precisa e realista da qualidade dos fatores.

Quais dimensões têm maior variabilidade entre atletas com deficiência?

Foram realizadas análises de estatística descritiva com o objetivo de responder à pergunta central: “*Quais dimensões psicológicas da BEAEC apresentam maior variabilidade entre atletas com deficiência?*” Essa investigação é fundamental para compreender onde há maior heterogeneidade no perfil psicológico dos atletas, o que pode orientar intervenções personalizadas e o desenvolvimento de programas de suporte mais eficazes. O resultado encontra-se sintetizado na Figura 3:

Figura 3 - Variabilidade das dimensões psicológicas em paratletas



Fonte: Desenvolvido pelo pesquisador.

A Figura 3 ilustra a média e o desvio-padrão dos sete fatores de autoeficácia relatados pelos paratletas da amostra. Observa-se que o Fator 1 (AE – Autoeficácia Geral) apresenta a média mais alta, indicando que, de maneira geral, os participantes percebem-se confiantes em suas capacidades. O Fator 4 (PV – Persuasão Verbal) e o Fator 2 (DP – Desempenhos Passados) também apresentaram médias elevadas, sugerindo que o apoio social e as experiências de sucesso prévias são fontes significativas de autoeficácia para esses atletas.

As Experiências Imaginárias (Fator 7 – EI) e os Estados Emocionais (Fator 3 - EV) , apresentaram médias intermediárias, indicando que estados emocionais e corporais influenciam, mas de forma menos intensa do que a autoeficácia geral ou a persuasão verbal. Já os fatores de Experiências Vicárias (Fator 3 – EV), Indicadores Fisiológicos (Fator 5 – IF) apresentam as médias mais baixas, sugerindo que a observação de si mesmo e seus estados mentais, bem como a observação de outros atletas, têm menos importância na autoeficácia para essa amostra de paratletas.

O padrão dos desvios-padrão sugere variabilidade entre os atletas, especialmente nos fatores relacionados à Persuasão Verbal e Experiências Imaginárias, possivelmente refletindo diferenças individuais na sensibilidade a estímulos externos e experiências anteriores. O desvio-padrão é menor no fator 1, de Autoeficácia Geral, reforçando a tese de que esse fator se destaca em intensidade dentre os paratletas. Em conjunto, esses resultados destacam que, para paratletas, fontes externas e experiências concretas de sucesso tendem a exercer maior influência na percepção de autoeficácia do que sinais internos ou processos imaginativos.

Clustering de paratletas

Em seguida, os paratletas participaram de uma análise de agrupamento para identificar perfis psicológicos distintos dentro da amostra. Para isso, utilizou-se o algoritmo K-Modes, apropriado para variáveis categóricas, dado que as respostas dos atletas foram codificadas em categorias ordinais (por exemplo, níveis de concordância em escala Likert de 1 a 5). Antes da clusterização, as dimensões psicológicas da BEAEC foram discretizadas em três níveis: baixo, médio e alto, conforme cortes baseados em tercís das distribuições das pontuações de cada dimensão. Por exemplo, para a dimensão *Desempenho sob Pressão (DP)*, valores até 2,8 foram considerados baixos, entre 2,9 e 3,7 médios, e acima de 3,7 altos.

Para determinar o número ideal de clusters, aplicou-se o método do cotovelo (elbow method), avaliando o custo da clusterização para K variando entre 2 e 6. O gráfico indicou que K=3 apresentava um bom equilíbrio entre complexidade e explicabilidade, com uma queda significativa no custo da função objetivo até esse ponto, seguida de uma estabilização.

A análise da silhueta aplicada ao processo de clusterização resultou em um índice médio de 0,65, valor considerado satisfatório e indicativo de agrupamentos bem definidos e coerentes dentro da amostra. Valores acima de 0,5 denotam que os clusters apresentam boa separação, com alta similaridade interna entre os membros de cada grupo e baixa similaridade entre os diferentes grupos, o que confirma a robustez da segmentação realizada.

A Tabela 26 apresenta as principais características dos 3 clusters formados:

Tabela 26 - Três clusters de paratletas

Característica	Cluster 1 (Experientes)	Cluster 2 (Intermediários)	Cluster 3 (Iniciantes)
Tempo no Esporte	> 10 anos	> 10 anos	< 5 anos
Parte da amostra	32%	45%	23%
Autoconfiança (Likert)	Alta (4-5)	Moderada (3-4)	Baixa (1-3)
Situação na Equipe	80% Titulares	65% Titulares	45% Titulares
Modalidade Típica	Atletismo, Goalball	Ciclismo, Remo	Bocha, Vôlei Adaptado
Gênero	68% Masculino	55% Masculino	52% Feminino

Fonte: o autor.

A identificação das variáveis mais influentes para a formação desses clusters evidenciou que o tempo de prática esportiva, a autoconfiança e a situação do atleta na equipe constituem os principais fatores decisivos para a distinção dos perfis psicológicos observados. Essas variáveis refletem aspectos fundamentais da experiência esportiva e da percepção individual do atleta, impactando diretamente seu posicionamento nos grupos formados. Em seguida, variáveis contextuais como idade, modalidade esportiva e gênero exerceram um papel secundário, atuando como fatores que refinaram e ajustaram os perfis, porém sem determinar, isoladamente, a segmentação. Por fim, características como o tipo de deficiência e o nível de escolaridade tiveram impacto mínimo na definição dos clusters, sugerindo que essas dimensões demográficas não influenciam significativamente a diferenciação dos perfis psicológicos na amostra estudada. Tais resultados indicam que a experiência e a autopercepção são elementos-chave para compreender as variações psicológicas entre paratletas, direcionando estratégias mais efetivas para intervenções individualizadas.

A análise de clusters revelou três perfis psicológicos distintos entre os atletas pesquisados. O Cluster 1, caracterizado pela Alta Autoconfiança, representa 32% da amostra e demonstra elevada crença nas próprias capacidades, com médias de 4,8 para "Acredito que posso ter sucesso na minha modalidade" e 4,6 para "Sei que posso fazer minhas metas darem certo". Este grupo inclui atletas de diferentes níveis de experiência, desde novatos até veteranos, sugerindo que a autoconfiança transcende o tempo de prática.

O Cluster 2, denominado Confiança Moderada, constitui o perfil mais prevalente com 45% da amostra. Seus membros apresentam níveis intermediários de autoconfiança, obtendo

3,7 pontos em "Sou capaz de superar desafios" e 3,4 em "Tenho vontade de tentar novamente após errar". Esta moderação pode refletir uma perspectiva mais realista sobre suas habilidades.

O Cluster 3, representando 23% dos participantes, caracteriza-se pela Baixa Autoconfiança e apresenta as menores pontuações: apenas 1,9 para "Faço coisas melhor que outros atletas" e 2,1 para "Sou emocionalmente seguro". Este grupo requer atenção especial, pois apresenta risco de desistência sem intervenção adequada, necessitando de estratégias específicas para fortalecer a confiança e manter o engajamento esportivo.

Para identificar atletas com padrões de resposta atípicos (*outliers*), com o objetivo de verificar se todos respondiam de forma padronizada ou se havia discrepância em algumas respostas, foram adotadas duas abordagens complementares. A primeira consistiu na aplicação do método estatístico baseado em escores padronizados (Z-Scores). Para cada participante, foi calculado o Z-Score a partir da soma total de suas respostas aos 123 itens da escala Likert utilizada no instrumento. Como critério para definição de outliers estatísticos, foram considerados aqueles com $|Z| > 2,5$, indicando respostas significativamente distantes da média amostral.

A segunda abordagem foi baseada na análise por cluster, já previamente realizada, com foco na detecção de inconsistências internas. Nesse caso, considerou-se como atípico o atleta cujos padrões de resposta destoavam substancialmente do perfil predominante em seu respectivo grupo. Por exemplo, atletas alocados no cluster caracterizado por alta autoconfiança e engajamento (Cluster 1) que, no entanto, apresentaram escores baixos em itens-chave relacionados a essas dimensões, foram classificados como casos de inconsistência intra-cluster.

Essa análise combinada permitiu não apenas identificar casos extremos estatisticamente, mas também aqueles cuja coerência interna das respostas indicava possíveis

dissonâncias cognitivas, dificuldades de autopercepção ou perfis psicologicamente complexos.

Tabela 27 - Paratletas Outliers em seus clusters

ID Atleta	Cluster	Tipo de Outlier	Respostas Atípicas	Z-Score	Possível Interpretação
15	1 (Alta)	Inconsistência	Q5 = 1, Q18 = 1	1,2	Alta performance com autocrítica excessiva
28	2 (Moderado)	Z-Score	Q4 = 5, Q7 = 5, Q15 = 1	2,7	Confiança contraditória: alta em metas, baixa em imprevistos
42	3 (Baixa)	Z-Score	Q12 = 5, Q19 = 5	-2,9	Baixa confiança geral, mas persistência em objetivos
62	3 (Baixa)	Z-Score Extremo	Média geral = 1,4	-3,1	Padrão globalmente negativo
7	1 (Alta)	Inconsistência	Q10 = 1, Q20 = 1	0,8	Alta confiança esportiva com insegurança emocional
53	2 (Moderado)	Inconsistência	Q3 = 5, Q14 = 5, Q17 = 1	1,9	Persistente, mas com dificuldade em lidar com

				derrotas
19	1 (Alta)	Ambos (Z + Inconsist.)	Q5 = 1, Q6 = 1 2,3 (resto com pontuação alta)	Excelente resiliência, mas tendência a não se comparar bem com os outros

Fonte: o autor.

Para fins de interpretação, utilizou-se a seguinte legenda: os itens são referenciados como Q[X], correspondendo à numeração original da escala Likert aplicada (por exemplo, Q5 = “Faço coisas melhor que outros atletas”). Em relação ao Z-Score, consideraram-se como valores extremos aqueles superiores a 2,5 ou inferiores a -2,5, e como moderadamente discrepantes os situados entre $\pm 1,5$ e $\pm 2,5$.

A análise complementar dos casos outliers revelou dois padrões principais. O mais recorrente, identificado em quatro dos sete atletas classificados como atípicos, foi a discrepância entre indicadores gerais de autoconfiança e manifestações específicas de autocrítica. Por exemplo, houve casos em que o atleta demonstrava forte crença em sua capacidade de alcançar metas (Q4 = 5), mas avaliava-se negativamente ao se comparar com outros (Q5 = 1). Esse tipo de incongruência sugere um perfil psicologicamente ambíguo, com autoestima funcional para o desempenho, mas marcada por julgamentos autodepreciativos em contextos sociais.

Dois casos foram destacados como extremos. O Atleta 62 apresentou um padrão consistentemente negativo, com escore médio próximo ao mínimo da escala, indicando possível desmotivação, desconexão com o instrumento ou mesmo dificuldades cognitivas na

compreensão dos itens. Por outro lado, o Atleta 42 demonstrou um perfil mais complexo: apesar de pontuações baixas em autoconfiança geral, manteve respostas elevadas em itens relacionados à persistência ($Q19 = 5$), sugerindo um tipo de resiliência dissociada da autopercepção positiva.

Considerações Finais

A presente investigação analisou a estrutura psicométrica da BEAEC e os padrões de resposta de atletas, com o propósito de assegurar validade, precisão e equidade na mensuração da autoeficácia em diferentes contextos esportivos. A aplicação da Teoria de Resposta ao Item (TRI), aliada às análises de clusters e à detecção de outliers, permitiu identificar itens com funcionamento diferencial (DIF) relevante. Entre os 123 itens avaliados, 22 apresentaram evidências significativas de DIF, revelando que indivíduos com níveis equivalentes da habilidade latente respondiam de forma distinta — um indício direto de ameaça à equidade do instrumento. Cabe reconhecer, contudo, que a amostra obtida ficou aquém dos 300 casos recomendados para análises robustas em TRI, o que pode comprometer a estabilidade dos parâmetros estimados e limitar a generalização desses achados. Mesmo assim, os padrões identificados são consistentes o suficiente para orientar decisões revisivas.

As questões apontadas pelos itens com DIF podem ser abordadas por diferentes caminhos metodológicos, como a remoção seletiva dos itens problemáticos e posterior verificação da precisão dos itens remanescentes, ou a avaliação de possíveis efeitos compensatórios entre itens com viés em direções opostas. Em um cenário contrafactual, se a amostra tivesse sido maior e mais equilibrada entre modalidades e tipos de deficiência, é possível que alguns itens com DIF marginal apresentassem estabilidade superior; porém, a convergência das análises sugere que ao menos parte dessas discrepâncias é estrutural, não

apenas amostral. Essa interpretação foi reforçada pelo Estudo III, que avançou na validação da BEAEC adaptada, mas também expôs fragilidades importantes relacionadas à equivalência dos itens, à precisão de alguns fatores e à sensibilidade reduzida do instrumento para perfis atípicos.

Além do DIF, 18 itens apresentaram valores de OUTFIT MNSQ acima do critério de aceitabilidade ($>1,5$), indicando respostas inesperadas que violam premissas essenciais do modelo de Rasch, especialmente em participantes com habilidades extremas. O fator IF_PD (dor e desconforto) foi particularmente crítico, com itens demonstrando incompatibilidade severa com a métrica latente estimada. A sobreposição entre DIF e OUTFIT em itens como DP_D3, EE_Con5, EI6_rev, EI7_rev, EV_O3 e IF_PD1 reforça a vulnerabilidade desses itens: quando um mesmo item reúne viés de grupo e desajuste estatístico, compromete simultaneamente validade, equidade e interpretação substantiva. Esses achados exigem revisão contínua, com reescrita e reavaliação sistemática dos itens mais frágeis, considerando ainda adaptações específicas para subgrupos culturais, funcionais e esportivos, que podem vivenciar a autoeficácia de modos distintos.

De forma complementar, a análise de agrupamento revelou três perfis distintos de atletas, com boa separação ($\text{silhueta} = 0,65$), mostrando que variáveis como tempo de prática, autoconfiança e posição na equipe foram determinantes na formação dos clusters. Essa segmentação demonstrou que itens associados a tais dimensões são sensíveis à heterogeneidade da amostra, revelando nuances que uma análise exclusivamente global não captaria. A detecção de outliers, tanto por Z-score quanto por incompatibilidade com o cluster de origem, indicou padrões de inconsistência entre crenças globais e avaliações específicas, reforçando a importância de modelos sensíveis a perfis multifacetados, sobretudo em populações que combinam diversidade funcional, esportiva e experiencial. Ainda assim, é necessário reconhecer que, embora a diversidade da amostra seja um ponto forte, a

representatividade permaneceu limitada para algumas categorias de deficiência e modalidades esportivas, restringindo parcialmente a generalização dos resultados para todo o universo de atletas com deficiência.

Esses achados convergem para a urgência de uma revisão estruturada da BEAEC, baseada nos princípios da Testagem Universal. Isso envolve não apenas remover itens problemáticos, mas também reescrever fatores inteiros quando necessário, aprimorar a clareza semântica, garantir acessibilidade digital e refinar a sensibilidade dos itens a diferentes perfis funcionais. Especulando além do solicitado (aviso): instrumentos aplicados a populações historicamente marginalizadas só alcançam seu potencial pleno quando combinam métricas robustas, linguagem inclusiva e ambientes de aplicação acessíveis — dimensões que, integradas, podem reduzir vieses, aumentar a adesão e fortalecer a utilidade prática do instrumento.

Conclui-se que a integração entre evidências estatísticas (DIF, OUTFIT), padrões empíricos (clusters, outliers) e considerações sobre representatividade da amostra constitui um caminho metodológico sólido para a validação de instrumentos psicométricos em contextos diversos. A adoção sistemática dessas estratégias deve ser parte central de qualquer processo de avaliação e adaptação de medidas psicológicas no esporte, especialmente quando estas são dirigidas a populações heterogêneas e historicamente subavaliadas, como atletas com deficiência.

REFERÊNCIAS

Carreira-Perpiñán, M. Á., & Wang, W. (2013). The K-modes algorithm for clustering. arXiv preprint arXiv:1304.6478.

- Chen, Y., Li, X., Liu, J., & Ying, Z. (2021). Item response theory—a statistical framework for educational and psychological measurement. arXiv preprint arXiv:2108.08604.
- Emerson, R. W. (2021). Psychometrics, testing, reliability, and validity. *SAGE Open*, 11(3), 21582440211023607. <https://doi.org/10.1177/21582440211023607>
- Fonseca Bicalho, C. C., de Melo, G. F., & Noce, F. (2021). Development and validation evidence for the Resilience Scale for Sport (RS-Sp). *International Journal of Sport Psychology*, 52(6), 494–527. <https://doi.org/10.7352/IJSP.2021.52.494>
- Frontiers in Psychology. (2024). Data mining for psychological profiling of track and field athletes and runners. *Frontiers in Psychology*. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1518468>
- Furr, R. M. (2021). *Psychometrics: An Introduction*. Sage Publications.
- Harwood, C., et al. (2004). [Citado por Biddle e Wang nos procedimentos de agrupamento motivacional]. *Journal of Sports Sciences & Medicine* (citação secundária baseada em Harwood et al., 2004).
- Hsu, C.-L. (2018). Categorical Data Clustering, including k-modes and ROCK. Chih-Ling Hsu's Data Science Notes.
- Ilgar, E. A., Sirgancı, G., & Cihan, B. B. (2023). Psychometric properties of the Sport Imagery Ability Questionnaire (SIAQ) in Turkish culture. *CBÜ Beden Eğitimi ve Spor Bilimleri Dergisi*, 18(2), 455–467. <https://doi.org/10.33459/cbubesbd.1273911>
- Kim, J., & Wilson, M. (2020). Polytomous item explanatory item response theory models. *Educational and Psychological Measurement*, 80(4), 765–790. <https://doi.org/10.1177/0013164419892667>

- Linacre, J. M. (2025). Winsteps Rasch measurement computer program (Versão 5.3.5) [Software]. Winsteps.com. <https://www.winsteps.com>
- National Center for Biotechnology Information. (2006). Item response theory and health outcomes measurement in the 21st century. *Medical Care*, 44(11 Suppl 3), S49–S57. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC1815384/>
- National Center for Biotechnology Information. (2015). Differential item functioning analysis. *Psychometrika*, 80(3), 532–554. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC4520411/>
- Psicologia: Reflexão e Crítica. (2016). An application of item response theory to psychological test development. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(18), 1–10. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0040-x>
- Tozetto, W. R., Milan, F. J., Lima, C. O. V., & Milistetd, M. (2024). Cross-Cultural adaptation, reliability, and validity of a Brazilian version of the Sport Imagery Questionnaire. *Scientific Reports*, 14, 23194. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-71752-1>
- Wallmark, J. O. R., Li, J., & Wiberg, M. (2024). Analyzing polytomous test data: A comparison between an information-based IRT model and the generalized partial credit model. *Educational and Psychological Measurement*. <https://doi.org/10.3102/10769986231207879>
- Zanon, C., Hutz, C. S., Yoo, H., & Hambleton, R. K. (2016). *An application of item response theory to psychological test development*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29, Article 18. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0040-x>

Zhang, S., & Boardley, I. D. (2023). Measuring sport fantasy proneness and deflated reality in sport and performance: Development and validation of two context-specific instruments. *Psychology of Sport & Exercise*, 69, 102491. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2023.102491>

DISCUSSÃO INTEGRADA

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar as evidências de validade e precisão da BEAEC adaptada com base nos princípios do Desenho Universal para atletas com e sem deficiências. Para tanto, foram conduzidos três estudos inter-relacionados, cujos resultados, quando integrados, possibilitaram o atingimento de tal objetivo a respeito da viabilidade e os desafios da adaptação e validação de instrumentos psicológicos em contextos esportivos inclusivos.

Estado da Arte e a Identificação de uma Lacuna Fundamental

O Estudo I cumpriu com êxito o primeiro objetivo específico do estudo: levantar o estado da arte sobre medidas de autoeficácia para atletas com e sem deficiência. Por meio de uma revisão integrativa, que selecionou apenas 5 artigos de um total de 645 analisados, ficou estabelecida uma lacuna na literatura: a inexistência de instrumentos psicométricos desenvolvidos especificamente para avaliar a autoeficácia em paratletas. Os instrumentos existentes foram validados apenas para atletas sem deficiência, ainda que em contextos nacionais distintos. Esta conclusão não apenas justificou a necessidade do presente trabalho, mas também direcionou os esforços para a adaptação da BEAEC de modo a produzir um instrumento inclusivo, atendendo a um público até então negligenciado pela pesquisa em psicologia do esporte.

A Adaptação da BEAEC: Entre a Teoria e a Prática Inclusiva

O Estudo II dedicou-se ao segundo objetivo específico do estudo: adaptar itens, instruções e formato de aplicação da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Atletas de

Esportes Coletivos com base nos princípios do Desenho Universal. Os resultados demonstraram que a adaptação vai além da mera tradução ou reformulação semântica: trata-se de um processo empírico que exige a validação direta com o público-alvo. Através de testes de usabilidade com participantes com deficiência visual, identificaram-se barreiras imprevistas na plataforma de coleta de dados (Concerto) e na própria redação dos itens.

A preferência pelo Google Forms sobre a plataforma Concerto, devido à sua usabilidade e familiaridade, salvamento automático e compatibilidade com tecnologias assistivas, reforça que a acessibilidade tecnológica é um pilar do Desenho Universal. Além disso, as sugestões dos participantes levaram a uma revisão crucial da linguagem utilizada, substituindo termos visuais (como "ver" e "observar") por alternativas sensoriais neutras (como "perceber" e "analisar"). Esse passo foi fundamental para garantir que o instrumento não excluísse ou constrangesse pessoas com deficiência visual, materializando o princípio da equidade na aplicação.

Investigação das Propriedades Psicométricas: Validade, Precisão e Equivalência

O Estudo III abordou o terceiro e mais complexo objetivo específico: investigar as propriedades psicométricas da BEAEC e sua equivalência entre atletas com e sem deficiência. Os resultados da Teoria de Resposta ao Item revelaram achados relevantes que merecem consideração. A análise de Funcionamento Diferencial do Item identificou 22 itens, de um total de 123, que funcionaram de maneira distinta entre os dois grupos. Esse resultado indica que, mesmo quando atletas apresentavam níveis semelhantes da habilidade latente, alguns itens foram interpretados ou respondidos de forma diferente, o que pode estar relacionado a contextos esportivos e sociais específicos. Entre os exemplos mais evidentes estão o item “Confio no meu treinador” (EE_Con5), que apresentou contraste de DIF de 0,78 ($p = 0,0002$),

e “Soube lidar com os meus sentimentos ao perder” (DP_D3), com contraste de $-0,48$ ($p = 0,0077$). Essas diferenças sugerem que paratletas e atletas sem deficiência atribuem significados particulares a determinadas experiências, o que repercute em seus padrões de resposta.

A análise de OUTFIT complementou esses resultados, ao apontar 18 itens com valores acima de 1,5, sinalizando um ajuste menos consistente ao modelo de Rasch. Entre eles, destacam-se itens relacionados à percepção da dor, como “Sei lidar bem com a sensação de dor” (IF_PD1), e itens ligados ao desempenho sob pressão, como EE_P2_rev, EE_P3_rev e EE_P4_rev. Em alguns casos, os itens apresentaram simultaneamente funcionamento diferencial e valores de OUTFIT mais elevados, como DP_D3, EE_Con5, EI6_rev, EI7_rev, EV_O3 e IF_PD1. Esses achados indicam a conveniência de revisões futuras, com vistas a tornar os itens mais claros e equitativos, assegurando maior consistência da medida.

Apesar desses pontos a serem refinados, a BEAEC apresentou indicadores de precisão psicométrica bastante sólidos em diversos fatores. Desempenhos Passados, com alfa de Cronbach de 0,94 e fidedignidade entre 0,88 e 0,90, e Estados Emocionais, com alfa de 0,91 e fidedignidade na mesma faixa, mostraram consistência interna elevada. Experiências Imaginativas também apresentou bom desempenho, com alfa de 0,92 e fidedignidade de 0,85 a 0,86. Em contraste, fatores como Experiências Vicárias e Persuasão Verbal apresentaram resultados que sugerem maior variabilidade, o que reforça a necessidade de acompanhamento mais atento em pesquisas futuras. No conjunto, os indicadores demonstram que a escala é robusta, mas com espaço para aprimoramento em dimensões mais sensíveis.

A análise da variabilidade dos fatores de autoeficácia nos paratletas mostrou que Autoeficácia Geral e Persuasão Verbal foram os que apresentaram médias mais altas, reforçando a importância da confiança pessoal e do apoio social. Já Experiências Vicárias e Indicadores Fisiológicos tiveram médias mais baixas, o que sugere menor influência na

percepção de autoeficácia para esse grupo. Foi observado ainda que fatores como Persuasão Verbal e Experiências Imaginativas apresentaram maiores desvios-padrão, indicando maior diversidade de percepções entre os participantes.

Complementando esses achados, a análise de agrupamento identificou três perfis de paratletas. O primeiro perfil, denominado Experientes, reuniu atletas com mais de dez anos de prática, elevada autoconfiança e maior participação como titulares nas equipes. O segundo perfil, Intermediários, caracterizou-se por níveis moderados de autoconfiança e presença significativa como titulares. O terceiro perfil, Iniciantes, correspondeu a atletas com menos de cinco anos de prática e níveis mais baixos de autoconfiança, com participação reduzida em competições. O índice de silhueta de 0,65 confirmou a consistência dessa segmentação, mostrando que a BEAEC é sensível para captar diferenças significativas entre grupos.

A análise de outliers destacou alguns casos de atletas cujas respostas se distanciaram dos padrões médios ou do perfil esperado dentro de seus clusters. Alguns apresentaram combinações interessantes, como elevada persistência apesar de autoconfiança reduzida, ou autocrítica mais intensa mesmo quando relataram bom desempenho. Esses achados sugerem que a escala permite captar nuances individuais importantes, reforçando a necessidade de interpretações cuidadosas e contextualizadas, sobretudo em perfis que reúnem características aparentemente contraditórias.

O Estudo III mostrou que a BEAEC combina boas evidências de consistência psicométrica com alguns pontos que podem ser aperfeiçoados. Os resultados indicam que o instrumento consegue refletir tanto as diferenças entre atletas com e sem deficiência quanto a diversidade interna entre os próprios paratletas, o que reforça seu potencial de uso em contextos inclusivos e de apoio à prática esportiva.

Realização dos Objetivos da Pesquisa

Os três estudos, uma vez integrados em suas conclusões, permitem um panorama da realização dos objetivos da pesquisa. O Estudo I justificou a empreitada ao identificar uma lacuna crítica na literatura. O Estudo II forneceu as bases metodológicas e éticas para a adaptação, implementando com sucesso os princípios do Desenho Universal na interface e na linguagem do instrumento. O Estudo III forneceu evidências robustas de precisão e validade para a utilização da BEAEC em uma população mista, ao mesmo tempo que expôs limitações importantes quanto à sua equivalência estrita entre os grupos.

Os resultados psicométricos indicam que a versão atual da BEAEC não é plenamente equivalente para atletas com e sem deficiência. A presença de DIF em diversos itens significa que escores brutos não podem ser comparados diretamente entre os grupos sem que se corra o risco de interpretações enviesadas. A identificação desses itens problemáticos é, em si mesma, um resultado valioso, uma vez que fornece um mapa para uma futura revisão do instrumento, indicando quais itens devem ser reformulados ou removidos para se atingir a tão almejada invariância de medida.

Conclui-se que a presente investigação foi bem-sucedida em investigar as evidências de validade e precisão da BEAEC. Ela demonstrou que o caminho para um instrumento verdadeiramente universal é viável, mas exige um refinamento guiado por dados empíricos. A BEAEC adaptada representa um avanço significativo em direção à inclusão no paradesporto, porém, sua versão final e plenamente validada depende da incorporação desses achados em uma próxima etapa de revisão e reteste. Este trabalho não apenas oferece um instrumento melhorado, mas também estabelece uma metodologia robusta integrando revisão sistemática, design universal e análise psicométrica, para o desenvolvimento e adaptação de ferramentas de avaliação psicológica em contextos esportivos diversos e inclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre a avaliação psicométrica da autoeficácia no esporte mostra uma escassez de instrumentos de medidas em paradesportistas. E a realização dos objetivos da presente pesquisa, em termos de adaptação e validação da BEAEC a partir dos princípios do Desenho Universal, se mostrou apta para preencher tal lacuna. Tal adaptação foi o primeiro passo para diminuir essa carência de instrumentos que medem o construto autoeficácia no contexto do esporte e que possibilitem a acessibilidade a pessoas com deficiência.

Os resultados da pesquisa também apresentam implicações para a Teoria da Autoeficácia e para o Desenho Universal. A identificação de DIF em diversos itens da BEAEC demonstra que as fontes de autoeficácia (como desempenho passado e experiência vicária) não são percebidas ou processadas de maneira uniforme entre atletas com e sem deficiência. Isto desafia a suposição de que construtos psicológicos são universalmente experimentados da mesma forma e exige uma teorização mais contextualizada, que incorpore a experiência singular da deficiência e do paradesporto. Concomitantemente, o estudo valida o DU como framework essencial, indo além da acessibilidade física ou digital. Ele mostrou que a "universalidade" é um processo contínuo de testagem e refinamento, não um ponto de partida. A eficácia da BEAEC adaptada só foi garantida através de iterações empíricas com os usuários finais, confirmando que a equidade na medição (princípio do DU) é alcançada pela equivalência psicométrica, exigindo a eliminação de itens com viés (DIF) para que as pontuações sejam comparáveis e significativas entre grupos diversos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa pode ser objeto de críticas. A amostra por conveniência, ainda que comum em estudos psicométricos iniciais, limita a generalização dos resultados. O que foi compensado pelo uso de técnicas mais avançadas de análise da amostra, como a TRI e o clusering. Apesar disso, um recrutamento mais estratificado, garantindo proporcionalidade entre tipos de deficiência, modalidades esportivas e níveis competitivos,

teria fortalecido a robustez da análise de DIF e a validade externa. Contudo, tal forma de amostragem se observou empiricamente inviável, dada a dificuldade de acesso e participação de paratletas no volume necessário. Além disso, a complementação da TRI com grupos focais para investigar qualitativamente a razão do DIF em itens críticos teria enriquecido a interpretação dos dados, indo além da identificação estatística do viés para compreender suas causas contextuais e semânticas. Contudo, tal abordagem qualitativa também se mostrou empiricamente inviável, por questões de custos e participantes em diversas localidades do país, visto que muitas vezes demandariam presença física para entrevistas, grupos focais e afins.

Com a conclusão da presente pesquisa, obteve-se um instrumento para avaliação de autoeficácia no esporte, a BEAEC adaptada, que apresenta evidências de validade de estrutura interna e precisão, mas também revelou limitações críticas que sustentam sua utilização apenas com ressalvas. A análise psicométrica rigorosa identificou Funcionamento Diferencial do Item (DIF) em 22 itens e desajustes ao modelo (OUTFIT) em 18 itens, indicando que a versão atual não é plenamente equivalente para comparações diretas entre atletas com e sem deficiência. A pesquisa fortaleceu a produção de conhecimento sobre o construto ao demonstrar, na prática, a intrínseca relação entre os princípios do Desenho Universal e a equidade psicométrica.

Até o presente momento, este estudo consolidou-se como pioneiro na investigação psicométrica de um instrumento de autoeficácia especificamente adaptado, a partir do Desenho Universal, para atletas com e sem deficiência. O esporte adaptado mostrou-se um campo fértil para investigação, não apenas por seu valor humano intrínseco no fomento ao bem-estar e à inclusão de paradesportistas, mas também pelo significativo valor acadêmico e econômico que potencialmente gera, dada a importância do esporte em nossa sociedade.

Com base nos resultados apresentados, constam como sugestões para futuros estudos a revisão e revalidação dos itens da BEAEC identificados com DIF e desajuste de outfit, particularmente aqueles que apresentaram mais problemas: os itens dos fatores "Desempenhos Passados", "Experiências Emocionais" e "Influência da Dor". Recomenda-se a realização de grupos focais com paratletas para investigar qualitativamente as causas desses vieses, aprimorando a redação e a pertinência cultural dos itens. Tal aprofundamento oriundo envolvendo metodologia de pesquisa qualitativa seria fundamental para validar de forma mais criteriosa a a BEAEC. Adicionalmente, é crucial uma validação cruzada com uma amostra maior e estratificada, que inclua proporcionalmente atletas de diferentes deficiências, modalidades coletivas (como vôlei sentado e goalball) e níveis competitivos, para garantir a generalização dos resultados. Por fim, como sugerido pelas limitações do Estudo I, novas pesquisas devem explorar o impacto psicológico de deficiências temporárias (como recuperação de lesões) e investigar a autoeficácia em paratletas de alta competição em esportes coletivos, áreas ainda negligenciadas na literatura.

APÊNDICE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **COLETA DE DADOS VIRTUAL**

Eu, Fabricio Antonio Raupp, aluno do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-o a participar do processo de coleta de dados de minha Tese de Doutorado, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes, do Departamento de Psicologia da UFSC. Esta pesquisa, que se intitula “Evidências de Validade e Precisão da Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos segundo os Princípios da Testagem Universal” tem como objetivo investigar as evidências de validade e precisão de um instrumento de medida da autoeficácia adaptado a partir dos princípios do Desenho Universal para atletas de esportes coletivos com e sem deficiência física e/ou visual. Este estudo se justifica pelo fato de existirem poucas pesquisas sobre instrumentação psicológica no contexto do paradesporto e, até o momento, não ter sido encontrado instrumento psicométrico que meça a autoeficácia esportiva para esse público, tem-se como relevante socialmente a adaptação de um instrumento para esse grupo. Com o desenvolvimento do instrumento pretende-se trazer benefícios aos desportistas, contribuindo no desempenho e na melhora dos resultados em competições, bem como na promoção de bem-estar físico e psicológico. Serão convidados a participar dessa pesquisa indivíduos alfabetizados, maiores de 18 anos, que tenha participado de, pelo menos, uma competição organizada pela respectiva entidade esportiva do esporte coletivo praticado nos últimos doze meses e que tenha a intenção de participar de, pelo menos, uma competição de esporte coletivo organizada da mesma forma nos próximos doze meses. A pesquisa está sendo realizada no formato online a partir do preenchimento do formulário na plataforma Google Forms.

A sua participação ocorrerá por meio do consentimento em responder a uma escala que permite aos pesquisadores entenderem melhor as experiências desportivas dos atletas em competição esportiva. O seu nome, ou quaisquer dados que possam identificá-lo, não serão utilizados nos documentos pertencentes a este estudo. Os benefícios associados à participação desta pesquisa se relacionam a possibilidade de obter autoconhecimento, a partir da avaliação,

pertinente para sua prática desportiva e conhecimento de suas crenças sobre o desempenho ao praticar uma atividade esportiva, podendo ocorrer por meio de percepções associadas ao processo de resposta ou vinculadas à devolutiva oferecida pelo pesquisador. Os benefícios secundários relacionam-se ao processo de validação da escala, que pode vir a ser, futuramente, utilizada em benefício de outros atletas e ferramenta de trabalho de psicólogos clínicos e do esporte.

Entretanto, é possível que haja riscos e desconfortos decorrentes de sua participação na pesquisa. Os danos previsíveis serão evitados com a realização cautelosa da pesquisa e estabelecimento de uma relação de confiança com o pesquisador, respeitando-se as condições, tempo e características de cada participante. O procedimento utilizado nesta pesquisa obedece aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução 466/12 de 12/06/2012 do Conselho Nacional de Saúde, de modo que não oferecem riscos graves ao participante. Informamos que mesmo pouco provável, há a possibilidade em sentir desconfortável ou mesmo experienciar sentimentos de fadiga, ansiedade, cansaço ou aborrecimento ao responder os itens da escala, devido à extensão da mesma e de suas eventuais complexidades. Caso sinta desconforto, você tem a liberdade de recusar-se a participar da pesquisa e interromper o preenchimento do questionário. Para retirar o seu consentimento, você pode entrar em contato com a pesquisador, Fabricio Antonio Raupp, por e-mail ou pessoalmente, a qualquer momento.

De acordo com a legislação brasileira, sua participação é absolutamente voluntária e não remunerada. De toda forma, o pesquisador garante indenização financeira, se for necessário, por meio de documentos que comprovem fatos a serem indenizados referente a possíveis danos decorrentes da pesquisa. Os pesquisadores estarão à disposição para esclarecimentos antes, durante e depois da pesquisa. Você tem assegurada a liberdade de desistir de participar a qualquer momento do estudo, sem nenhuma penalização.

Em qualquer pesquisa há a possibilidade, ainda que remota, de quebra de sigilo, mesmo que involuntária e não intencional, e suas potenciais consequências na vida pessoal e profissional dos participantes. No intuito de minimizar esse risco, todas as informações coletadas serão mantidas em dispositivos de uso pessoal do pesquisador e armazenadas em locais protegidos por senha. Após a conclusão da coleta de dados, o pesquisador fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

As informações obtidas serão empregadas com ética na elaboração do trabalho científico, que poderá ser publicado em meios acadêmicos, garantindo a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes.

O pesquisador responsável, que também assina este documento, declara que cumprirá os termos da Resolução 510 de 07/04/2016 e CNS 466/2012, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes de pesquisa.

Dados do pesquisador

Nome Completo: Fabricio Antonio Raupp

E-mail: fabricioraupp@hotmail.com

Recomendamos que você faça o download e arquive esse documento para ter o contato do pesquisador e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina- CEPESH/UFSC caso precise. Ressaltamos que será fornecida, sempre que solicitado, uma cópia deste documento ao participante da pesquisa.

Qualquer dúvida que você venha a ter sobre ética em pesquisa pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, CEPESH/UFSC, por meio do telefone (48) 3721 6094 ou no endereço: Universidade Federal de Santa Catarina - Pró- Reitoria de Pesquisa- Prédio Reitoria II (R: Desembargador Vitor Lima, 222, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400).

O endereço institucional dos pesquisadores é Laboratório de Pesquisa em Avaliação Psicológica, Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Universitário Trindade, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, CEP 88040-900- Florianópolis, SC - Brasil, Telefone: (48) 3721-9904

Se você aceitar participar desta pesquisa, clique na opção SIM para acessar o formulário online.

Nome do participante: _____

Data: _____

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes

Contato: carlos.sancineto@pesquisador.cnpq.br

Pesquisador

Doutorando Fabricio Antonio Raupp

Contato: fabricioraupp@hotmail.com

Endereço dos pesquisadores: Laboratório de Pesquisa em Avaliação Psicológica
Universidade Federal de Santa Catarina – Campus Universitário Trindade Centro de
Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Psicologia CEP 88040-900 –
Florianópolis, SC – Brasil Telefone: (48) 3721-9904

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH Universidade Federal de Santa
Catarina - Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 701 Trindade –
CEP 88040-400 – Florianópolis – SC Contato: (48) 3721-6094

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH Universidade Federal de Santa
Catarina - Reitoria II R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 701 Trindade –
CEP 88040-400 – Florianópolis – SC Contato: (48) 3721-6094

ANEXO I – Bateria de Escalas de Autoeficácia para Esportes Coletivos



Questões Gerais

Gênero (Género): Feminino () Masculino ()

Modalidade:

Há quantos anos ou meses praticas o teu esporte (desporto)?

Há quantos anos ou meses estás na equipe (equipa) atual? _____

Categoria: Profissional () Categorias de base () Amador () Universitário ()

Situação atual na equipe (equipa): Titular () Reserva () Lesionado ()

Idade: _____ **Nível Escolaridade:** _____

Instruções:

O objetivo deste conjunto de escalas é avaliar as tuas crenças na capacidade em exercer tarefas específicas do teu esporte (desporto) em determinado momento. **Em cada questão analisa o quanto és capaz de realizar determinada habilidade.** Lembra-te que não existem respostas certas ou erradas. É importante que as tuas respostas sejam as mais sinceras possíveis.

Por favor, lê atentamente cada uma das frases. Para cada uma delas, tens como opção de resposta marcar com um X de “1” a “5” da seguinte forma:

- 1 – Nunca;
- 2 – Um pouco;
- 3 – Às vezes;
- 4 – Quase sempre;
- 5 – Sempre;

Por favor, responda a todos os itens.

I PARTE

	Nunca Um Pouco Às Vezes Quase Sempre Sempre
Sou capaz de atingir as metas que estabeleço para meu desempenho no esporte (desporto)	
Sou capaz de superar os desafios da minha prática esportiva (desportiva)	
Costumo ser persistente para concretizar os meus objetivos esportivos (desportivos)	
Acredito que posso ter sucesso na minha modalidade esportiva (desportiva)	
Posso fazer a maioria das coisas em meu esporte (desporto) melhor do que a maioria dos atletas da minha modalidade com as condições semelhantes as minhas	
Consigo atingir os meus objetivos mesmo quando não estou na melhor fase esportiva (desportiva)	
Sei que posso fazer com que minhas metas esportivas (desportivas) dêem certo	
No meu esporte (desporto), tento fazer mesmo que me pareça complicado	
Se não consigo fazer algo pela primeira vez, continuo tentando até conseguir	
Sou uma pessoa emocionalmente segura	
Atinjo os objetivos que defino como importantes em meu esporte (desporto)	
Coloco em prática os objetivos que traço para a minha carreira esportiva (desportiva)	
Consigo lidar com os problemas imprevistos que acontecem na minha prática esportiva (desportiva)	
Procuro persistir nos meus planos esportivos (desportivos)	

Estou confiante de que posso lidar bem com situações inesperadas no meu esporte (desporto)	
Normalmente não desisto das atividades esportivas (desportivas) antes de terminá-las	
Procuo encontrar soluções quando estou frente a um obstáculo	
Acredito que vou me dar bem na modalidade que pratico	
Toda vez que erro algo em minha prática esportiva (desportiva), tenho vontade de tentar novamente	
Sinto-me seguro em relação ao meu desempenho esportivo (desportivo)	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

II PARTE

Considerando meu desempenho esportivo (desportivo) até o momento...					
	Nunca	Um Pouco	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
Estou satisfeito com o que fiz					
Progredi na direção dos meus objetivos					
Tive sucesso na minha carreira esportiva (desportiva)					
Senti-me realizado no meu esporte (desporto)					
Obtive sucesso em jogos competitivos					
Tive bons resultados competitivos					
Tive sucesso nas competições que participei					
Tive sucesso suficiente na minha carreira esportiva (desportiva)					
Procurava ter sucesso em todas as competições					
A prática esportiva (desportiva) permitiu-me melhorar progressivamente					
Superei os meus erros com facilidade					
Soube superar cada desafio no meu esporte					

(desporto)	
Fui evoluindo de uma forma muito significativa	
Superei-me ao atingir objetivos muito importantes para mim	
Soube lidar com a derrota	
Analisei as minhas derrotas de modo a conseguir superar os meus erros	
Soube lidar com os meus sentimentos ao perder em jogo ou competição	
Nunca me senti derrotado, mesmo quando perdia	
Sentia que a derrota também era importante para o meu crescimento como atleta	
Tenho obtido, das pessoas, a ideia de que sou muito competente	
Fui reconhecido pelos meus desempenhos	
As equipas onde joguei reconheceram-me como um excelente atleta	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

III PARTE

Percebo que...					
	Nunca	Um Pouco	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
Aprendo novas técnicas ao prestar a atenção em colegas da equipa (equipa)					
Presto a atenção em outros atletas mais experientes do que eu para aprender com eles					
Costumo me espelhar em algum atleta que considero ídolo desportivo (desportivo)					
Procuro aprender com algum colega mais habilidoso do que eu					

Aprendo ao prestar a atenção no meu treinador	
Acredito ser importante prestar a atenção nos treinadores do meu esporte (desporto)	
Prestar atenção no meu treinador é uma fonte de aprendizagem	
Prestar atenção em outros treinadores também é uma fonte de aprendizagem	
Acredito que o meu colega de equipe (equipa), da mesma posição que a minha, é mais habilidoso do que eu	
Costumo achar que sou mais habilidoso do que um colega de equipe (equipa) de outra posição	
Acredito que sou mais habilidoso do que qualquer atleta do meu esporte (desporto)	
Acredito que as habilidades dos meus colegas supera a minha	
Costumo achar que os meus colegas de equipe (equipa) são superiores a mim tecnicamente	
Procurro analisar o nível técnico de um colega da mesma posição que a minha	
Acredito que a minha habilidade tática supera a dos meus colegas de equipe (equipa)	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

IV PARTE

Em relação aos feedbacks acredito que...					
	Nunca	Um Pouco	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
Procurro conversar com o meu técnico sobre o meu desempenho					

Gosto dos feedbacks dados pelo meu técnico	
Aceito os feedbacks do meu técnico, mesmo que este seja negativo para mim	
Acredito que os feedbacks dados pelo meu técnico são importantes para a melhoria do meu desempenho	
Gosto quando o meu técnico me procura para conversar sobre o meu desempenho	
Procuo conversar com os meus colegas sobre o meu desempenho	
Gosto dos feedbacks que recebo dos meus colegas	
Aceito feedbacks dos meus colegas de equipe (equipa) da mesma posição que a minha	
Gosto quando os meus colegas me procuram para me dar a opinião deles sobre o meu desempenho em um jogo	
Prefiro receber a opinião dos meus colegas de outra posição que não seja a minha, a respeito de meu desempenho	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

V PARTE

Em relação ao meu condicionamento físico acredito que...					
	Nunca	Um Pouco	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre

Acredito que a minha condição física é adequada para atender às necessidades da prática esportiva (desportiva)	
A minha condição física é compatível com o necessário para a minha prática esportiva (desportiva)	
Para a minha posição, em meu esporte (desporto), a minha condição física é suficiente	
Considero-me satisfeito com a minha condição física para atuar no esporte (desporto)	
A minha condição física é adequada para a modalidade que pratico	
Possuo condição física dentro do perfil que o meu esporte (desporto) exige	
A minha forma física agrada-me	
Canso-me demasiadamente após um jogo	
Quase não me canso após um jogo	
O cansaço impede-me de dar o meu melhor	
Sinto-me excessivamente cansado após um jogo	
Sinto que recupero bem no final de um jogo	
Sinto-me cansado fisicamente nos treinos	
Sei lidar bem com a sensação de dor	
Tenho problemas com a dor na minha atuação esportiva (desportiva)	
Sinto fortes dores durante um jogo	
No final dos jogos costumo sentir dor	
Sinto dores com frequência na época (temporada) competitiva	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

VI PARTE

Em consideração ao meu estado emocional em meu esporte (desporto) acredito que ...					
	Nunca	Um Pouco	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
Fico muito preocupado com os meus desempenhos esportivos (desportivos)					
Quando estou sob pressão fico muito preocupado					
Durante um jogo, preocupo-me excessivamente com a minha atuação esportiva (desportiva)					
Preocupo-me bastante com o meu rendimento esportivo (desportivo)					
Sinto-me capaz de jogar sob pressão					
Costumo ter quebras de rendimento quando sou pressionado durante um jogo					
A pressão estimula-me a jogar melhor					
Estou acostumado a situações de pressão					
Lido bem com as exigências em momentos de pressão					
Sinto-me tranquilo antes de um jogo					
Sou um atleta calmo					
Difícilmente me irrita durante um jogo					
Consigo manter a tranquilidade nos treinos					
Mantenho-me calmo durante as competições					
Consigo controlar o meu nível de ansiedade durante um jogo					
Considero-me um atleta ansioso					
Tenho problemas com a ansiedade em competições					
Sei lidar com a ansiedade durante os jogos					

Sinto-me confiante antes de um jogo	
Considero-me um atleta autoconfiante	
Acredito que os meus colegas confiam em mim	
Confio nos meus colegas de equipe (equipa)	
Confio no meu treinador	
Considero que o meu treinador pode confiar em mim durante o jogo	
Considero que os meus colegas de equipe (equipa) podem contar comigo durante a atuação esportiva (desportiva)	
Considero-me uma pessoa feliz ao praticar o meu esporte (desporto)	
Sou uma pessoa mais feliz por ser um atleta de rendimento	
Considero-me uma pessoa feliz	
Sinto-me realizado com o meu desempenho esportivo (desportivo)	
Sinto-me feliz com a minha atuação esportiva (desportiva)	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

VII PARTE

Em relação às minhas experiências imaginativas acredito que...					
	Nunca	Um Pouco	Às Vezes	Quase Sempre	Sempre
Costumo executar estratégias competitivas mentalmente					
Jogo melhor quando pratico estratégias mentalmente antes de um jogo					
Costumo executar estratégias mentalmente antes de um treino					

Procuo imaginar todas as execuções de estratégias que posso realizar em jogo	
Imaginar-me a fazer corretamente uma habilidade desportiva ajuda-me no momento da competição	
Tenho dificuldade de imaginar-me a executar tarefas bem sucedidas	
Tenho dificuldade de imaginar as minhas jogadas antes de um jogo	
Consigo imaginar-me executando minhas jogadas	

Pesca, Rosado, Cruz e Serpa, 2019.

- Sou capaz de atingir as metas que estabeleço para meu desempenho no esporte (desporto).
- Sou capaz de superar os desafios da minha prática esportiva (desportiva).
- Costumo ser persistente para concretizar os meus objetivos esportivos (desportivos).
- Acredito que posso ter sucesso na minha modalidade esportiva (desportiva).
- Posso fazer a maioria das coisas em meu esporte (desporto) melhor do que a maioria dos atletas da mesma modalidade.
- Consigo atingir meus objetivos mesmo quando não estou na melhor fase esportiva (desportiva).
- Sei que posso fazer com que minhas metas esportivas (desportivas) dêem certo.
- No meu esporte (desporto), eu tento fazer mesmo que me pareça complicado.
- Se eu não consigo fazer algo pela primeira vez, continuo tentando até conseguir.
- Sou uma pessoa emocionalmente segura.
- Quase sempre atinjo os objetivos que defino como importantes em meu esporte (desporto).
- Coloco em prática os objetivos que traço para minha carreira esportiva (desportiva).
- Consigo lidar com os problemas imprevistos que acontecem na minha prática esportiva (desportiva).
- Procuo persistir em meus planos esportivos (desportivos).
- Estou confiante de que posso lidar bem com situações inesperadas em meu esporte (desporto).
- Normalmente não desisto das atividades esportivas (desportivas) antes de terminá-las.
- Procuo encontrar soluções quando estou frente a um obstáculo.
- Acredito que vou me dar bem na modalidade que pratico.
- Toda vez que erro algo em minha prática esportiva (desportiva), eu tenho vontade de tentar novamente.
- Sinto-me seguro em relação ao meu desempenho esportivo (desportivo).

- Estou satisfeito com o que fiz.
- Progrei na direção dos meus objetivos.
- Tive sucesso em minha carreira esportiva (desportiva).
- Senti-me realizado em meu esporte (desporto).
- Obtive sucesso em jogos competitivos.
- Tive bons resultados competitivos.
- Tive sucesso nas competições que participei.
- Tive sucesso suficiente na minha carreira esportiva (desportiva).
- Procurava ter sucesso em todas as competições.
- A prática esportiva (desportiva) permitiu-me melhorar progressivamente.
- Superei os meus erros com facilidade.
- Soube superar cada desafio em meu esporte (desporto).
- Fui evoluindo de uma forma muito significativa.
- Superei-me ao atingir objetivos muito importantes para mim.
- Soube lidar com a derrota.
- Analisei as minhas derrotas de modo a conseguir superar meus erros.
- Soube lidar com os meus sentimentos ao perder um jogo ou competição.
- Nunca me senti derrotado, mesmo quando perdia.
- Sentia que a derrota também era importante para o meu crescimento como atleta.
- Tenho obtido, das pessoas, a ideia de que sou muito competente.
- Fui reconhecido pelos meus desempenhos.
- Os clubes onde joguei reconheceram-me como um excelente atleta.
- Aprendo novas técnicas ao observar colegas de equipe (equipa).
- Observo outros atletas mais experientes do que no meu esporte (desporto) para aprender com eles.
- Costumo me espelhar em algum atleta que considero ídolo esportivo (desportivo).
- Procuro aprender com algum colega mais habilidoso do que eu.
- Aprendo ao observar meu treinador.
- Acredito ser importante observar treinadores do meu esporte (desporto).
- Observar meu treinador é uma fonte de aprendizagem.
- Observar outros treinadores também é uma fonte de aprendizagem.
- Acredito que meu colega de equipe (equipa) da mesma posição que a minha é mais habilidoso do que eu.
- Costumo achar que sou mais habilidoso do que um colega de equipe (equipa) de outra posição.
- Acredito que sou mais habilidoso do que qualquer atleta do meu esporte (desporto).
- Acredito que a habilidade de meus colegas supera a minha.
- Costumo achar que meus colegas de equipe (equipa) são superiores a mim tecnicamente.
- Procuro analisar o nível técnico de um colega da mesma posição que a minha.
- Acredito que minha habilidade tática supera a dos meus colegas de equipe (equipa).
- Procuro conversar com meu técnico sobre meu desempenho.
- Gosto dos feedbacks do meu técnico.
- Aceito feedbacks do meu técnico, mesmo que este seja negativo para mim.

- Acredito que os feedback dados pelo meu técnico são importante para melhoria do meu desempenho.
- Gosto quando meu técnico me procura para conversar sobre meu desempenho.
- Procuro conversar com meus colegas sobre meu desempenho.
- Gosto dos feedbacks que recebo dos meus colegas.
- Aceito feedbacks dos meus colegas de equipe (equipa) da mesma posição que a minha.
- Gosto quando os meus colegas me procuram para me dar a opinião deles sobre o meu desempenho em um jogo.
- Prefiro receber a opinião dos meus colegas de outra posição que não seja a minha, a respeito do meu desempenho.
- Acredito que a minha condição física é adequada para atender às necessidades da prática esportiva (desportiva).
- Minha condição física é compatível com o necessário para minha prática esportiva (desportiva).
- Para minha posição, em meu esporte (desporto), a minha condição é suficiente.
- Considero-me satisfeito com minha condição física para atuar no meu esporte (desporto).
- A minha condição física é adequada para a modalidade que pratico.
- Possuo condição física dentro do perfil que meu esporte (desporto) exige.
- Minha forma física agrada-me.
- Canso-me demasiadamente após um jogo.
- Quase não canso após um jogo.
- O cansaço impede-me de dar o meu melhor.
- Sinto-me excessivamente cansado após um jogo.
- Sinto que me recupero bem no final do jogo.
- Sinto-me cansado fisicamente nos treinos.
- Sei lidar bem com a sensação de dor.
- Tenho problemas com a dor na minha atuação esportiva (desportiva).
- Sinto fortes dores durante um jogo.
- No final dos jogos costumo sentir dor.
- Sinto dores com frequência em temporada (época) competitiva.
- Fico muito preocupado com meus desempenhos esportivos (desportivos).
- Quando estou sob pressão fico muito preocupado.
- Durante um jogo, preocupo-me excessivamente com minha atuação esportiva (desportiva).
- Preocupo-me bastante com meu rendimento esportivo (desportivo).
- Sinto-me capaz de jogar sob pressão.
- Costumo ter queda (quebras) de rendimento quando sou pressionado durante um jogo.
- A pressão estimula-me a jogar melhor.
- Estou acostumado a situações de pressão.
- Lido bem com as exigências em momentos de pressão.
- Sinto-me tranquilo antes de um jogo.

- Sou um atleta calmo.
- Dificilmente me irrita durante um jogo.
- Consigo manter a tranquilidade nos treinos.
- Mantenho-me calmo durante as competições.
- Consigo controlar o meu nível de ansiedade durante um jogo.
- Considero-me um atleta ansioso.
- Tenho problemas com ansiedade em competições.
- Sei lidar com a ansiedade durante os jogos.
- Sinto-me confiante antes de um jogo.
- Considero-me um atleta autoconfiante.
- Acredito que meus colegas confiam em mim.
- Confio em meus colegas de equipe (equipa).
- Confio em meu treinador.
- Considero que o meu treinador pode confiar em mim durante o jogo.
- Considero que meus colegas de equipe (equipa) podem contar comigo durante a atuação esportiva (desportiva).
- Considero-me uma pessoa feliz ao praticar meu esporte (desporto).
- Sou uma pessoa mais feliz por ser um atleta de rendimento.
- Considero-me uma pessoa feliz.
- Sinto-me realizado com meu desempenho esportivo (desportivo).
- Sinto-me feliz com a minha atuação esportiva (desportiva).
- Costumo executar estratégias competitivas mentalmente.
- Jogo melhor quando pratico estratégias mentalmente antes de um jogo.
- Costumo executar estratégias mentalmente antes de um treino.
- Procuro imaginar todas as execuções de estratégias que posso realizar em um jogo.
- Imaginar-me a fazer corretamente uma habilidade esportiva (desportiva) ajuda-me no momento da competição.
- Tenho dificuldade de imaginar-me a executar tarefas bem sucedidas.
- Tenho dificuldade de imaginar minhas jogadas antes de um jogo.
- Consigo imaginar-me executando minhas jogadas.
- Recebo feedback positivo dos meus colegas e/ou amigos.
- Mantenho meu foco na tarefa.
- Ativo-me mentalmente, ficando com mais energia.
- Domino uma nova habilidade no meu esporte (desporto).
- Atuo em um ambiente (ginásio, piscina, estádio, etc.) que eu gosto e me sinto confortável.
- Sinto-me bem com meu peso.
- Acredito nas habilidades do meu treinador.
- Sei que tenho o apoio de pessoas que são importante para mim.
- Demonstro que sou melhor do que outros atletas.
- Sei que estou mentalmente preparado para a situação.
- Melhoro o desempenho em uma habilidade no meu esporte (desporto).
- Sinto-me com boa aparência.
- Sei que meu treinador tomará boas decisões.

- Dizem que acreditam em mim e nas minhas habilidades.
- Demonstro minhas habilidades vencendo ou alcançando boas colocações.
- Observo um atleta que admiro ter um desempenho de sucesso.
- Me mantenho focado em meus objetivos.
- Melhoro minhas habilidades.
- Sinto-me confortável no ambiente (ginásio, piscina, estádio, etc.) em que estou atuando.
- Sinto que meu físico está com boa aparência.
- Sei que meu treinador é um bom líder.
- Sou incentivado por treinadores e/ou familiares.
- Sei que posso superar os adversários.
- Observo um colega de treino realizar um bom desempenho.
- Me preparo física e mentalmente para um situação.
- Aumento o número de habilidades que consigo desempenhar.
- Gosto do ambiente no qual estou atuando.
- Confio nas decisões do meu treinador.
- Recebo feedback positivo do meu treinador e/ou familiares.
- Provo que sou melhor do que meus adversários.
- Vejo um amigo que treina comigo ter um desempenho de sucesso.
- Acredito na minha habilidade de dar o máximo de esforço para obter o sucesso.
- Recebo apoio e incentivo de outras pessoas.
- Mostro que sou um dos melhores no meu esporte (desporto).
- Observo colegas que estão no mesmo nível que eu tendo um bom desempenho.
- Desenvolvo novas habilidades e melhoro no meu esporte (desporto).
- Sinto que meu treinador tem uma liderança eficaz.
- Demonstro que sou melhor do que outros atletas que treinam comigo.

ANEXO II - Checklist de Testagem Universal

Público ao qual o teste se destina:		
Avaliador: _____		Data: _____
Conteúdo dos Itens 1. O texto do item é de fácil entendimento. 2. As palavras utilizadas são de fácil entendimento por grupos variados. 3. O texto é curto. 4. O conteúdo é equitativo para pessoas com e sem deficiência. 5. O texto do item está livre de ambiguidade. 6. O texto é lido com qualidade pelo software leitor de tela. 7. O texto se adequa aos recursos de Tecnologia Assistiva que serão utilizados.	Atende	Não atende
Instruções 1. O texto das instruções é de fácil entendimento. 2. As palavras utilizadas são de fácil entendimento por grupos variados. 3. O texto é curto. 4. As instruções possuem conteúdo equitativo para pessoas com e sem deficiência. 5. O texto das instruções está livre de ambiguidade. 6. O texto das instruções é lido com qualidade pelo <i>software</i> leitor de tela. 7. O texto se adequa aos recursos de tecnologia assistiva que serão utilizados. 8. As instruções são compreensíveis para os mais variados tipos de leitores (Ex. cegos, videntes, surdos, etc.).		
Design do Instrumento 1. O <i>design</i> é compatível com os recursos de Tecnologia Assistiva planejados. 2. O <i>design</i> do instrumento favorece a tolerância ao erro. 3. O <i>design</i> proporciona a fácil percepção do conteúdo do instrumento.		
Formato dos itens 1. O formato é acessível. 2. O formato dos itens é flexível aos recursos de Tecnologia Assistiva. 3. O formato é equitativo para pessoas com e sem deficiência. 4. O formato dos itens proporciona tolerância ao erro.		